

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Geografia



Dissertação

O desenvolvimento sócio-espacial no loteamento Ceval- Pelotas/RS

Gilciane Soares Jansen

Pelotas, 2015

Gilciane Soares Jansen

O desenvolvimento sócio-espacial no loteamento Ceval- Pelotas/RS

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dra. Giovana Mendes de Oliveira

Pelotas, 2015.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

J35d Jansen, Gilciane Soares

O desenvolvimento sócio-espacial no Loteamento Ceval - Pelotas/RS / Gilciane Soares Jansen ; Giovana Mendes de Oliveira, orientadora. — Pelotas, 2015.

108 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2015.

1. Espaço urbano capitalista. 2. Desenvolvimento sócio-espacial. 3. Pobreza urbana. I. Oliveira, Giovana Mendes de, orient. II. Título.

CDD : 711.4

GILCIANE SOARES JANSEN

**O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ESPACIAL NO LOTEAMENTO CEVAL-
PELOTAS/RS**

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade
Federal de Pelotas como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Geografia.

Data: ____/____/____

Nota: _____

Banca examinadora:

Prof. Dra. Giovana Mendes de Oliveira (Orientadora-UFPel)

Prof. Pós. Dr. Sidney Gonçalves Vieira (Avaliador- UFPel)

Prof. Dr. Solismar Fraga Martins (Avaliador-FURG)

Dedicatória

Dedico este trabalho ao meu esposo, Juliano, aos meus pais Luci e Jilson e ao meu mano Lucian. Muito obrigado pelo apoio, compreensão e incentivo. Sem o carinho de vocês esse trabalho não seria concluído.

Agradecimentos

À minha querida orientadora, Professora Giovana, pelo carinho e atenção dedicados à mim ao longo da minha caminhada acadêmica.

Ao Professor Sidney, que sempre se mostrou solícito diante dos meus convites para avaliação dos meus trabalhos.

À minha eterna amiga e professora Rosalina, que me mostrou o caminho para a Geografia Urbana.

Aos moradores do Loteamento Ceval que me receberam com muito carinho.

Ao pessoal do Laboratório de Estudos Urbanos que alegraram minhas tardes na academia.

À Universidade Federal de Pelotas, que contribuiu para o meu crescimento intelectual e pessoal.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do RS, que financiou esta pesquisa.

Aos meus amigos e colegas que sempre me apoiaram, muito obrigado pelo incentivo e carinho.

Resumo

JANSEN, Gilciane Soares. **O desenvolvimento sócio-espacial no loteamento Ceval, Pelotas/RS.** 2015. 108f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

O loteamento Ceval, em Pelotas/RS é o objeto deste estudo, ele é um espaço urbano produto da pobreza urbana. Esta pobreza está alocada nos espaços da cidade que não interessam ao capital, isto é, loteamentos clandestinos, vilas, favelas. De modo geral, estes espaços são terrenos públicos ou privados que estão ociosos no espaço urbano e uma das estratégias que os pobres urbanos encontram para adentrar o urbano é a ocupação. Esta dissertação se propõe analisar o desenvolvimento sócio-espacial no loteamento Ceval desde a ocupação em 2002 até os dias atuais. A metodologia escolhida é a pesquisa qualitativa e como procedimentos utilizou-se: a observação e entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram realizadas com quatro categorias de moradores: antigos, intermediários, novos e líderes. Estes por sua vez, contribuíram para analisar a ocorrência de desenvolvimento sócio-espacial no loteamento Ceval. O desenvolvimento sócio-espacial baseia-se na autonomia (individual e coletiva), na qualidade de vida e justiça social, pois são estes os parâmetros que norteiam a análise. Como resultados desta proposta, pode-se dizer que, os moradores do loteamento Ceval tiveram autonomia enquanto lutavam por suas moradias e melhorias no loteamento, após isso a autonomia deu lugar ao desânimo. Estando a autonomia prejudicada a qualidade de vida e justiça social também condicionam-se a mesma situação. Assim, analisou-se que, houve um desenvolvimento sócio-espacial parcial no loteamento Ceval.

Palavras-chave: Espaço urbano capitalista. Desenvolvimento sócio-espacial. Pobreza urbana.

Abstract

JANSEN, Gilciane Soares. **The socio-spatial development in the subdivision Ceval, Pelotas / RS.** 2015. 108f. Dissertation (Masters in Geography) - Graduate Program in Geography, Institute of Human Sciences, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2015.

The object of this study is the Ceval subdivision, in the city of Pelotas at RS (Rio Grande do Sul), Brazil. This urban space is a product of the urban poverty. This kind of poverty is allocated on places in the city that does not interest the capital, illegal settlements, villa, slums. In general, spaces like this are idle public or private lands at the urban territories and one of the strategies find by the poor urban people to enter at the urban place is the territorial occupation. The purpose of this dissertation is to analyze the sociospatial development in the Ceval subdivision since its occupation in, 2002, to the present days. The methodology chosen is the qualitative research and procedures: the observation and the semistructured interviews. The interviews are realizes with four categories residents: ancients, intermediate, news and leaders. This in turn, contributed to analyze the occurrence of sociospatial development in the Ceval subdivision. The sociospatial development is bases on autonomy (individual or collective), quality of life and social justice. This are the parameters that guide this analyze. As results from this purpose, their told that, the dwellers of Ceval subdivision had had autonomy while they fight for their homes and subdivision improvements, after that the autonomy gave rise by the selfishness. When the autonomy is impaired the quality of life and social justice, both are in the same situation. So, the analyze showed that there was a partial sociospatial development in the Ceval subdivision.

Keywords: Capitalist urban space. Urban poverty Sociospatial development.

Lista de Figuras

Figura 1- Parâmetros para o Desenvolvimento sócio-espacial.....	42
Figura 2- Indicadores que promovem qualidade de vida.....	47
Figura 3- Indicadores que promovem justiça social.....	52
Figura 4- Mapa de localização da área de estudo.....	62
Figura 5- Casebres improvisados após a ocupação da área.....	64
Figura 6- Rua sem pavimentação no loteamento Ceval.....	66
Figura 7- Croqui do loteamento Ceval.....	67
Figura 8- Vista parcial do loteamento Ceval, no centro da foto, rua principal Av. Brasil.....	72
Figura 9- Vista lateral (E) do loteamento Ceval.....	73
Figura 10- Carroça e materiais de reciclagem.....	74
Figura 11- Centro Comunitário do loteamento Ceval.....	75
Figura 12- Galpão de triagem de reciclados do loteamento Ceval.....	76
Figura 13- Espaço de lazer dos moradores do loteamento Ceval.....	77
Figura 14- Moradias do Programa Minha Casa Minha Vida no loteamento Ceval.....	78
Figura 15- Avaliação da qualidade de vida e justiça social dos moradores do loteamento Ceval.....	95

Sumário

1. Introdução.....	10
2. O Espaço Urbano Capitalista.....	16
2.1 Discussão sobre o Espaço Urbano Capitalista.....	16
2.1.1 A renda da terra urbana.....	16
3. A Pobreza Urbana.....	20
3.1 Discussão sobre a pobreza.....	20
3.1.1 A segregação sócio-espacial como materialização da pobreza urbana.....	27
3.1.2 Espaços no urbano produzidos pelos grupos sociais excluídos.....	31
3.1.2.1 Os Agentes modeladores do espaço: Os grupos sociais excluídos.....	34
3.1.2.2 Ocupação e uso do solo urbano pelos grupos sociais excluídos.....	36
4. Desenvolvimento sócio-espacial: Uma mudança social positiva.....	40
4.1 Percorrendo o caminho para alcançar a desenvolvimento sócio-espacial.....	40
4.1.1 Os parâmetros para o desenvolvimento sócio-espacial.....	40
4.1.1.1 Os parâmetros subordinadores: Autonomia individual e coletiva.....	42
4.1.1.2 Os parâmetros subordinados: Qualidade de vida e justiça social.....	46
4.1.1.2.1 Definições de qualidade de vida e seus respectivos indicadores.....	46
4.1.1.2.2 Definições de justiça social e seus respectivos indicadores.....	48
5. O caminho metodológico: trajetória da pesquisa.....	53
5.1 A metodologia escolhida.....	53
5.2 Os procedimentos metodológicos.....	54
5.3 Conhecendo a realidade: Quem são os entrevistados?.....	56
6. As Transformações e Desenvolvimento sócio-espacial no loteamento Ceval.....	62
6.1 A Formação do loteamento Ceval.....	62
6.1.1 A localização da área.....	62
6.1.2 A ocupação da área.....	63
6.1.3 A criação do loteamento Ceval.....	67
6.1.3.1 Divisão dos lotes, construção das moradias e infraestrutura.....	67
6.1.4 Loteamento Ceval: Uma mudança social positiva?.....	80
6.1.4.1 Os parâmetros subordinadores (autonomia individual e coletiva) do loteamento Ceval..	80
6.1.4.2 Os parâmetros subordinados gerais (qualidade de vida e justiça social) e particulares (indicadores) do loteamento Ceval.....	81
6.1.4.2.1 Os indicadores de qualidade de vida.....	81
6.1.4.2.2 Os indicadores de justiça social.....	91
7. Considerações Finais.....	98
8. Referências Bibliográficas.....	103

1. Introdução

O espaço urbano configura-se como um conjunto de usos, pois na cidade temos diversas áreas sejam elas comerciais, residenciais, verdes, enfim. Algumas áreas interessam mais ao capital por terem um boa localização, grande espaço para construção de condomínios que atendam o público que dispõe de recursos financeiros, amenidades naturais como vista para o mar, pôr do sol. Esses critérios enriquecem o preço a ser pago por uma determinada área. De outro modo, também há na cidade aquelas áreas que não interessam ao capital, estas não possuem amenidades e localizam-se geralmente distantes do centro da cidade, onde há pouca ou inexistente infraestrutura. Essas áreas geralmente estão propensas à enchentes, deslizamento de terra. Diante disso, analisa-se o quanto o espaço urbano é fragmentado. São nos espaços onde o capital não se interessa que estão localizadas as favelas, vilas, loteamentos clandestinos, e são nesses locais que encontra-se a pobreza urbana. Esses espaços ficam destinados àqueles que não podem pagar por um pedaço de terra.

Diante do exposto, essa dissertação tem como foco analisar a ocorrência de desenvolvimento sócio-espacial no loteamento Ceval. Para que essa análise seja feita utilizaremos o conceito de desenvolvimento sócio-espacial proposto por Souza (2008). Este conceito possui uma parametrização que divide-se em: parâmetros subordinadores e subordinados.

Os parâmetros subordinadores -autonomia individual e coletiva- são baseados nas ideias de Castoriadis. Este autor propõe a criação de uma sociedade autônoma baseada na autonomia individual e coletiva, em suma a autonomia é uma tomada de consciência dos direitos e deveres enquanto cidadão. Porém, compreende-se que, na sociedade que se vive há muito pouca ou inexistente autonomia, vive-se em uma sociedade heterônoma, logo não há sociedade autônoma conforme ele propõe. Levando em consideração a Utopia de Paulo Freire que visa uma melhora do futuro, pode-se dizer que, mesmo que ainda não aja sociedade autônoma nos moldes de Castoriadis, cogita-se a ideia de futuramente se ter uma sociedade que seja autônoma. Pode-se pensar, no desenvolvimento sócio-espacial como um caminho a ser pensado e percorrido para futuramente se ter uma sociedade mais justa e igualitária. Observa-se de modo geral que no loteamento Ceval, houve autonomia, mas que com o tempo essa autonomia se desfez. Este trabalho de alguma forma pode e busca auxiliar no processo de produção do espaço com vistas a um desenvolvimento sócio-espacial.

Os parâmetros subordinados dividem-se em gerais e particulares, estes qualificam a vida urbana. Os gerais denominam-se qualidade de vida e justiça social e os particulares são os indicadores de qualidade de vida e justiça social que operacionalizam o conceito de desenvolvimento sócio-espacial e permitem que se faça a análise.

Em virtude disso, sabe-se que, sendo os indivíduos conhecedores de seus direitos e deveres pode-se dizer que, possuem autonomia, logo lutarão para melhorar a qualidade de vida e aumentar a justiça social. De outro modo, reivindicarão uma vida melhor e digna..

Uma das estratégias de acesso à terra pelos pobres urbanos, ou grupos excluídos, é a ocupação. Essa não é a única, mas é recorrente entre esse grupo social. A ocupação pode ser de um terreno público ou particular. No caso dos moradores do loteamento Ceval, o terreno pertencia à Prefeitura Municipal de Pelotas e foi ocupado pelos indivíduos que moravam às margens do Canal São Gonçalo, devido as constantes enchentes que ocorriam no local.

Em 2002, ocorreu a ocupação e apenas em 2006, a área foi reconhecida como loteamento regular, passando assim a ser denominado loteamento Ceval. A denominação Ceval, se deu devido este espaço ter pertencido na década de 90 do séc. XX, a uma fábrica denominada Ceval que produzia óleo de soja.

Durante a ocupação foram inúmeras as dificuldades enfrentadas pelos moradores. Pode-se destacar, a falta de infraestrutura principalmente energia elétrica, água encanada e esgoto, além das moradias que eram em barracas e casebres de madeira. Após o reconhecimento houveram muitas transformações que modificaram o local e conseqüentemente a vida das pessoas, tais como: a divisão de lotes, construção das moradias, infraestrutura e recentemente a prefeitura anunciou a regularização fundiária dos lotes.

De outra maneira, os pobres urbanos possuem mais dificuldade para o acesso ao urbano, embora esses estejam contidos nesse espaço. Esses deveriam ter autonomia para reconhecerem seus direitos e lutarem por estes, porém a realidade não é essa e a melhoria na qualidade de vida e aumento da justiça social praticamente inexistente entre esses indivíduos, isto é, nesses grupos.

O problema de pesquisa que envolve o trabalho, baseia-se na seguinte questão:

- Ocorreu desenvolvimento sócio-espacial no loteamento Ceval?

Este trabalho justifica-se pelo fato de a autora buscar trabalhar com assuntos voltados para a temática da pobreza urbana, mais propriamente com grupos sociais excluídos no espaço urbano. Um dos principais motivos foi que a autora ainda quando criança participava com sua mãe do Centro Comunitário Bom Jesus, localizada na região administrativa do Areal. Semanalmente entregavam-se no Centro Comunitário várias sacolas de alimentos às famílias

cadastradas, geralmente as famílias que não iam buscar a autora e sua mãe levavam até as casas. Nesse período, o centro comunitário também atendia as famílias do Loteamento Dunas que recentemente estava sendo estruturado. A situação de pobreza que implicava na precariedade das habitações, a quase inexistente vestimenta das crianças, o aspecto de sujeira (barro, lama, capim, lixo) que estavam expostas as pessoas, a insuficiência de alimento, fizeram com que a pesquisadora crescesse com as indagações. Mas, com o ingresso no curso de Geografia, as disciplinas de Geografia Urbana e Produção do Espaço Urbano do Brasil e leituras voltadas para as contradições do espaço urbano é que essas respostas foram efetivamente respondidas. Assim, pode-se afirmar que, diante da experiência de vida da autora, esse foi o principal motivo que levou-a estudar sobre a temática da pobreza urbana.

No trabalho de conclusão de curso da graduação em Geografia, a pesquisadora trabalhou com a formação do território da Vila Catinga na cidade de Pelotas/RS, este trabalho buscava compreender como ocorreu a ocupação do local, assim como descrever como viviam os moradores na vila. Pois, a autora é moradora da vila e teve o interesse em procurar conhecer um pouco mais da história do local e da vivência dos moradores.

Os estudos na Especialização em Geografia, voltaram-se para os moradores do loteamento Ceval. Destacam-se dois motivos principais que propiciaram a escolha do loteamento para o estudo da autora: o primeiro foi a proximidade que o local tem da Vila Catinga, assim como o conhecimento de alguns moradores do loteamento que estão constantemente na vila; o segundo foi o contato que teve-se com o grupo, quando houve a ocupação da área da Ceval, a autora participava da Pastoral da Criança e da Igreja Nossa Senhora Aparecida, que conjuntamente prestavam auxílio com alimentos e vestuário aos moradores que recentemente haviam ocupado a área, onde hoje localiza-se o loteamento Ceval. Pode-se dizer, que a autora acompanhou por um período curto de tempo a luta que esses moradores enfrentaram para usufruir de um pedaço de terra no espaço urbano.

No Trabalho de Conclusão de Curso da Especialização a autora buscou analisar como ocorreu a produção do espaço urbano do Loteamento Ceval. Buscou-se descrever toda a história daquele espaço, dividindo-o em espaço fabril (anterior ao loteamento) e espaço de moradia (loteamento).

Diante dessa caminhada e das inquietações do urbano é que a pesquisadora se propôs a escrever essa dissertação. Pois, o geógrafo urbano suscita ideias para a construção de pesquisas sobre o espaço urbano. Ressalta-se que, a preocupação do geógrafo urbano não está vinculada somente aos espaços sobranceiros onde habitam os pobres urbanos, mas a tudo que envolve o espaço urbano.

Assim sendo, escolheu-se para o estudo o loteamento Ceval que é um espaço ocupado pelos pobres urbanos, isto é, aqueles que dispõem de poucos recursos para aquisição de um espaço para viverem. São esses indivíduos os atores principais desse trabalho.

Espera-se que, essa discussão não se concentre apenas na academia, mas que, possa ser levada para ser debatida na Conferência da Cidade de Pelotas¹, provocando assim inquietações nos ouvintes e governantes da cidade. A discussão no âmbito local, pode ser o primeiro ponto para que se busque expandir o debate nos níveis estadual e federal. Acredita-se que, as Conferências das Cidades são espaços ideais para que essas e outras discussões vinculadas à cidade e ao bem estar dos cidadãos sejam conhecidas e debatidas pela população.

O objetivo geral do trabalho é: analisar a ocorrência de desenvolvimento sócio-espacial no loteamento Ceval.

Os objetivos específicos são: apontar as transformações sócio-espaciais no loteamento Ceval, verificar se ocorreu desenvolvimento sócio-espacial no loteamento Ceval e estruturar indicadores para análise de desenvolvimento sócio-espacial.

O texto estrutura-se em quatro momentos expostos da seguinte forma:

No primeiro momento do estudo discutiremos sobre o espaço urbano capitalista, que é voltado para o mercado de terras fazendo com que se extraia da terra, a renda, o lucro. Logo, entende-se que, a terra no espaço urbano capitalista é vista como mercadoria. E é utilizada pelo capital de maneira que algumas áreas são mais interessantes que outras na cidade.

O segundo momento, aborda a temática da pobreza urbana, isto é, grupos sociais excluídos, que ocuparam a área do atual loteamento em busca de melhores condições de vida, principalmente de uma moradia digna. A pobreza urbana é o precário atendimento das necessidades básicas, juntamente com o precário acesso à um espaço no urbano. Em geral esses grupos localizam-se em áreas irregulares onde encontram-se favelas, vilas, loteamentos clandestinos. Pois, são estes os que possuem maior dificuldade para “acessar” o espaço urbano. Os moradores do loteamento encontravam-se nas bordas do tecido urbano em um local insalubre e com risco ambiental. A busca por melhor condição de vida fez com que eles

¹ De acordo com o Ministério das Cidades, as Conferências das Cidades colocam na agenda pública e política questões urbanas que sempre foram preteridas ou tratadas apenas no âmbito local (ocupação de risco, saneamento ambiental, regularização fundiária, conflitos fundiários, urbanização de assentamentos precários, acesso a moradia para a população de até 3 salários mínimos e mobilidade urbana, entre outros). Elas promovem a formação de redes de difusão de informações sobre a função social da cidade e da propriedade e fortalecem o Conselho das Cidades, que age como o interlocutor das propostas aprovadas em plenárias, ampliando a participação popular.

ocupassem um terreno público e exercessem os seus direitos enquanto cidadãos necessitados de um espaço que pudessem chamar de seu. A árdua luta dos moradores culminou com a conquista de seus direitos sociais, principalmente à moradia digna.

O terceiro momento diz respeito ao desenvolvimento sócio-espacial, que é a mudança social positiva, que objetiva promover uma melhoria na qualidade de vida e um aumento na justiça social. Para verificar o desenvolvimento se utilizou a parametrização de Souza. Esta parametrização compõe um grupo de parâmetros que são divididos em dois: subordinadores e subordinados. Os parâmetros subordinadores são autonomia individual e coletiva; e os subordinados que são como o próprio nome já diz subordinados aos subordinadores, subdividem-se em: gerais e particulares. Os parâmetros subordinados gerais não são operacionais, pois são qualidade de vida e justiça social. Os parâmetros subordinados particulares já são operacionais e se estabelecem como indicadores de qualidade de vida e justiça social. Os indicadores foram elencados pela autora da pesquisa com base no questionário de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (OMS). Souza aponta apenas três indicadores de qualidade de vida que foram utilizados no trabalho que são: saúde, educação e moradia. Com esses indicadores operacionais foi possível verificar que há um desenvolvimento sócio-espacial parcial no loteamento Ceval, embora tenham ocorrido transformações sócio-espaciais significativas.

O quarto momento trata da metodologia escolhida para a pesquisa. Adotou-se a pesquisa qualitativa para este estudo. Esta pesquisa requer do pesquisador uma postura de investigador com profundidade e plenitude focando sempre o trabalho para que este chegue à essência, mesmo que de forma parcial. Os procedimentos metodológicos adotados foram: observação, diálogo com os moradores e entrevistas semi-estruturadas. Também estruturou-se de modo muito simplista uma apresentação das 11 entrevistadas, mostrando quem são essas pessoas e como vivem. Pois são estas as atrizes principais do estudo.

O último momento diz respeito ao estudo do loteamento, referente as transformações sócio-espaciais que ocorreram no loteamento Ceval. Assim como, a verificação da ocorrência de desenvolvimento sócio-espacial. No primeiro momento apresenta-se a história do loteamento juntamente com suas transformações sócio-espaciais desde a ocupação até os dias atuais. Essas transformações contemplam a aquisição da moradia; infraestrutura como: energia elétrica, água encanada, esgoto, coleta de lixo, pavimentação; divisão dos lotes, construção do centro comunitário, galpão de triagem, regularização fundiária. Apontou-se que, houveram transformações sócio-espaciais. Num segundo momento, verificou-se a ocorrência de desenvolvimento sócio-espacial no loteamento Ceval através da utilização dos

indicadores de qualidade de vida e justiça social, ou melhor dos parâmetros subordinados particulares. Esses indicadores de qualidade de vida compõem: alimentação, educação, saúde, segurança, moradia, lazer, trabalho, participação popular. Os indicadores de justiça social compõem: acesso à casa própria, serviços urbanos e equipamentos urbanos. Em resumo, verificou-se através dos indicadores de qualidade de vida que grande parte destes não satisfazia a população local, apenas educação e moradia eram aprovados pelos moradores entrevistados. Já os indicadores de justiça social apontaram a satisfação dos moradores. Em síntese, apontou-se que, houve desenvolvimento sócio-espacial parcial no loteamento Ceval, pois de modo geral a maioria dos indicadores não mostravam satisfação dos moradores.

2. O Espaço Urbano Capitalista

2.1 Discussão sobre o Espaço Urbano Capitalista

Para compreendermos o desenvolvimento sócio-espacial ocorrido no loteamento Ceval, é mister que entendamos o que envolve o espaço urbano capitalista. Destaca-se, principalmente, as questões voltadas para o acesso à terra urbana, uma vez que, a terra é vista como mercadoria, isto é, moeda de troca. Percebe-se que, o espaço urbano capitalista é voltado para o mercado e a terra urbana é o produto que está para a venda. Assim, entende-se que, a preocupação é o consumo do espaço urbano, ou melhor da terra urbana transformada em mercadoria para gerar capital, lucro, renda.

Para que se compreenda de forma consistente sobre o espaço urbano é mister que entendamos a sua definição.

Segundo Corrêa (1995, p. 50) o espaço urbano é:

O conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como: o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão; áreas industriais e áreas residenciais, distintas em termos de forma e conteúdo social; áreas de lazer; e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este conjunto de usos da terra é a organização espacial da cidade ou simplesmente o espaço urbano fragmentado. Eis o que é espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais.

Perceberemos o espaço, também, como a história de como os homens, ao produzirem sua existência, o fazem como espaço da produção, da circulação, da troca, do consumo (CARLOS, 1994). Logo, convém admitir que cada vez mais o espaço urbano, a partir da subordinação acelerada da apropriação e das maneiras de uso ao mercado, é destinado à troca.

Em virtude disso, Carlos (2001, p. 38) afirma que:

O comprador de um terreno ou de uma casa na cidade continua comprando um valor de uso; apesar de a casa ser mercantilizada, o valor de uso e o valor de troca se encontram em uma relação dialética em que nenhum dos pólos desaparece.

A cidade associada ao valor de uso e de troca pode ser explicada, de maneira que ao mesmo tempo que se busca um lugar para a moradia (valor de uso), têm-se sempre a intenção de que esse lugar se valorize (valor de troca) com o tempo. Isto pode ocorrer devido a instalação de um *shopping*, de um hipermercado, entre outros. Pode haver uma valorização

dessa área que impulse o mercado imobiliário e conseqüentemente a venda desses terrenos por um preço mais elevado. Desse modo a cidade torna-se mercadoria frente a economia capitalista que move nossa sociedade.

Conforme Carlos (1994, p. 24):

Se de um lado o espaço é condição tanto da reprodução do capital quanto da vida humana, de outro ele é produto e nesse sentido trabalho materializado. Ao produzir suas condições de vida, a partir das relações capital-trabalho, a sociedade como um todo, produz o espaço e com ele um modo de vida, de pensar, de sentir.

Referindo-se ao trabalho e capital, é importante colocar que ambos constituem um par dialético e indissociável. Estes caminham juntos de mãos dadas, mas são divergentes quanto a sua diferenciação entre um e outro. O capital está concentrado nas mãos da classe dominante, estes detêm o capital caracterizando-se como a classe capitalista, diferentemente da classe proletária que detêm a mão de obra - o trabalho. Entende-se que, o capitalista precisa da mão de obra para produção e o proletário vende essa mão de obra em troca de um salário. O excedente ou a mais-valia que o proletário produz é o lucro do capitalista. Essa é a lógica do sistema capitalista monopolista: a obtenção de lucro.

O homem vive sob o jugo do sistema capitalista, por isso, o seu modo de viver, pensar e sentir condiciona-se a esta lógica imposta à sociedade. O modo de viver diferenciado das classes sociais está desenhado nas cidades na forma da fragmentação, ou melhor, segregação espacial.

2.1.1 A renda da terra urbana

Torna-se importante discutir sobre a renda da terra porque é isso o que interessa ao capital, pois a terra só passou a ter um preço com o advento do capitalismo. No espaço urbano essa lógica do capital torna-se mais visível, pois teremos os espaços que são interessantes ao capital e aqueles em que não há interesse, isto é, os que possuem um preço mais elevado e os que possuem menor valor. Observa-se com isso, que o espaço urbano capitalista é desigual e conseqüentemente segregado/fragmentado.

Em relação à renda da terra Porto-Gonçalves (1984, p. 134-135) afirma:

(...) sendo a terra um fator natural, sem valor porque não é o resultado do trabalho humano, teoricamente não deveria ter preço. Mas, antes do advento do capitalismo nos países europeus, o uso da terra estava sujeito a um tributo, ao pagamento da terra em trabalho, em espécie ou dinheiro. Essas eram formas pré-capitalistas de

renda, decorrentes unicamente do fato de que algumas pessoas tinham o monopólio da terra, cuja utilização ficava, pois, sujeita a um tributo. O advento do capitalismo não faz cessar esta irracionalidade. Ao contrário, a propriedade fundiária, ainda que sob diferentes códigos, foi incorporada pelo capitalismo, contradição essa expressa na renda capitalista da terra. Tal renda nada mais tem a ver com o passado, pré-capitalista, não é mais um tributo individual e pessoal do servo ao senhor. Agora é um pagamento que toda sociedade faz pelo fato de que uma classe preserva o monopólio da terra.

Sabe-se que, a forma de pagamento pela terra no capitalismo é diferenciada do pré-capitalismo, pois a terra não era vista como uma mercadoria, todos tinham acesso na medida em que pagavam o tributo para o senhor. Pois, se pagava um tributo pelo o uso que se fazia da terra. No capitalismo, paga-se um preço para obter uma mercadoria que não é acessível à todos, uma vez que, a terra monopolizada esta concentrada nas mãos de poucos, isto é, proprietários fundiários.

No entendimento de Ribeiro (1979) a terra é um bem não produzido que, portanto, não tem valor, mas que adquire um preço porque o seu uso permite aos agentes econômicos obterem ganhos extraordinários nos investimentos que realizam na cidade. Observa-se nas palavras de Ribeiro que, os agentes econômicos: Estado, proprietários fundiários, promotores imobiliários tornam a terra urbana uma mercadoria, isto é, com um valor agregado.

Assim, capital, mercadoria, valor, lucro, mais-valia, renda, etc., são categorias do pensamento que visam dar conta do conjunto de relações que organizam e especificam a sociedade capitalista e, mais precisamente, a relação dos proprietários e meios de produção e trabalhadores, entre os vários segmentos de proprietários de meios de produção e entre capitalistas e uma outra categoria especial de proprietários existentes na sociedade capitalista: os proprietários de terra. As categorias capital, mercadoria, valor, lucro, mais-valia, renda determinam ideias de uma sociedade capitalista volta para o mercado. Desse modo, definiremos cada uma das categorias:

O capital é a ferramenta do capitalismo que valoriza a agricultura, a indústria, a cidade.

A mercadoria, pode ser relacionada à terra, pois é esta o produto de troca.

O valor é o preço estipulado pelo agentes econômicos para a compra e venda por exemplo da terra.

O lucro é o valor obtido através da exploração da terra.

A mais-valia infere-se que, toda renda fundiária é mais-valia, pois é fruto do trabalho excedente do explorado.

A renda é a remuneração pelo direito de uso da terra imposto ao capital.

Sabe-se que, essas são definições sobre as categorias que envolvem o sistema capitalista e que Marx em seus estudos, principalmente nos volumes de O Capital problematizou muito mais essas categorias. Percebe-se que, estas categorias estão presentes no espaço urbano capitalista, pois a intenção em relação à terra é explorá-la e assim torná-la rentável para o proprietário fundiário, ou melhor para o capital.

Para Harvey (1980): “O solo contém um valor de uso, na medida em que reflete um misto de necessidade e reivindicações sociais, idiossincrasias, hábitos culturais, estilos de vida e similares”. Pois é sobre o solo nesse caso, urbano, que o homem produz sua vida, isto é, constrói sua casa, reproduz sua força de trabalho, etc. Mas, como o solo disponível é limitado em quantidade, e sendo ao mesmo tempo (...) condição necessária à produção capitalista e um elemento vital a toda vida humana, ele assume um preço.

De acordo com Singer (1980, p. 77):

Quanto às suas qualidades especiais enquanto mercadoria, o solo possui um preço nas sociedades capitalistas, que não é absolutamente fixo ou igual para terrenos, de qualidades intrínsecas semelhantes. Tais preços se constituem no valor da renda ou tributo que, “ no mercado imobiliário tendem a ser determinados pelo que a demanda estiver disposta a pagar ”.

Infere-se que, todos os indivíduos necessitam de um local para habitar, se reproduzir, mas percebe-se que, este acesso é limitado para os pobres urbanos, pois estes, muitas vezes não conseguem pagar por um pedaço de terra, e acabam localizando-se nas bordas do tecido urbano, geralmente nos locais onde não interessa ao capital . Estes locais em sua maioria são terrenos do poder público ou privado que foram apropriados pelos pobres urbanos. Assim, nesses locais formam-se loteamentos clandestinos, favelas, vilas.

Na lógica do capital o espaço deve ser cada vez mais suprimido e as forças produtivas que são constituídas pelos meios de produção - capitais, terras, matérias-primas, ferramentas e equipamentos -, fazem com que ocorra esse processo de supressão, pois quanto mais o capital apropria-se do espaço maior renda ele possui.

Pode-se afirmar que, houve um encolhimento do espaço em detrimento ao capital, pois, o capitalismo minimiza o espaço. Quanto menor a distância percorrido por um objeto no espaço mais capital gera. Por exemplo, o mercado *on-line* movimenta a máquina do capital, porque, através de um computador realiza-se uma compra sem precisar sair de casa.

3. A Pobreza urbana

3.1 Discussão sobre a pobreza

A discussão sobre a pobreza é de suma importância para compreendermos como esta espacializa-se e materializa-se no espaço urbano. A proposta do trabalho em questão visa analisar a ocorrência de desenvolvimento sócio-espacial no loteamento Ceval, o qual os moradores são caracterizados como pobres urbanos, logo, são estes os que mais necessitam da contribuição das políticas públicas para terem uma vida digna na sociedade.

Os pobres urbanos são caracterizados principalmente pelo seu acesso precário à bens como moradia, água, saneamento, escola, saúde transporte público, segurança. Esses fatores são elementos básicos para que o indivíduo atenda as suas necessidades mínimas para sobreviver. Veremos no decorrer dessa primeira parte do capítulo, que a pobreza não está ligada somente ao fator renda, mas também à todos esses elementos citados anteriormente, incluindo outros. Pois, a falta ou o precário acesso à esses bens necessários torna crescente ainda mais esse problema social.

Sabe-se que a pobreza estará materializada no espaço urbano onde o acesso à bens e serviços é precário ou até mesmo inexistente.

Juntamente ao tema da pobreza está vinculado a submissão social, o qual está coloca o indivíduo. Esse condicionamento, refere-se, principalmente, à exclusão social que implicam nos fatores de privação quanto à moradia digna, saúde, ensino de qualidade, entre outros. Assim, conjuntamente com a pobreza se discutirá sobre a exclusão social, o qual estão sujeitos os pobres urbanos. Conjuntamente com exclusão social, têm-se a segregação sócio-espacial que materializa-se no espaço urbano como um processo físico e social da pobreza urbana. Uma vez, que o acesso precário à bens e serviços também implicará nas condições de acesso ao espaço. Assim, pode-se classificar esses espaços segregados como espaços excluídos no urbano.

De acordo com Fiori (2004, p. 191): “(...) a pobreza é um fenômeno complexo e multifacetado, vivido diferentemente por diferentes grupos e pessoas e que significa muito mais do que baixa renda”. Entende-se que, há diversos fatores tais como saúde precária, acesso deficiente a serviços essenciais, insegurança, que interligam-se a questão da pobreza. Por ser a pobreza um fenômeno multifacetado não há como criar uma teoria sobre a pobreza que a defina integralmente. Os estudiosos buscam compreender a pobreza nas suas formas

mais gerais. Em outras palavras, acredita-se que a definição de pobreza só pode ser dita por quem vive e sente o que é ser pobre.

Para Santos (1979, p. 8):

Os pobres, por essa definição, seriam “aqueles que têm um poder de compra mais reduzido que o considerado normal para o ambiente em que vivem”. Os miseráveis estariam privados da satisfação de algumas das necessidades vitais, de maneira que a saúde e a força física tornar-se-iam precárias a ponto de fazer perigar a própria vida.

Tem-se conhecimento de que, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) buscou com a criação do Programa Bolsa Família (PBF)² atender esses indivíduos sejam eles pobres ou miseráveis. O PBF tem se mostrado como uma alternativa viável para amenizar a pobreza no Brasil, sendo aplicado em vários outros países, como por exemplo, na Suíça. Assim, para o PBF, a pobreza é a falta de renda mínima para atender as necessidades básicas, direito de todo brasileiro e previstas na Constituição Federal, tais como: saúde, educação, moradia, por exemplo. Diante disso, o PBF, promove a transferência direta de renda as famílias pobres ou extremamente pobres, para que estas supram as suas necessidades básicas.

Para que os indivíduos participem dos programas do governo federal é necessário que se faça o Cadastro único (CADÚNICO). O cadastramento das famílias no CADÚNICO permite identificar seu grau de vulnerabilidade. São consideradas questões como renda, condição de moradia, de acesso ao trabalho, à saúde e à educação.

Com isso pode-se ter uma visão mais aprofundada de alguns dos principais fatores que caracterizam a pobreza, o que permite delinear políticas públicas de proteção social voltadas para essa população. Devem ser incluídas no Cadastro Único as famílias de baixa renda que são aquelas com renda familiar mensal *per capita* de até meio salário mínimo e as que possuam renda familiar mensal de até três salários mínimos.

Além disso, famílias com renda superior a três salários mínimos poderão ser incluídas no Cadastro Único, desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais implementados por quaisquer dos três entes da Federação. Sendo assim, as famílias com renda mensal total superior a três salários mínimos só devem ser cadastradas por demanda para programas específicos, como os programas de

² O PBF foi criado legalmente pela lei 10.836 de 2004, mas implantado em outubro de 2003. O objetivo principal do PBF é amenizar a pobreza e extrema pobreza, através da transferência direta de renda (benefício mensal).

habitação e saneamento que utilizem os registros do Cadastro Único para a seleção das famílias.

Percebe-se que, há uma organização do Cadastro Único, o qual os mais pobres, isto é, os que necessitam mais, localizam-se no topo da pirâmide e os que necessitam menos, estão mais abaixo. Com isso, os mais necessitados são os primeiros a terem suas necessidades de saúde, educação, moradia, trabalho atendidas de forma mais rápida, e os demais por terem uma renda melhor, acabam participando apenas dos programas de habitação e saneamento.

De acordo com Santos (2008, p. 53) há três formas de pobreza que os países subdesenvolvidos conheceram no último meio século:

Pobreza incluída- uma pobreza acidental, às vezes residual ou sazonal, produzida em certos momentos do ano, uma pobreza intersticial e, sobretudo, sem vasos comunicantes. Marginalidade- tal pobreza era produzida pelo processo econômico da divisão do trabalho, internacional ou interna. Admitia-se que poderia ser corrigida, o que era buscado pelas mãos dos governos. Pobreza estrutural- que de um ponto de vista moral e político equivale a uma dívida social. Ela é estrutural e não mais local, nem mesmo nacional; torna-se globalizada, presente em toda parte do mundo.

Cada forma da pobreza (incluída, marginalidade e estrutural) foi agravada devido esse problema social não ser relevante de ser solucionado. O sistema capitalista agigantou-se, globalizou o capital e com ele a pobreza. Percebe-se nitidamente, que com a globalização do capital a pobreza também globalizou-se, avolumou-se. A pobreza estrutural seria o estágio atual da pobreza, pois esta difundiu-se em âmbito global. Há uma naturalização da pobreza legitimada pelos países que aceitam essa situação como algo inevitável. Esse problema social agigantou-se diante da ineficiência do poder público em adotar medidas que mitigassem a pobreza, “ os pobres, isto é, aqueles que são o objeto da dívida social, foram já *incluídos* e , depois, *marginalizados*, e acabam por ser o que hoje são, isto é, *excluídos*”.

Os grupos sociais excluídos, os pobres urbanos, são a massa proletária segregada e excluída. São esses indivíduos excluídos que habitam o loteamento Ceval, ou melhor, que lutaram para incluírem-se, nem que seja de uma forma perversa na cidade, buscando o direito que todo o pobre urbano quer obter - à moradia digna.

Para fins de esclarecimento nesse trabalho, de acordo com o Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos (ONU/ HABITAT), o que conforma uma habitação digna ou adequada é aquela que oferece condições de vida sadia, com segurança, apresentando infraestrutura básica, como suprimento de água, saneamento básico e energia, e contando com a prestação eficiente de serviços públicos urbanos, tais como saúde, educação,

transporte coletivo, coleta de lixo. Ainda, pressupõe a segurança da habitação: é possível ir e vir em segurança e o local não é suscetível a desastres naturais. Quanto à acessibilidade, é preciso que a infraestrutura viária permita o acesso decente e seguro à habitação., habitação digna ou adequada é aquela que oferece condições de vida sadia, com segurança, apresentando infraestrutura básica, como suprimento de água, saneamento básico e energia, e contando com a prestação eficiente de serviços públicos urbanos, tais como saúde, educação, transporte coletivo, coleta de lixo. Ainda, pressupõe a segurança da habitação: é possível ir e vir em segurança e o local não é suscetível a desastres naturais. Quanto à acessibilidade, é preciso que a infraestrutura viária permita o acesso decente e seguro à habitação.

Existem somente definições que contribuem para o entendimento do que é a pobreza. Milton Santos nos diz que, “outros fatores como o gênero, idade e origem étnica que fazem com que o indivíduo seja ou não mais suscetível ao problema social da pobreza”. Porém, há uma certa semelhança entre as definições, em que os autores mencionam que a renda não é somente o problema principal. Há demais fatores como acesso à moradia, escola, saúde de qualidade, infraestrutura urbana, emprego, entre outros; que influem diretamente na inserção do indivíduo na sociedade. Segundo Santos (1979, p.11):

A pobreza urbana, ou melhor, os aspectos da pobreza vinculados à urbanização, alimentou uma atividade intelectual infatigável. Mas as explicações simplistas ou falsas a respeito do que é pobreza e como ela é criada, como funciona e evolui continuam sendo o verdadeiro problema.

Milton Santos salienta que ainda não temos uma definição concreta sobre pobreza, pois estudamos fatos isolados sobre a pobreza urbana e não contemplamos o todo. Por esse motivo, não temos como saber o verdadeiro problema da pobreza. Ele propõe analisar a economia urbana da cidade que de certa forma contemplaria o todo, não gerando apenas informações simplistas sobre a pobreza urbana.

Compreende-se que, Santos mostra a forma do trabalho dos pobres no circuito inferior, pois no seu entendimento, se o nível de escolaridade da população for muito pequeno estes não exercerão atividades que exijam uma destreza intelectual. Assim, têm-se uma ampla massa de indivíduos que ganham salários abaixo do que realmente necessitam para sobreviver. Pois o mercado, ou melhor o circuito superior da economia, vincula-se à escolaridade que muitas vezes inexistente entre as camadas mais baixas da sociedade, esse aspecto faz com que aja um rebaixamento do salário, fazendo com que uma enorme parcela da população se submeta à trabalhos maçantes para obterem o seu sustento e da família.

Conforme Santos (1979, p. 31):

A formação do salário nas atividades modernas também coloca em risco a tese da “massa marginal”. As enormes possibilidades de trabalho da “massa marginal” pesam fortemente sobre o mercado de trabalho não intelectual no circuito moderno e baixam os salários. Implica, ao mesmo tempo, um aumento do excedente do empresário como também um aumento na taxa de lucro.

A massa marginal seriam as massas deserdadas, vítimas da evolução da produção do sistema capitalista, mais precisamente a população pobre. Assim, essa população possui vantagens no mercado quanto ao acesso ao trabalho, porém torna-se cada vez mais explorada devido não estar vinculado ao mercado do trabalho intelectual. Com isso contribui para o aumento do lucro para o dominante.

Para Santos (1979) a pobreza viria de fato de um país passar por um crescimento sem que nele haja desenvolvimento.

Conforme o dicionário de Economia, o crescimento econômico é definido como o aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica. É definido basicamente pelo índice de crescimento anual do Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita*. O crescimento de uma economia é indicado ainda pelo índice de crescimento da força de trabalho, pela proporção da receita nacional poupada e investida e pelo grau de aperfeiçoamento tecnológico. O desenvolvimento é definido como o crescimento econômico (aumento do Produto Nacional Bruto per capita) acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia. Pode-se dizer que cada país possui uma história em relação a economia que hoje é refletida. As análises sobre desenvolvimento de um país da Organização das Nações Unidas (ONU) levam em consideração os indicadores como taxa de mortalidade, grau de dependência da economia externa, grau de alfabetização, nível de industrialização, entre outros. Todos esses indicadores estão vinculados diretamente à economia e à política de um país, pois os resultados desses indicadores serão o reflexo da boa ou má administração desse país.

Assim, entende-se que se um país crescer economicamente sem se desenvolver obviamente a proporção de população pobre dobrará em poucos anos. Uma vez que o crescimento não leva em consideração o bem estar da população (aspecto social). O desenvolvimento é fator primordial para que se tenha redução da pobreza principalmente em países subdesenvolvidos como o Brasil.

A pobreza é uma condição social precária de responsabilidade do poder público e do sistema capitalista que visa o lucro às custas da exploração do trabalho. A temática da pobreza não pode ser tratada como algo natural como observa-se atualmente, deve-se adotar ações que mitiguem esse problema social que difunde-se pelo globo. Gunder (1966, p. 1 apud Santos, 1979, p.28) coloca que os pobres “não são socialmente marginais, e sim rejeitados; não são economicamente marginais, e sim explorados; não são politicamente marginais e sim reprimidos”. A exploração da mão-de-obra dos excluídos seria um dos principais fatores que contribuem para que haja essa discrepância entre ricos e pobres (desigualdade social) em âmbito global.

Diante disso, analisa-se que, os pobres urbanos, são um problema social que reflete-se nas cidades brasileiras, através da segregação sócio-espacial que materializa-se de modo explícito. Os grupos excluídos estarão localizados nas bordas do tecido urbano, produzindo seu espaço da maneira que conseguirem e os demais, estes poderão usufruir de longos espaços de terra, pois o capital se concentra em suas mãos. Assim sabe-se que uma maioria estará nos pequenos espaços que restam da cidade e a minoria, nas extensas terras dotadas de infraestrutura. Assim, a pobreza urbana de forma globalizada incidirá sobre as cidades e teremos uma colcha de retalhos, formada por espaços excluídos e incluídos no urbano.

A exclusão social na análise de Demo e Martins enfoca as privações e vulnerabilidades de grupos sociais, privilegiando a contradição. Assim, estes autores centram a análise na constituição histórica de um princípio excludente que faz parte das sociedades capitalistas em geral e da sociedade brasileira em particular. A perspectiva da análise privilegia a contradição. Vale ressaltar que, estes autores argumentam que a exclusão é uma forma específica de inclusão que necessariamente cabe, na sociedade capitalista, a uma parte da população.

De acordo com Demo (2003, p. 85 apud LEAL, 2011, p. 19):

Contingentes populacionais cada vez maiores são lançados (expulsos e integrados) na margem do sistema, não porque sejam supérfluos, mas porque precisam ser “descartados”. Não se pode ignorar a condição de confronto, a unidade de contrários. Basta lembrar que, se toda população mundial tivesse acesso ao mesmo nível de bem-estar existente nos países centrais, não haveria como sustentar o meio ambiente. A condição de pobreza dos 80% da população mundial não é indicativa de condição supérflua, mas de “marginalização” historicamente produzida. Os excluídos, reprimidos na margem, estão aí incluídos, fazem parte intrínseca da dinâmica contrária. Não há aí dualismo (dicotomia estanque), mas dualidade dialética.

Esta afirmativa corrobora com a ideia de contradição entre incluídos que são integrados na sociedade de forma que estes possuem os melhores espaços da cidade para habitarem e produzirem. A massa excluída ocupa as bordas do tecido urbano sem amenidades e infra estrutura precária ou muitas vezes inexistente. Assim, infere-se que não há uma forma de acesso igualitário para todos e que alguns terão de ser incluídos perversamente na sociedade.

Pedro Demo (2003) em seus estudos relaciona a exclusão social com a pobreza enfatizando que, “o lócus da pobreza está nas relações sociais que se estabelecem historicamente, impedindo a autonomia emancipatória de parte dos sujeitos sociais”. O autor infere que a pobreza que temos na sociedade contemporânea é, no seu modo de pensar, a mesma que existiu em todas as fases das sociedades capitalistas. Ele ainda salienta que a pobreza é intrínseca ao regime capitalista em todas as suas fases, sendo gestada pela dinâmica da produção de mais-valia.

Além disso, Demo (2003) lembra que Marx já havia previsto a passagem para o predomínio desse tipo de mais-valia (hoje a relativa) baseada na exploração da inteligência do trabalhador. Ele diz que havia percebido também a reiterada existência do exército industrial de reserva e do lumpemproletariado, conceito considerado por Demo (2003) como próximo da noção atual de “excluídos sociais”, pela sua falta de aproveitamento produtivo.

As críticas de Demo no livro: O Charme da exclusão social, se baseiam no tratamento da exclusão social como novidade o que ele mostra que não é nada novo. Pois, é um processo que sempre ocorreu nas fases das sociedades capitalistas. Assim, ele complementa dizendo que: “a exclusão sempre faz parte do processo capitalista de produção desde sempre” (DEMO, 1998).

O sociólogo José de Souza Martins volta-se suas análises da exclusão a partir de uma visão geral da sociedade como um todo contraditório afirmando que: “ a sociedade que exclui é a mesma que inclui e integra, que cria formas também desumanas de participação, na medida em que delas faz condições de privilégios e não de direitos” (MARTINS, 2002, p.11). De acordo com o exposto, há uma dialética que envolve a inclusão e ao mesmo tempo a exclusão, porém, a inclusão dos excluídos se dá de forma perversa, negligenciando os direitos dos cidadãos. Assim, se tornam cada vez mais precarizados.

Segundo Leal (2011, p. 166):

Faz parte de qualquer sociedade capitalista o jogo de excluir e incluir, como duas faces necessárias da mesma moeda. Assim, o problema da exclusão nasce com a sociedade capitalista típico dela, mas juntamente com o problema da inclusão.

Poderíamos dizer que a própria gênese do capitalismo está na expropriação do trabalhador de seus meios de produção- uma forma de exclusão- para em seguida, incluí-los como trabalhadores assalariados.

Diante disso, entende-se que, os indivíduos estão incluídos mesmo que de forma perversa na sociedade. Martins (1997, p. 32) afirma que: “ a sociedade capitalista desenraíza, exclui, para incluir, mas incluir de outro modo, com suas próprias regras, segundo sua própria lógica”.

O sociólogo no livro *Exclusão social e a nova desigualdade*, coloca a percepção do movimento de exclusão e inclusão na sociedade de que modo que até algumas décadas atrás, apenas o movimento de inclusão era percebido, porque se prolongava. Ele diz que a exclusão era rápida, por exemplo no caso dos camponeses expulsos da terra pela modernização das máquinas e reincluídos na sociedade por meio do trabalho nas indústrias. Atualmente, este processo é mais fácil de ser percebido, pois o problema do desemprego tornou o período de espera pelo emprego mais longo. Dessa forma, nem todos são reincluídos, fazendo com que se aumente a massa sobrando, pois não há mais aquele movimento rápido entre exclusão e inclusão, como anos atrás, em que o processo era mais dinâmico. Assim, Martins (1997, p.33) coloca que: “ uma grande massa de população sobrando, que tem de fato pouca chance de ser reincluída nos padrões atuais de desenvolvimento econômico”.

Sua crítica à exclusão social refere-se ao modo equivocado com que se utiliza o termo. Pois, não há um movimento de exclusão empurrando as pessoas “para fora” das relações sociais e dos direitos, na verdade esse movimento empurra para dentro, para a condição subalterna de reprodutores mecânicos do sistema econômico, reprodutores que não reivindicam nem protestem em face de privações, injustiças, carências (MARTINS, 1997, p.17).

3.1.1 A segregação sócio-espacial como materialização da pobreza urbana

Na ciência geográfica, mais propriamente no âmbito da geografia urbana, estuda-se também as problemáticas sociais que acometem as cidades. Dentre essas problemáticas, materializa-se no espaço a pobreza urbana mediada pela segregação sócio-espacial, logo fragmentando o espaço urbano. Este fato faz com que se observe dois espaços na cidade: um em que habitam os mais abastados geralmente em áreas com amenidades e infraestrutura adequada, pode-se dizer os incluídos; e outro onde habitam os desprovidos de um espaço com amenidades e muitas vezes ausente de infra estrutura, o dos excluídos. Nestas áreas excluídas

encontram-se, principalmente, as favelas, vilas, cortiços, aglomerados subnormais, ocupações irregulares no espaço urbano. Com isso, procurou-se abordar sobre essas áreas excluídas, onde a pobreza urbana esta materializada.

Essa diferenciação entre os incluídos e os excluídos, materializa-se no espaço urbano de forma que uma minoria incluída obterá a os maiores e melhores terrenos da cidade em detrimento de uma maioria excluída que estará alocada nas franjas do tecido urbano, a infraestrutura urbana é precária e os equipamentos urbanos praticamente inexistentes. De acordo com Rodrigues (1991, p. 11):

Espacialmente mudam as características da habitação. É suficiente observar qualquer cidade para verificar que há uma grande diferenciação entre as características de moradias dos bairros, tamanho dos lotes das construções, da “conservação”, de acabamento das casas, as ruas- asfaltadas ou não -, a existência de iluminação, esgotos, etc. para se ter uma noção da segregação espacial. Ao mesmo tempo, há espaços na cidade com infra estrutura e outros sem. Há espaços densamente ocupados e outros com rarefação de ocupação. Amplos espaços servidos de infra-estrutura e outros com grande densidade de ocupação, mas com rarefação de serviços. Isto significa que a diversidade não se refere apenas ao tamanho e características das casas e terrenos, mas à própria cidade.

Pode-se analisar na cidade que os terrenos mais extensos e com grandes casas são dotados de amenidades e infraestrutura adequada, o qual quem detêm o capital pode pagar por esses espaços. Os que não detêm capital para habitarem essas áreas constroem suas moradias nas margens de canais, onde há frequentemente enchentes, nas bordas dos morros arriscando suas vidas com desmoronamentos, longe da cidade em áreas sem acesso à transporte, água, luz, enfim estes indivíduos moram onde inexistente infraestrutura urbana e amenidades. A vida na cidade para esses indivíduos é uma batalha diária, pois as intempéries do tempo, assim como as ameaças de expulsão dessas áreas constituem um clima de extrema angústia. Não se sabe para onde se vai em caso de expulsão, se terá um outro lugar para ir, se começar a chover, perde-se tudo. Essa população destituída de um lugar digno para viver, estariam sujeitos a viver nos arremedos da cidade conforme Arlete Rodrigues seriam “as extensas e sujas “periferias” e as áreas centrais ditas “deterioradas”.

De acordo com Haesbaert (2004, p.315):

Percebendo a pobreza associada à disponibilidade de recursos, “recurso” deve ser visto na sua acepção mais ampla, o que inclui, no nosso entender, a própria dimensão espacial, ou seja, o território como “recurso”, inerente à nossa reprodução social. Com isto partimos do pressuposto de que toda pobreza e, com mais razão ainda, toda exclusão social, é também em algum nível, exclusão socioespacial e, por extensão, exclusão territorial.

Entende-se que, se a pobreza está vinculada ao acesso ou carência na aquisição de bens que atendam às necessidades básicas a uma vida digna em sociedade, é compreensível que estas áreas excluídas possuem carências materiais e sociais. Em virtude disso, pode-se afirmar que, o processo capitalista acelera a discrepância entre o lugar do abastado e o do destituído. Pode-se dizer que, no espaço urbano ocorrem contradições entre ricos e pobres; hegemônicos e subalternos. Assim, essas contradições e disputas, materializam-se na forma de espaços segregados, fragmentando o espaço urbano.

Conforme Fernandes (2004, p. 19):

Muito da literatura, nos anos recentes, tem também focado problemas mais específicos que afetam a realidade urbana brasileira. A idéia de que as cidades, de forma geral, têm se tornado mais fragmentadas e de que há agora, a um só tempo, uma divisão social e espacial mais nítida e dialética entres espaços legais e ilegais, formais e informais, regulares e irregulares, ricos e pobres, na cidade, é cada vez mais cabível. Mesmo originando-se de um mesmo processo social e econômico, o espaço social é segregado com o estabelecimento de mecanismos de inclusão/exclusão que são operados pelo mercado, em especial o mercado de terras. Da mesma forma, o acesso aos serviços e infraestrutura, na cidade, tem sido mediado pelo mercado (...) mas a maioria das pessoas pobres é certamente mais afetada do que os outros grupos- por razões óbvias.

Pode-se dizer, que os demais grupos produtores do espaço urbano hegemônicos e não hegemônicos/subalternos vinculados ao mercado de terras, possuem uma única intenção que é de comercializar a terra, para obter lucro (valor de troca). O grupos hegemônicos são representados pelos que utilizam a terra para obtenção do lucro, são eles: proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários e o Estado. Os grupos não hegemônicos/subalternos são representados pelos grupos sociais excluídos os quais necessitam de terra para sua moradia (valor de uso). Esse mercado capitalista da terra é que movimenta-se no espaço estabelecendo esse jogo de incluído e excluído do acesso à terra.

De acordo com Carlos (1992, p. 47):

A discussão do valor de espaço nos remete à idéia do espaço-mercadoria, e à forma através da qual o espaço apropriado aparecerá como propriedade de alguém. Trabalhar com a forma de propriedade territorial significa estudar o caráter geral das relações espaciais de produção e o monopólio de certas pessoas que está pressuposto na propriedade e que dá a elas o direito de dispor de determinadas parcelas do espaço geográfico como esferas privadas, excluindo os demais membros da sociedade e determinando como tal parcela será utilizada e qual a classe social que irá desfrutá-la. Isto se expressará na segregação espacial fruto da diferenciação de classe, de seu poder econômico, político e social. No entanto, mesmo onde a separação dos grupos sociais não aparece como uma evidência gritante, podemos perceber os traços da segregação.

Os agentes que possuem o capital, assumem o papel de detentores do espaço urbano, o qual decidirão os espaços que estarão disponíveis para as classes mais elevadas utilizarem, logo os grupos excluídos se submeterão, aos espaços sobrantes. Geralmente, eles se localizam em áreas que não são importantes naquele momento pelo capital. Nesse emaranhado de escolhas e disputas pelo uso e ocupação do solo urbano, o lado mais fraco será o dos grupos excluídos, pois são estes os mais vulneráveis e que possuem escolhas limitadas quanto o acesso à terra no espaço urbano. O outro lado mais favorecido, terá uma gama muito maior de escolhas da terra, pois as possibilidades multiplicam-se devido disporem de capital.

Conforme Carlos (1992, p.48):

As classes de maior renda habitam as melhores áreas, seja as mais centrais ou, no caso das grandes cidades, quando nestas áreas centrais afloram os aspectos negativos como poluição, barulho, congestionamento, lugares mais distantes do centro. Buscam um novo modo de vida em terrenos mais amplos, arborizados, silenciosos, e com maiores possibilidades de lazer. À parcela de menor poder aquisitivo da sociedade restam as áreas centrais, deterioradas e abandonadas pelas primeiras, ou ainda a periferia, logicamente não arborizada, mas aquela em que os terrenos são mais baratos, devido à ausência de infraestrutura, à distância das “zonas privilegiadas” da cidade, onde há possibilidades da autoconstrução- da casa realizada em mutirão. Para aqueles que não têm nem essa possibilidade, o que sobre á a favela, em cujos terrenos, em sua maioria não vigoram direitos de propriedade.

A luta pelo direito à cidade, ou melhor, por uma moradia digna é constante para os grupos sociais excluídos. Por não terem condições financeiras suficientes para sustentar a família e pagar aluguel muitas famílias instalam-se em favelas.

Para Rodrigues (1991, p. 40):

As favelas são, para a população, uma estratégia de sobrevivência. Uma saída, uma iniciativa, que levanta barracos de um dia para o outro, contra uma ordem desumana, segregadora. Uma iniciativa que desmistifica o mito da apatia do povo: é apático o indivíduo que luta para sua sobrevivência, que busca resgatar sua cidadania usurpada.

A cidadania é usurpada justamente por aquele que detêm o capital (dominante), que objetiva cada vez mais o lucro em detrimento da exploração da força de trabalho de indivíduos, que lutam veementemente por um espaço na cidade que possa ser seu. A inserção social do indivíduo na sociedade não deve se dar excluindo e reincluindo mais precariamente do que antes, porque assim só se expandirá essa materialidade da pobreza urbana: a segregação sócio-espacial.

De acordo com Rodrigues (1991, p. 41):

A preocupação e atuação do Estado nas favelas tem sido, ao longo dos anos, marcada por duas propostas básicas: erradicação da favela, através da remoção dos moradores e a liberação da área antes ocupada, para outros usos, com o objetivo de extirpar estes aglomerados, que sem dúvida interferem no preço da terra das imediações. A existência das favelas desvaloriza a terra das proximidades. Ao remover a favela, remove-se um dos obstáculos para aumentar a renda da terra, ao mesmo tempo que se leva “para mais longe” os seus moradores e a sua pobreza. A outra possibilidade é a permanência da favela, com erradicação de suas características- urbanização e melhorias com introdução de infra-estrutura (água, luz, esgoto sanitário) e a abertura de vias mais amplas de circulação. A urbanização prevê a permanência da população na área ocupada, porém com modificações substanciais na aparência e na legalidade, pois supõe a divisão da favela em lotes ou frações ideais de um terreno.

Esse último processo descrito como atuação do Estado foi adotado no Loteamento Ceval, objeto desse estudo, pois devido a ocupação irregular, o local tornou-se uma favela. Com a urbanização, divisão dos lotes, infraestrutura urbana e doação de casas populares, o Loteamento Ceval passou por uma melhoria estética o que valorizou esta área.

3.1.1.1 Espaços no urbano produzidos pelos grupos sociais excluídos

Nesse estudo sobre a produção do espaço urbano, torna-se importante, apontar alguns lugares onde habitam os grupos sociais excluídos. Não teve-se a intenção de explicar sobre todos, mas de elencar os

Assim, o Ministério das cidades utiliza a terminologia assentamentos precários, os quais são:

Favelas: Aglomerados de domicílios autoconstruídos, dispostos de forma desordenada, geralmente densos e carentes de serviços públicos essenciais, ocupando terreno de propriedade alheia (pública ou particular). Assentamentos que carecem de direito de propriedade e constituem aglomerações de moradias de qualidade abaixo da média. Sofrem carências de infraestrutura, de serviços urbanos e de equipamentos sociais e/ou estão situados em áreas geologicamente inadequadas e ambientalmente sensíveis.

Cortiços: Habitações coletivas, constituídas por edificações subdivididas em cômodos alugados, subalugados ou cedidos a qualquer título, superlotadas e com instalações sanitárias de uso comum dos moradores dos diversos cômodos.

Conjuntos habitacionais degradados: Conjuntos habitacionais construídos pelo setor público que se encontram atualmente em situação de irregularidade ou degradação, demandando ações de reabilitação ou adequação.

Loteamentos irregulares: Conjuntos habitacionais construídos pelo setor público que se encontram atualmente em situação de irregularidade ou degradação, demandando ações de reabilitação ou adequação.

Com relação à moradia esses assentamentos precários são algumas das estratégias da população pobre para habitar na cidade. Assim, a Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades coordenou o Plano Nacional de Habitação (2009- 2023) o qual tem como objetivo principal promover uma moradia digna à população pobre, através de programas como o Minha Casa, Minha Vida.

O Observatório de Favelas é uma organização social de pesquisa e de proposições políticas sobre as favelas. Segundo essa organização a favela é: “ Um espaço destituído de infraestrutura urbana- água, luz, esgoto, coleta de lixo; sem arruamento; globalmente miserável; sem ordem; sem lei; sem regras; sem moral. Enfim, expressão do caos”.

A definição de favela conforme o Observatório, constitui um arcabouço de problemas sociais e espaciais entrelaçados à está condição urbana miserável que estão condicionados muitos indivíduos esquecidos pelo Estado.

De acordo com Corrêa (1995, p. 30):

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. A produção desse espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e ao mesmo tempo, um estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos recém expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade.

O espaço que é produzido pelos grupos sociais excluídos sejam favelas, cortiços, vilas é o produto das condições que esses indivíduos possuem produzirem seu espaço, mais precisamente o espaço de moradia. Resta à eles as bordas do tecido urbano, em que a infraestrutura urbana praticamente inexistente. São nesses espaços que se reproduzem os pobres urbanos, nas margens, bordas ou franjas da cidade.

De acordo com a legislação brasileira - lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979: “O loteamento é a divisão de glebas em lotes destinados à edificação, com aberturas de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias já existentes”.

Essa modificação na área da Ceval foi feita e os moradores puderam usufruir de um pedaço de terra que era seu. Portanto, o loteamento Ceval, não é irregular, pois foi regularizado.

Diante do que foi exposto, pode-se inferir, que a segregação sócio-espacial leva os grupos sociais excluídos à adotarem inúmeras alternativas e estratégias para sobreviver na cidade seja na favela, no cortiço, no loteamento irregular. As terminologias servem para definirem o que é este lugar, pois independentemente da terminologia a população que lá está em geral possui necessidades básicas como acesso precário à escola, saúde, infraestrutura, urbana, segurança, transporte público. Assim, o órgão do governo que possui esse atributo de identificar essa população excluída é o IBGE, que contribui para apontar e mostrar os locais onde essas populações localizam-se e as necessidades que estão passando. Com o apoio do IBGE, é possível pensar em políticas públicas direcionadas para determinado fim, que atendam as necessidades das populações excluídas, seja em âmbito local, regional ou nacional.

3.1.2 Os Agentes Modeladores do Espaço Urbano: Os Grupos Sociais Excluídos

Os agentes modeladores do espaço urbano constituem o grupo que age sob o solo urbano, isto é, ocupa e usa o espaço urbano. De outro modo, são os agentes que produzem a fragmentação e articulação do espaço urbano. Pois, organizam espacialmente o urbano, que podem ser através da incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, realocação de infraestrutura promovendo ou não a mudança social e econômica de determinadas áreas. A produção do espaço urbano do loteamento Ceval que era um espaço fabril e hoje é um espaço de moradia teve a ação de alguns dos agentes modeladores que modificaram aquele espaço, salienta-se os proprietários dos meios de produção e os grupos sociais excluídos. Pode-se dizer, que no passado o agente envolvido era o proprietário dos meios de produção, pois havia uma fábrica o qual exigia uma extensa área de terra. Com o passar dos anos e o fechamento da fábrica a área tornou-se obsoleta. A ocupação da área pelo grupos sociais excluídos deu-se devido as precárias condições de moradia que viviam anteriormente os moradores do loteamento Ceval.

O professor Roberto L. Corrêa subdivide os agentes modeladores do espaço em cinco grupos os quais veremos a seguir:

Os proprietários dos meios de produção são grandes consumidores de espaço, pois necessitam de terrenos amplos e baratos que contribuam locacionalmente com as atividades de suas empresas. Pode-se dizer, que estes foram os produtores do espaço fabril, anterior ao espaço de moradia do loteamento Ceval.

Os *proprietários fundiários*, atuam para obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, pois a intenção é que as terras possuem o maior valor possível, sendo principalmente para uso comercial ou residencial de alto padrão. Subentende-se que, estão mais preocupados com o valor de troca da terra do que com o valor de uso.

Os *promotores imobiliários*, entende-se um conjunto de agentes que realizam, as seguintes operações de financiamento; estudo técnico; construção e comercialização do imóvel, isto é, transformam o capital-mercadoria em capital-dinheiro, acrescido de lucro.

O *Estado* atua na organização espacial da cidade. Sua atuação tem sido complexa e variável tanto no tempo como no espaço, refletindo a dinâmica da sociedade da qual é parte constituinte (CORRÊA, 1995, p. 24).

Os *grupos sociais excluídos* são aqueles que não possuem renda para pagar o aluguel de uma habitação digna e muito menos para comprar um imóvel. Este é um dos fatores, que ao lado do desemprego, doenças, subnutrição, delineiam a situação social dos grupos excluídos. Esses grupos são caracterizados como pobres urbanos, pois o acesso à terra é limitado, ou praticamente inexistente. O sistema capitalista os expurga para as bordas do tecido urbano, ou melhor, para os lugares mais insalubres onde há riscos ambientais, como deslizamentos de terra, enchentes.

O loteamento Ceval, escolhido para o estudo é atualmente ocupado por cidadãos que moravam anteriormente as margens do Canal São Gonçalo, o que acarretava em constantes alagamentos das moradias. Percebe-se, com isso, que os grupos sociais excluídos são segregados sócio espacialmente no espaço urbano e que a lógica do mercado capitalista de terras contribui para que esses cidadãos sejam empurrados para habitarem onde a infraestrutura urbana é precária, ou inexistente.

Os pobres urbanos, ou os grupos excluídos são os trabalhadores que contribuem para que a roda do sistema capitalista se mova constantemente, em suma, são eles o operariado, o proletário. Estes, possuem sérias dificuldades de acesso à terra, à moradia digna. Pois, estes não usufruem de um pleno acesso à cidade, uma vez que, diga-se de passagem, na visão capitalista não há espaços para esses grupos no espaço urbano. Esses grupos encontram-se nas vilas, loteamentos irregulares, favelas, cortiços, geralmente localizados em terrenos públicos ou privados. Essas são algumas maneiras que eles encontram para produzirem o espaço urbano.

Os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, compõem o grupo dos agentes hegemônicos detentores de capital para adquirirem a terra. O Estado, deveria colocar-se como

o mediador dos conflitos existentes na aquisição da terra, mas na maioria dos casos age facilita o acesso á terra, principalmente para a iniciativa privada. Os grupos sociais excluídos não dispõem de capital para investirem, o que acaba os colocando em uma posição inferior, quanto o acesso à terra que torna-se limitado.

Este conjunto limitado de escolhas e condições de vida no espaço urbano, condiciona-se aos grupos sociais excluídos que não podem pagar pelos espaços melhores equipados da cidade, isto é, aqueles em que há infra- estrutura urbana adequada e amenidades. Isto faz com que esses grupos habitem espaços precários da cidade, principalmente onde há riscos ambientais como: enchentes, desabamentos de terra. Por esse motivo o pleno direito à cidade já torna-se uma luta, onde de um lado estão os mais abastados e de outro os “excluídos”, isto torna o espaço cada vez mais fragmentado e desigual. De acordo com isso, entende-se que, cada agente social possui um interesse específico pela terra, o que torna o espaço urbano não coletivo, mas individual.

3.1.3 Ocupação e uso do solo urbano pelos grupos sociais excluídos

Sabe-se que, devido à lógica capitalista do mercado de terras, há uma fragmentação do espaço urbano que torna alguns espaços mais valorizados do que outros. Os espaços no urbano onde há pouca valorização imobiliária acabam sendo mais baratos pois, muitas vezes não há amenidades, infraestrutura. Os terrenos de preço mais elevado são adquiridos pela população que usufrui da cidade, ou melhor que pode pagar para ter amenidades naturais, infraestrutura urbana adequada.

Os pobres urbanos, ou seja, a massa proletária (trabalhadores), em sua maioria buscam acessar à terra da forma que conseguem seja por meio de ocupação de terrenos públicos ou privados, seja através da ocupação de prédios ou casas desocupadas.

De acordo com Panizzi (1993, p.357), pode-se ter modos de aquisição de um terreno que são: ocupação individual, ocupação coletiva, ocupação de lotes abandonados, ocupação de lotes abandonados, compra do “direito de posse” dos primeiros ocupantes, compra da casa e das benfeitorias existentes no lote.

- a) Ocupação individual- é quando um indivíduo invade um terreno público ou privado para ali estabelecer sua moradia.
- b) Ocupação coletiva- ocorre quando um grupo de pessoas invade um terreno público ou privado buscando construir suas moradias. Pois, na maioria das vezes, esses cidadãos não possuem condições de pagar aluguel e há impossibilidade de comprar a casa própria.

- c) Ocupação de lotes abandonados- refere-se à invasão de um terreno em área urbana abandonado ou vazio esperando por valorização imobiliária.
- d) Compra do “direito de posse” dos primeiros ocupantes- explica-se pela compra do direito de posse do morador anterior, que conseguiu a posse da terra através da invasão.
- e) Compra da casa e das benfeitorias existentes no lote- pode-se dizer que há compra apenas da casa e das benfeitorias no lote invadido, o terreno não pertence ao morador.

No caso do loteamento Ceval, objeto desse estudo houve a ocupação coletiva de um terreno, o que é caracterizado como ocupação. Pois, os ocupantes moravam em uma área de riscos ambientais, logo a ocupação ocorreu por não possuírem condições de adquirir uma propriedade de forma legal.

Para Rodrigues (1991, p. 45): “Não se pode viver sem ocupar espaço. Morar é uma das necessidades básicas, assim como comer, vestir,etc”. A necessidade de obter uma moradia foi o principal objetivo que levou o grupo social excluído, que hoje habita o loteamento, à ocuparem a área. Pode-se dizer, que não houve uma outra intenção além da obtenção de uma moradia digna para as famílias que ocuparam aquele espaço. Os pobres urbanos, isto é, os grupos sociais excluídos buscam lutar pelos seus direitos e o direito à moradia é essencial para a reprodução da vida humana.

Arlete Rodrigues (1991, p. 46), explica que:

Em geral, o limite de produção da moradia, que atenda a necessidade dos trabalhadores, tem sido analisado pelo viés do mercado. Como os trabalhadores não podem pagar pelo direito de uso, não há incentivo para a produção de casas para aluguel; como não podem pagar pelo direito de propriedade, não há incentivos de produção de casas para compra e venda no mercado, ou seja, não há incentivos à produção.

Essa lógica perversa do mercado impõe decisivamente que os grupos sociais excluídos, localizem-se em espaços esquecidos da cidade. Tais como, os espaços em que, inexistente infraestrutura urbana, implicando na precária reprodução da vida. Sabe-se que, a moradia é uma necessidade básica e se esse direito é retirado dos grupos, a reprodução da sociedade torna-se cada vez mais deficitária. Uma vez que, a segregação sócio-espacial promovida por esse não incentivo à produção da moradia, é uma marca profunda da desigualdade que se materializa no espaço urbano. Percebe-se que, com a falta de incentivos os ricos habitam os lugares mais primorosos e luxuosos da cidade e a população pobre, localiza-se nas margens de rios, nos morros, enfim onde conseguem habitar.

Assim, segundo Rodrigues (1991, p. 46):

(...) quando alguma calamidade atinge determinados lugares, as famílias aí moradoras podem obter algum lugar para ficar provisoriamente, como é no caso de áreas atingidas por enchentes, incêndios, até que o lugar anterior seja reconstruído, ou se arrume um outro lugar definitivo ou ainda provisório para ficar.

Esta citação vem a calhar com a situação que os grupos sociais excluídos enfrentam no espaço urbano, pois na maioria das vezes as áreas ocupadas estão sujeitas à desastres ambientais. O caso dos moradores do Loteamento Ceval, não foi diferente, uma vez que, antes de ocuparem a área da Ceval, eles sofriam com frequentes enchentes e a saída foi procurar um local em que isso não ocorresse. Mas, esse novo espaço não foi provisório, tornou-se definitivo, e assim construiu-se o Loteamento Ceval.

De acordo com Regina Bega dos Santos (2008, p. 132) há diferença entre ocupação e invasão, a qual ela esclarece que:

(...) não é simplesmente semântica. No uso do termo *invasão* estão implícitas a ilegalidade e a violência da ação: invadir a privacidade ou a propriedade de outrem. Trata-se de uma ação ilegítima. O termo *ocupação* relaciona-se a conquista de um direito: ocupa-se o que é de direito. Aquilo que em algum momento, do passado ou do presente foi usurpado de um grupo ou classe social, mesmo que não tenha sido “diretamente” usurpado. Mas a desigualdade social, que também significa desigualdade de oportunidades, a exploração e a espoliação impediram que esses cidadãos mais pobres tivessem acesso a propriedade da terra ou a moradia.

Desse modo, podemos dizer que, a área da Ceval não foi invadida, mas sim ocupada, porque o interesse principal seria para fins de moradia. Com isso, adotaremos o termo ocupação para nos referirmos a ação do grupo social da área da Ceval.

Para Panizzi (1993, p. 357): “as modalidades diferenciadas de aquisição de um terreno constituem um dos resultados mais significativos dos processos de invasão de áreas urbanas”. As várias modalidades diferenciadas correspondem aos grupos excluídos, porque estes dispõem de poucas escolhas para sua moradia no espaço urbano. Essas escolhas na maioria das vezes classificam-se como ilegais frente a legislação urbana.

Conforme Panizzi (1993, p.358) a justificativa é de que:

Na legislação brasileira proprietário de um terreno é o indivíduo em cujo nome encontra-se transcrito o imóvel no Cartório de Registro de Imóveis competente. Esta característica revela um aspecto essencialmente formal da propriedade, a qual se fundamenta, (...). O proprietário, pode ou não ser o possuidor da coisa. (...). Existem inúmeras hipóteses de proprietário não possuidor mas, aqui, o que importa é aquela em que ele perde a posse por ato de outrem ou de uma coletiva. Possuidor, vulgarmente tratado por “posseiro”, é aquele que detém fisicamente a coisa. Pode não ser o proprietário, mas tem um imóvel sob a sua posse.

Atualmente, os moradores do loteamento Ceval, usufruem da posse do terreno. Mesmo, não tendo o título oficial de propriedade, os moradores conseguiram adquirir uma moradia digna, isto é, um espaço que podem chamar de seu.

Para esses grupos excluídos, o solo urbano é utilizado como moradia, o que denomina-se de valor de uso. Pode-se afirmar, que temos no espaço urbano uma forte diferenciação quanto ao uso e ocupação do solo urbano, pois cada agente utilizará o solo para um determinado fim.

4. Desenvolvimento sócio-espacial: Uma mudança social positiva

4.1 Percorrendo o caminho para alcançar o Desenvolvimento sócio-espacial

4.1.1 Os parâmetros para o Desenvolvimento sócio-espacial

A discussão sobre o Desenvolvimento sócio-espacial torna-se necessária pois, propõe que os indivíduos tenham autonomia para lutar e reivindicar pelos seus direitos sociais, promovendo assim, uma mudança para melhor na vida e no espaço. Assim, é mister que elucidamos para a definição que Souza utiliza quanto ao desenvolvimento sócio-espacial. Para Souza, o desenvolvimento não deve ser visto apenas pelo viés econômico, mas como uma mudança social positiva.

Souza (2008, p. 60-61) explica que:

O conteúdo dessa mudança, todavia, é tido como não devendo ser definido *a priori*, à revelia dos desejos e expectativas dos grupos sociais concretos, com seus valores culturais próprios e suas particularidades histórico-geográficas. Desenvolvimento é mudança, decerto: uma mudança para melhor. Um “desenvolvimento” que traga efeitos colaterais sérios não é legítimo e, portanto, não merece ser chamado como tal.

Entende-se que, o desenvolvimento visto pelo viés da mudança social, foge do sentido econômico e busca analisar o desenvolvimento a partir do aspecto social que envolveria o bem estar dos cidadãos na sociedade, isto é, o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária. De acordo com Sen (2000), o desenvolvimento é um processo de expansão das liberdades individuais, um processo que permite às pessoas terem a oportunidade de levar a vida que elas querem levar, ou seja, de viver do modo como elas valorizam. Isso implica na questão da autonomia, pois cada uma irá gerir seu modo de viver conforme achar melhor. Para Souza (1994), um conceito aberto de desenvolvimento é aquele que reconhece que cada grupo social deve ter a autonomia necessária para definir o conteúdo da ideia de desenvolvimento de acordo com as suas necessidades e sua cultura, isto é, cada sociedade deve ter autonomia para decidir que tipo de desenvolvimento ela prefere.

A proposta de análise de Souza quanto ao desenvolvimento é pautada no social e espacial. Assim ele busca definir o termo sócio-espacial, Souza (2009, p. 24- 25):

[...] existe a possibilidade de dupla grafia – o que constitui, aliás, algo conceitualmente conveniente e relevante. “Sócioespacial”, sem hífen, se refere

somente ao espaço social (por exemplo, tomando-o do ponto de vista do resultado de sua produção em determinado momento histórico, real ou potencial, como em um plano de remodelação urbanística); de sua parte, “sócio-espacial”, com hífen, diz respeito às relações sociais e ao espaço, simultaneamente (abrangendo, diretamente, a dinâmica da produção do próprio espaço, no contexto da sociedade concreta como totalidade).

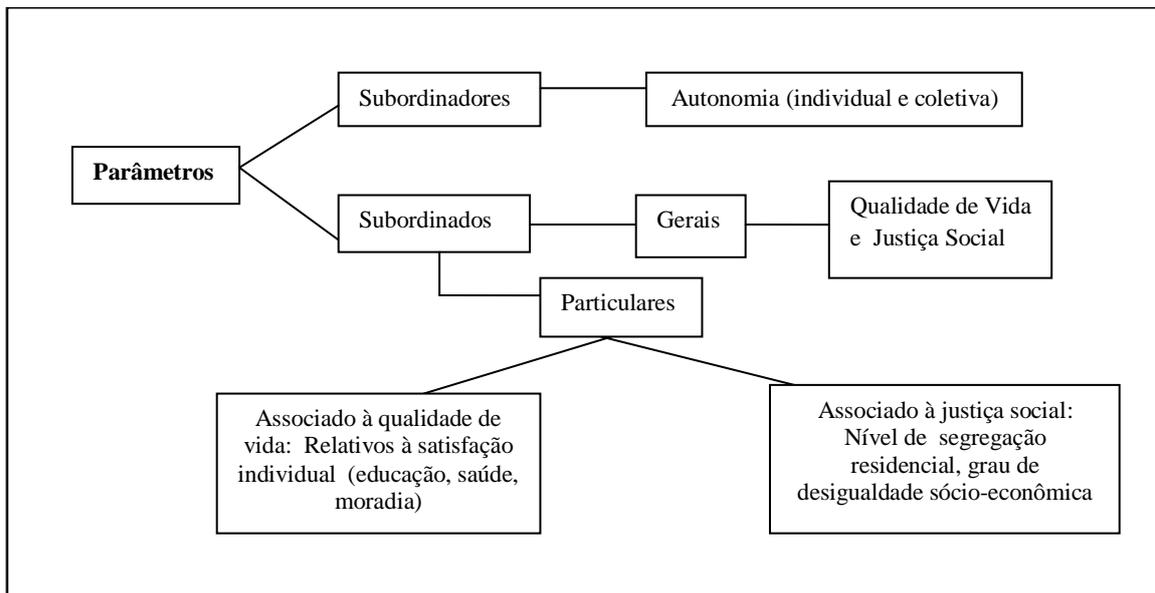
Compreende-se a afirmação de Souza quanto ao termo, mas por outro lado, deve-se refletir que essa separação entre sócio-espacial e sócio-espacial cria barreiras entre o espaço e a sociedade. Independentemente de ser utilizada dupla grafia, deve-se analisar que a Geografia busca integrar espaço e sociedade e não dicotomizá-los.

Então para Souza (2008), o desenvolvimento sócio-espacial, isto é, a mudança social positiva, deve voltar-se para a melhoria na qualidade de vida e no aumento da justiça social, contemplando assim os aspectos sociais e espaciais. Porém, isso é difícil de ser visualizado na fala de Souza, uma vez que, este não aponta todos os indicadores que deverão ser incorporados para avaliar a qualidade de vida e justiça social, o que compõe a análise referente à ocorrência de desenvolvimento sócio-espacial em uma determinada área, local, bairro. Entende-se que, para se ter desenvolvimento sócio-espacial temos que lutar por uma política urbana, política social e por uma relação entre todos que envolva qualidade de vida e justiça social. Isto num primeiro momento pode ser utopia, mas é um caminho uma trilha a ser perseguida.

A justiça social e a qualidade de vida seriam aspectos fundamentais para qualificar a vida urbana. A qualidade de vida corresponderia “à crescente satisfação das necessidades – tanto básicas quanto não básicas, tanto materiais quanto imateriais – de uma parcela cada vez maior da população”. A justiça social evidenciaria a nossa capacidade de “conciliar poderosamente o respeito à alteridade com a exigência de igualdade” (SOUZA, 2008, p. 64).

Para atingir a proposta de desenvolvimento sócio-espacial Souza (2008) propõe que se tenha uma parametrização em que o autor divide em subordinados e subordinadores.

Figura 1. Parâmetros para o Desenvolvimento sócio-espacial



Fonte: Elaborado pela autora com base em Souza, 2008.

A fig. 1, apresenta os parâmetros elaborados por Souza que contribuem para que se tenha um desenvolvimento sócio-espacial, isto é, a mudança social positiva, essa mudança poderá ser alcançada no momento em que a sociedade tiver desenvolvido sua autonomia, podendo participar efetivamente das decisões sobre as ações do governo, inclusive da criação de políticas públicas voltadas para a resolução de problemas públicos. Tendo autonomia se poderá lutar pela melhoria na qualidade de vida e aumento da justiça social, uma vez, que os indivíduos terão a possibilidade de reivindicar e lutar pelos seus direitos.

4.1.1.1 Os parâmetros subordinadores: Autonomia individual e coletiva

Souza propõe que para se alcançar a justiça social e qualidade de vida é necessário construir a autonomia, este divide em autonomia individual e coletiva. A ideia de autonomia utilizada por Souza está baseada no projeto de autonomia do filósofo greco-francês Cornelius Castoriadis, que se baseia na crítica à democracia.

O projeto de autonomia de Castoriadis é fruto da crítica à democracia, pois o filósofo parte do pressuposto de que as democracias representativas ocidentais não são verdadeiras democracias, mas sim “oligarquias liberais”, que são uma minoria de poderosos (os dirigentes) comandando e moldando uma maioria de cidadãos (dirigidos). Castoriadis coloca

que há uma alienação política dos dirigidos ao regime “democrático”, pois de fato não há essa democracia. Para ele a ideia de democracia é incompatível com a situação em que as esferas decisórias são em grande medida fechadas há participação do público e em que os políticos profissionais, apesar de eleitos “livremente”, pouco prestam conta do que fazem com seus mandatos, os quais são, aliás, de revogabilidade extremamente difícil (CASTORIADIS, 1999).

O pensamento de Castoriadis traz à tona uma questão muito complexa de ser discutida que é a democracia. Extrai-se de Castoriadis a ideia de que a democracia, principalmente a representativa da forma, com que é constituída traz muitas conseqüências à sociedade, principalmente aos dirigidos. Os anarquistas Bakunin e Kropotkin opositores ao marxismo, tinham como objetivo principal dissociar não só dirigentes e dirigidos, mas o poder em si, ideia essa que foi abolida, uma vez que, Castoriadis afirma que: “ a ideia de uma sociedade sem poder é uma ficção incoerente (CASTORIADIS, 1983, p.16). Percebe-se com isso, de que não há da parte do filósofo, uma negação ao poder, mas sim uma reformulação do modo como é exercida a democracia.

A maior contribuição do filósofo é para a “refundação” da democracia, isto é, a (re)colocação e lúcida defesa do que ele chamava de o projeto de autonomia. As fontes principais de inspiração foram: a herança da *pólis* grega clássica, principalmente de Atenas, no que concerne à democracia direta; e a experiência do movimento operário e o debate em torno da autogestão da produção pelos trabalhadores (SOUZA, 2008, p. 173). A herança da *pólis* grega traz em seu âmago a ideia do esforço de modificação das leis, normas e instituições, assim como, o nascimento da democracia e de modo geral da autonomia (CASTORIADIS, 1986).

A ideia de autonomia (do grego *autonomia*, “dar-se a si próprio a sua própria lei”) difundida por Castoriadis, engloba dois sentidos: autonomia *coletiva*, ou o consciente e explícito autogoverno de uma determinada coletividade, o que depreende garantias político-institucionais, assim como uma possibilidade material efetiva, autonomia *individual*, que é a capacidade de indivíduos particulares de realizarem escolhas em liberdade, com responsabilidade e com conhecimento de causa.

A autonomia coletiva de modo geral deve garantir igualdade e participação nos processos decisórios de interesse coletivo, o que reforça a ideia de que a maioria (dirigidos) deve participar dos processos decisórios, principalmente na elaboração de políticas públicas que é voltada ao atendimento dos problemas públicos.

Souza comenta que o inverso de autonomia que é a heteronomia que são: as leis formais, normas sociais, códigos de conduta, que regem a vida de uma coletividade e são impostas a alguns, via de regra a maioria, por outros, uma minoria. Este fato faz com que se tenha uma assimetria do poder, isto é, uma separação entre dirigentes e dirigidos. Entende-se que, a democracia representativa criticada por Castoriadis é derivada dessa heteronomia estabelecida na sociedade.

A sociedade autônoma visada pelo projeto de Castoriadis, não pretende criar uma sociedade perfeita, mas tentar abolir a separação entre os dirigentes e os dirigidos, “com isso dando-se a oportunidade de surgimento de uma esfera pública dotada de vitalidade e animada por cidadãos conscientes, responsáveis e participantes” (Souza, 2008, p 175).

A ideia de autonomia contribui para que se tenha uma sociedade mais justa em que todos os cidadãos possam participar igualmente no processo de decisões de leis, não havendo diferenciação entre maioria e minoria. Assim, pode-se dizer, que com a ideia de projeto de autonomia de Castoriadis teríamos mudanças sócio-espaciais efetivamente, pois todos os cidadãos seriam protagonistas da mudança social positiva.

Para que compreendamos a parametrização que institui o desenvolvimento sócio-espacial, torna-se necessário que saibamos o que significa autonomia.

A autonomia é um termo de origem grega cujo significado está relacionado com independência, liberdade ou auto-suficiência. Na Filosofia, autonomia é um conceito que determina a liberdade de indivíduo em gerir livremente a sua vida, efetuando racionalmente as suas próprias escolhas. É com esse intuito que Souza propõe que se adote esse parâmetro para atingir o desenvolvimento sócio-espacial.

Mas não seria algo utópico pensar a sociedade autônoma nos moldes de Cornelius Castoriadis?

Iniciaremos pela definição do termo utopia. A utopia, para Freire (1979), se caracteriza como um modo de estar sendo- no-mundo, que exige um conhecimento da realidade, pois conhecer é possibilidade de "pro-jetar", lançar-se adiante, buscar. O homem busca porque não está completamente "acabado", por ser "inconcluso", por "esperar". A esperança é o eixo que faz do homem um ser capaz de caminhar para a frente na realização da sua história. O homem tem considerado muitas fantasias como não realizáveis em consequência delimitações as mais diversas, desde as materiais, sociais, até as psíquicas. O rompimento dessas barreiras, segundo Freire, se dá mais e mais à medida que o homem penetra no conhecimento da estrutura social da qual faz parte, tenha consciência disto ou não.

Para Freire, no sentido não pejorativo de fantasia, a utopia é uma construção mental que apresenta um mundo diferente onde se efetiva a felicidade humana. Tem um caráter de "antecipação" que as vezes chega a ser realizada não completamente, outras vezes não se realiza nem parcialmente. Fantasiar é criar um sistema de pensamentos que estão mais além da realidade e a sobrepassam. Existe um vácuo, porém, entre esta construção mental que vai além da realidade e a tentativa de instaurar a mudança pensada.

Segundo Freire, o fato de se elaborar uma construção ideal de uma sociedade vincula-se, necessariamente, à constatação de que esta sociedade a partir da qual realizou-se a "utopia", não satisfaz o homem e por isso é necessário mudar seus valores. Nessa perspectiva que baseia-se a mudança social positiva, pois não sendo essa a sociedade ideal, do jeito que encontra-se, busca-se uma outra forma, para que essa seja melhor para todos. Por isso, a proposta de Souza nesse momento pode ser utópica, mas talvez futuramente não seja.

Para Freire, há dois momentos para a utopia são eles: a denúncia e o anúncio. No pensar dele são proféticos os que anunciam e denunciam a transformação da realidade futura, isto é, proporcionam uma nova forma de pensar e agir diferentemente do passado. Ele ainda fala que não há esperança, quando não se reivindica para o futuro uma realidade diferente do passado. Utópico pode ser ainda qualquer um que constate erros numa sociedade e que, em consequência, elabore meios para sanar os mesmos erros ou sugira modos de eliminar as condições não satisfatórias na qual se encontram os homens.

Acredita-se que esse caminho para o desenvolvimento sócio-espacial embora pareça utópico é uma forma de melhorar a vida das pessoas e o espaço que elas vivem no urbano, isto é, possibilitar, uma mudança social positiva.

- Autonomia individual: É a capacidade de cada indivíduo estabelecer metas para si próprio com lucidez, persegui-las com máxima liberdade possível e refletir criticamente sobre a sua situação e sobre as informações de que dispõe.
- Autonomia coletiva: é a capacidade do indivíduo organizar-se enquanto grupo social reivindicando seus direitos, têm-se a formação de indivíduos lúcidos e críticos.

Um ponto importante que Souza (2008) destaca, é que entre os dois parâmetros subordinados gerais (Justiça Social e Qualidade de vida) não deve ser buscada uma relação de hierarquia. Pois de acordo com o autor, deve ser enxergada uma relação de complementaridade: qualquer um dos dois, se tomado isoladamente e sem o outro, é insuficiente para servir de base para avaliações e estratégias de desenvolvimento sócio-espacial, cada um dos dois calibra e complementa o outro. Na realidade a qualidade de vida e a justiça social são vistas por Souza como subordinadas a autonomia individual e a autonomia

coletiva, ou seja, mesmo que se possa ter ganhos em qualidade de vida e justiça social se esses ganhos não forem fruto de decisões democráticas não se pode falar em sociedade autônoma (BARRETO, 2012, p.79).

4.1.1.2 Os parâmetros subordinados: Qualidade de vida e justiça social

4.1.1.2.1 Definições de qualidade de vida e seus respectivos indicadores

A autora optou por trabalhar com qualidade de vida baseado na Organização Mundial da Saúde (OMS), como também no questionário de qualidade de vida organizado pela mesma organização.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a expressão qualidade de vida foi empregada pela primeira vez pelo presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson em 1964 ao declarar que “os objetivos não podem ser medidos através do balanço dos bancos. Eles só podem ser medidos através da qualidade de vida que proporcionam às pessoas”. O interesse em conceitos como "padrão de vida" e "qualidade de vida" foi inicialmente partilhado por cientistas sociais, filósofos e políticos. De acordo com a OMS, o conceito de "qualidade de vida" refere-se a um movimento dentro das ciências humanas e biológicas no sentido de valorizar parâmetros mais amplos que o controle de sintomas, a diminuição da mortalidade ou o aumento da expectativa de vida. Percebe-se, que o conceito de qualidade de vida vai além da simples definição descrita, pois critérios que influenciam no bem estar da população de forma geral também devem ser contabilizados na avaliação da qualidade de vida.

De acordo com Bullinger (1993), o termo qualidade de vida é mais geral e inclui uma variedade potencial maior de condições que podem afetar a percepção do indivíduo, seus sentimentos e comportamentos relacionados com o seu funcionamento diário, incluindo, mas não se limitando, à sua condição de saúde e às intervenções médicas. Corresponde à crescente satisfação das necessidades que podem ser tanto básicas como não-básicas, tanto materiais como imateriais (esfera privada).

A definição de qualidade de vida pode ser entendida como "a percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações" (WHOQOL GROUP, 1994).

Os indicadores de qualidade de vida indicados por Souza foram: moradia, saúde e

educação, estes foram mantidos para realizar o estudo. Os demais indicadores de qualidade de vida e justiça social foram escolhidos pela autora com base no questionário do OMS. A pesquisadora aumentou o número de indicadores porque qualidade de vida abrange muito mais termos que os indicados por Souza. Por esse motivo, elencaram-se outros indicadores somados aos já existentes.

Figura 2. Indicadores que promovem qualidade de vida

Indicador	Especificidade do indicador
Alimentação	- Dinheiro que tem para comprar alimentos e suprir essa necessidade
Educação	- Proximidade das escolas, disponibilidade de vagas em creches
Saúde	- Acesso à medicamentos, proximidade de postos de saúde e hospitais
Segurança	- Iluminação, muros, calçadas, sem terrenos vazios
Moradia	- Espaços na casa para cozinhar, dormir, fazer as necessidades fisiológicas, higiene do corpo, água encanada que possibilite a limpeza da casa, das roupas, conforto térmico da habitação
Lazer	- Espaços para lazer e cuidados com o corpo
Trabalho	- Salário fixo e carteira assinada.
Participação Popular	- convite para discussão sobre a política da cidade, entrosamento com a comunidade, luta por melhorias na comunidade

Fonte: Elaboração da autora com base no WHOQOL-100 e Souza (2008).

Os indicadores referentes à qualidade de vida dizem respeito à satisfação individual, assim Souza (2008) indica analisar a saúde, educação, moradia. Esses indicadores foram levados em consideração juntamente com os demais elencados pela pesquisadora, pois acredita-se que, alimentação, lazer, segurança, trabalho, participação popular são indicadores que estão interligadas à qualidade de vida do indivíduo. A especificidade dos indicadores que compõem a fig.2, são os fatores que implicam no espaço, pois é importante para o desenvolvimento ter salário, participação popular, uma casa adequada, ter infra-estrutura, isto é sócio-espacial, reconhecer que o espaço é importante para todos os cidadãos.

Diante das definições de cada um dos indicadores, pode-se dizer que todos são importantes, mas a participação popular sobressai-se porque é a partir desta que todos os demais indicadores são alcançados. Quando não há participação popular corre-se o risco de somente os entes políticos decidirem sobre as políticas públicas. Pois, somente os indivíduos que necessitam sabem onde há dificuldades, como por exemplo: no acesso à moradia, na saúde, na educação. Uma vez que, são eles os que possuem um acesso precário aos seus direitos e são eles que devem reivindicá-los para que aja melhorias. Por isso, então, a necessidade de uma participação popular mais forte e efetiva desse público necessitado, que muitas vezes não sabe que tem direitos à uma moradia digna, à saúde e educação de qualidade, à um trabalho, enfim. A dificuldade em participar nas decisões dá-se justamente porque não há autonomia para reivindicar os direitos sociais. Sabe-se que, quanto menor a participação popular menor as chances de se criar políticas públicas voltadas ao atendimento dos mais necessitados.

4.1.1.2.2 Definições de Justiça social e seus respectivos indicadores

De acordo com Souza (2008), a definição de justiça social, assim como qualidade de vida é muito complexa, pois esbarra na multiplicidade de possibilidades de entendimento da ideia. Parte-se da premissa da igualdade dos indivíduos enquanto seres humanos merecedores de tratamento igualmente digno e respeitoso (esfera pública). Assim o autor nos diz que, pode-se analisar a justiça social a partir da igualdade e da desigualdade. Mas ambas devem ser relacionadas a alguma coisa. Podem estar relacionadas à raça, cor, sexo, etnia, condição social, deficiente, não-deficiente, entre outros. Nesse caso, a igualdade não deve ser entendida somente como econômica, mas em termos amplos, que inclui a igualdade do ponto de vista da liberdade (autonomia).

A justiça social é o exercício pleno dos direitos sociais dos cidadãos, isto é, promoção da igualdade de direitos. Em outras palavras é o acesso de qualidade à educação, à saúde, à casa própria, à alimentação, entre outros. Por isso, a importância de se ter autonomia para lutar pelos direitos sociais, uma vez que sem o conhecimento dos direitos como cidadão, torna-se difícil ter as necessidades atendidas seja individualmente ou coletivamente.

Pode-se inferir que, um dos documentos que busca afirmar os direitos e deveres da população é a Constituição Brasileira de 1988. A Constituição procura instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a

liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.

No Cap.2, Art. 6º da Constituição, afirma-se que, são direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. Sabe-se que, com a instituição de um Estado Democrático deve-se ter como prioridade a preocupação com a execução de ações voltadas para esses direitos. Pois assim, se terá um aumento da justiça social no país assim como, melhoria de vida para a população. Mas, sabe-se que, com a política de Estado Neoliberal há uma séria dificuldade para se manter um Estado Democrático, uma vez que o Estado Neoliberal, pouco ou nada se preocupa com os direitos sociais da população. Este Estado é marcado pela preocupação que dá ao mercado, ao capital, relegando o aspecto social.

Para Harvey (1980, p. 82) a justiça social é vista da seguinte forma:

O conceito de justiça social não é do tipo total no qual englobamos nossa visão de uma boa sociedade. Ele é, antes, bem limitado. A justiça deve ser pensada, essencialmente, como um princípio (ou série de princípios) para resolver direitos conflitivos. Esses conflitos podem surgir de várias maneiras. A justiça social é uma aplicação particular de princípios justos e conflitos que surgem da necessidade de cooperação social na busca do desenvolvimento individual. Através da divisão do trabalho é possível aumentar a produção: a questão que então surge é a de como os frutos dessa produção serão distribuídos entre aqueles que cooperam no processo. O princípio de justiça social, por isso, destina-se à divisão dos benefícios e à alocação de danos surgidos no processo do empreendimento conjunto do trabalho.

De acordo com Harvey, a justiça social é vista a partir do trabalho, pois para ele deve haver uma distribuição entre os indivíduos que participam do processo de produção. Mas, como ele mesmo coloca como deve se dar esse processo de distribuição? Sabe-se que em nossa sociedade esse processo de distribuição não se dá igualmente, pois é mais conflituoso. Entende-se que, a distribuição deve se dar conforme a contribuição que há no processo de produção, porém, se não contribuir não deve haver distribuição, mas mesmo os que não contribuem também são beneficiados com a distribuição. Isso conforma uma injustiça social.

Nas palavras de Harvey, a característica essencial em todos os casos, contudo, é que estamos buscando um princípio que nos auxilie a avaliar as distribuições surgidas, tais como se aplicam aos indivíduos, aos grupos, às organizações e territórios, assim como avaliar os mecanismos que são usados para proporcionar essa distribuição. Porém, o

referido autor afirma que, infelizmente não há nenhum princípio de justiça social que auxilie na avaliação da distribuição.

Afirma-se com isso, que o conceito de justiça social é limitado e complexo de ser trabalhado, pois se formos pensar na questão da distribuição conforme Harvey nos mostra, há inúmeras dificuldades que surgem para se realizar uma avaliação do que seja de fato justiça social. Mesmo sendo difícil e até mesmo utópico pensar nessa questão, há necessidade de se buscar formas de avaliar como ocorre esse processo de distribuição.

O autor afirma que, a noção de justiça social, envolve o pensamento filosófico social da Ética, de Aristóteles, que se preocupa primeiramente com o bem humano. Ele cita que, recentemente ressurgiu o interesse à respeito dos princípios da justiça social e que os trabalhos de Rawls (1969; 1971), Resher (1966), Runciman (1966) e Tawney (1931) são representativos a esse respeito. Lembrando que a autora não fez um apanhado de todas as obras citadas por Harvey, apenas utilizou-se a descrição para mostrar que outros autores também se preocupam com o conceito de justiça social.

Diante disso, a proposta de Harvey é examinar um esquema básico de uma distribuição justa. Mas distribuição do que? Ele propõe a distribuição de renda e ainda reitera que isso é uma clara injustiça imaginar a distribuição socialmente justa de alguma coisa definida de maneira injusta.

O esquema de distribuição justa que Harvey propõe envolve alguns parâmetros que são:

1. Desigualdade intrínseca: todos os indivíduos têm iguais direitos aos benefícios, independentemente se sua contribuição.

2. Valorização de serviços em termos de oferta e demanda: os indivíduos que dominam recursos escassos e necessários têm mais direito do que os outros. É talvez, importante diferenciar aqui entre situações nas quais a escassez surge naturalmente (capacidade cerebral e muscular inerente)

3. Necessidade: os indivíduos têm direitos a níveis iguais de benefício, o que significa que há desigual alocação relativa à necessidade. Essas necessidades podem ser: alimento, habitação, cuidados médicos, educação, serviço social e ambiental, bens de consumo, oportunidades de lazer, amenidades de vizinhança, facilidades de transporte.

4. Direitos herdados: os indivíduos têm reivindicações relativas à propriedade, ou outros direitos, que passaram a eles de gerações precedentes.

5. Mérito: as reivindicações podem basear-se no grau de dificuldade em sobressair na contribuição à produção (aqueles que desempenham tarefas perigosas ou

desagradáveis- tais como mineração- e aqueles que empreendem longos períodos de treinamento, tais como: cirurgiões, têm reivindicações maiores do que outros.

6. Contribuição ao bem comum: aqueles indivíduos cujas atividades beneficiam a maior parte das pessoas têm reivindicações mais alta do que aqueles cujas atividades beneficiam poucas pessoas.

7. Contribuição produtiva atual: os indivíduos que produzem mais resultados, medidos de algum modo adequado, têm reivindicação maior do que aqueles que produzem menos resultados.

8. Esforços e sacrifícios: os indivíduos que fazem grande esforço, ou desenvolvem grande sacrifício, em relação à sua capacidade inata, deveriam ser mais recompensados do que aqueles que fazem pequeno esforço e desenvolvem poucos sacrifícios.

Além disso, Harvey sugere que a essência da justiça social seja englobada em uma ordenação que leve em consideração primeiramente a *necessidade*, secundariamente a *contribuição ao bem comum* e em terceiro o *mérito*. Para ele, esses três critérios conformam o exame da distribuição justa levando em consideração a distribuição em grupos, territórios, regiões, que ele chama de justiça distributiva territorial. Assim, cada um desses critérios tem um significado no contexto de territórios ou regiões. Desse modo, percebe-se que, a realização de um exame de distribuição justa é complexo, pois é necessário que se crie uma mensuração dos critérios para realizar a avaliação.

Harvey aprofunda-se na questão da justiça social quando propõe que, a partir do exame de princípios/critérios podemos chegar ao conceito de justiça social territorial. Para chegar à esta distribuição justa a distribuição de renda deveria se dar de forma localizada, isto é, em cada território, atendendo as necessidades da população, alocação dos recursos para resolver os problemas emergentes de determinado território ou região. A autor admite que essa é uma caracterização geral dos princípios de justiça social e que deve haver um exame mais detalhado para essa questão.

Figura 3. Indicadores que promovem justiça social

Indicadores	Especificidade do indicador
Acesso à casa própria	- crédito facilitado, financiamentos
Acesso à serviços urbanos	- acesso à água encanada, energia elétrica, coleta de lixo, tratamento do esgoto
Acesso à equipamentos urbanos	- proximidade de postos de saúde,

	hospitais, escolas, paradas de ônibus, do trabalho
--	--

Fonte: Elaborada pela autora com base em WHOQOL-100.

Afirma-se que, tanto os indicadores de qualidade de vida quanto justiça social conformam a mudança social positiva, mas estes não são únicos possíveis.

O acesso à casa própria, diz respeito à facilidade que os indivíduos menos favorecidos financeiramente possuem para adquirir a moradia. Pois, o crédito facilitado para financiamentos, com a contribuição dos governos federais, estaduais e municipais, possibilita que esses indivíduos tenham acesso à moradia. Juntamente à isso, está o acesso aos serviços urbanos que são primordiais para que o indivíduo viva dignamente. Pois, necessita de água encanada para preparar a alimentação, realizar sua higiene e assim como do ambiente que mora; energia elétrica para refrigeração dos alimentos, higiene pessoal; a coleta de lixo e o tratamento de esgoto é primordial para que não aja proliferação de doenças, contaminação dos indivíduos.

O acesso à equipamentos urbanos é necessário para que o indivíduo tenha melhor mobilidade para o acesso aos postos de saúde, à escola, ao trabalho, paradas de ônibus. Entende-se que, quanto mais longe de sua moradia são esses equipamentos mais dificuldade o indivíduo tem para acessá-los, o que demanda mais tempo.

Para efeitos desse trabalho será considerado mudança social positiva o acesso à moradia, alimentação, saúde, educação de qualidade, segurança, trabalho, lazer, participação popular, acesso à serviços urbanos e equipamentos urbanos esses indicadores no pensar da autora conformam o acesso à bens necessários para que o cidadão viva adequadamente na sociedade.

5. O caminho metodológico: trajetória da pesquisa

5.1 A metodologia escolhida

A metodologia escolhida para o estudo é a pesquisa qualitativa, pois esta preza analisar o fenômeno de modo que a realidade seja sentida e percebida pelo investigador. Busca-se, compreender a realidade e, sem dúvida, não bastam apenas as leituras, é preciso participar e fazer pesquisas sobre a realidade (RODRIGUES, 1991, pág. 10).

Compactua-se com a afirmativa, de modo que, o pesquisador que se propõe investigar determinado fenômeno deve realizar leituras que contribuam para a pesquisa, mas não deve se ater somente a isso. Existem diversas técnicas que contribuem para a realização da pesquisa. Pode-se mencionar, a pesquisa de campo que contribui para que se tenha um conhecimento do local e da realidade que descortina-se por detrás do fenômeno. Isto principalmente é observado quando são feitas entrevistas com os indivíduos qualificados, isto é, os que possuem informações relevantes a respeito do fenômeno que se busca estudar. Assim, percebe-se que, para que se tenha uma pesquisa de qualidade torna-se necessário que se busque costurar as ideias independentemente das técnicas que foram adotadas. O importante é saber extrair as informações, fazendo uma reflexão constante entre o que foi lido, o que foi visto (observação) e o que foi falado (diálogos abertos-conversa com os moradores -, entrevistas).

Para analisar as transformações sócio-espaciais no loteamento Ceval, a pesquisa qualitativa é a que se mostra mais adequada nesse estudo que possui aspectos sociais e espaciais.

Entende-se, que o pesquisador deve saber utilizar as ferramentas da pesquisa qualitativa para que o estudo seja construído da melhor forma possível. Assim, o pesquisador é o principal instrumento no processo de construção do estudo, pois este é quem observa e analisa os significados do que está no campo. Por isso, a importância do pesquisador ter um contato prolongado com o campo, o que vai lhe permitir fazer o cruzamento entre informações práticas e teóricas, isto é, o campo e as literaturas sobre o estudo.

De modo geral, os dados qualitativos compreendem: descrições detalhadas de situações, eventos, pessoas, interações e comportamentos observados; citações literais do que as pessoas falam sobre suas experiências, atitudes, crenças e pensamentos; trechos ou íntegras de documentos, correspondências, atas ou relatórios de casos (PATTON, 1986).

Esses dados trazem informações que na pesquisa quantitativa não são levadas em conta. A pesquisa qualitativa visa contribuir com a riqueza de detalhes para a pesquisa, pois esses dados geralmente são colhidos quando há contato com um entrevistado, com a observação de determinado lugar, grupo.

Para Minayo (1996, p.10), a pesquisa qualitativa define-se: “como aquela capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas”. Compreende-se, que a pesquisa qualitativa vai muito além da mera descrição da realidade, pois esta salienta o papel do sujeito através de suas ações e relações que contribuem para a transformação da sociedade.

De acordo com Ramires e Pessôa (2013, p. 25):

A pesquisa qualitativa tem como identidade o reconhecimento da existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, de uma interdependência viva entre sujeito e objeto e de uma postura interpretativa, constituindo-se como um campo de atividade que possui conflitos e tensões internas. A palavra qualidade deriva de *qualitas* e significa essência. Assim, qualidade designa parte essencial, aquilo que é mais importante e determinante. Qualidade sinaliza o horizonte da intensidade, que vai além da extensão. Significa outra dimensão fundamental de fenômenos qualitativos, que é sua busca de profundidade e plenitude.

O pesquisador na realização de um trabalho busca a essência, isto é, compreender e desvendar os mistérios sobre determinado objeto. Porém, a busca da essência requer do pesquisador um esforço teórico e metodológico para que ele alcance a profundidade e a plenitude. Isso só é conseguido quando o pesquisador possui amadurecimento suficiente para tal intento.

5.2 Os procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos adotados no trabalho foram: observação, conversa com os moradores e entrevista. Cada um desses procedimentos foi escolhido para que a pesquisa fosse desenvolvida da melhor forma possível, isto é, para se chegar a essência com profundidade e plenitude.

Os procedimentos metodológicos adotados para a realização do trabalho foram os seguintes:

A) Observações

As observações ocorreram no final do mês de maio e durante o mês de junho de 2015, no período da tarde, durante três dias da semana. Observou-se principalmente, a vida cotidiana dos moradores- comunicação entre eles, movimentação no loteamento (retorno das crianças da escola, retorno do trabalho ao cair da noite, movimentação de carroças) -, o aspecto físico das residências. A pesquisadora caminhava pelas ruas do loteamento analisando os aspectos relatados acima. Assim como, buscava conversar com os moradores que estavam sentados na frente de suas residências. No período de observação foram feitos alguns registros fotográficos que buscam mostrar o loteamento Ceval. Muitos desses registros foram feitos em 2014 durante o Trabalho de Conclusão de Curso da Especialização em Geografia da pesquisadora.

B) Os diálogos abertos/conversas com os moradores

Os diálogos abertos ocorreram em dias alternados durante maio e junho no período da tarde. Os diálogos ocorreram em participação de rodas de conversas com os moradores que estavam sentados em frente as moradias. Optou-se por não utilizar gravador nos diálogos, pois percebeu-se que, os moradores sentiam-se mais à vontade para falar sobre as dificuldades, problemas. Esses diálogos fazem parte de uma pré-entrevista que contribuiu para a seleção da amostra de moradores entrevistados.

C) Entrevistas semi-estruturadas

Segundo Alves- Mazzotti (1998, p. 168):

As entrevistas qualitativas são muito pouco estruturadas, sem um fraseamento e uma ordem rigidamente estabelecidos para as perguntas, assemelhando-se muito a uma conversa. Tipicamente, o investigador está interessado em compreender o significado atribuído pelos sujeitos a eventos, situações, processos ou personagens que fazem parte de sua vida cotidiana.

Sabe-se que, as entrevistas qualitativas contribuem para que se tenha um contato maior com o entrevistado, isto é, que se observe as expressões faciais, gestuais, as condições de vida, etc. Enfim, as entrevistas permitiram observar o que está intrínseco e que muitas vezes não é revelado através de questionários. Nos questionários não há uma

conversa com os entrevistados, pois as perguntas são diretas, não havendo muita interação com o entrevistado.

A entrevista qualitativa foi aplicada à um grupo de moradores com base em um roteiro de entrevistas apresentado em anexo. Este serviu para nortear a os questionamentos que seriam feitos durante a entrevista. Nesta etapa utilizou-se gravador. Levou-se em conta alguns critérios tais como: *moradores mais antigos* (13-10 anos de moradia)- 7 entrevistados, os que participaram da ocupação da área da Ceval; os *moradores intermediários* que representam os moradores que foram morar após a divisão dos lotes e entrega das moradias (5-6 anos de moradia)- 1 entrevistado; os *novos moradores* (1-3 anos de moradia) que habitam o loteamento recentemente - 1 entrevistado; e os *representantes/líderes comunitários*, pois estes possuem conhecimento a respeito dos problemas e conquistas da coletividade - 2 entrevistados, pois foram os que lutaram efetivamente para que ocorressem as transformações no Loteamento Ceval. Adotou-se esse procedimento porque a entrevista permite explorar em profundidade temas complexos. Pois nesse caso, esta será a principal técnica de coleta de dados. Focalizou-se a entrevista nas questões envolvendo as transformações que ocorreram no loteamento ao longo dos anos. Assim, adotou-se a entrevista semi-estruturada que possui um caráter mais focado na investigação da realidade. Nas entrevistas semi-estruturadas, também chamadas focalizadas, “o entrevistador faz perguntas específicas, mas também deixa que o entrevistado responda em seus próprios termos. É também possível optar por um tipo misto, com algumas partes mais estruturadas e outras menos” (ALVES-MAZZOTTI, 1998).

5.3 Conhecendo a realidade: Quem são os entrevistados?

As moradoras antigas (13-10 anos)

Moradora 1

Esta moradora participou da ocupação da área da Ceval, juntamente com sua mãe que é a vice-presidente do loteamento. A moradora reside com dois filhos em uma moradia de um cômodo e um banheiro. O sustento da família é proveniente do material reciclado, do recebimento do auxílio Bolsa Família e das doações da Secretaria de Justiça Social e

Segurança de Pelotas. A entrevista foi realizada na sua residência de sua mãe que fica ao lado da sua.

Moradora 2

Esta moradora também participou da ocupação da Ceval. Ela mora em uma residência de um cômodo e banheiro. Nesta peça há sofá, cama, televisão, guarda-roupas além de outros pertences. Notou-se que no fundo da residência há mais uma peça construída que pelo que foi observado é a cozinha. Não foi perguntado a quantidade de pessoas que moram com ela. No momento da entrevista haviam dois adolescentes e quatro crianças na casa, netos da moradora. Esta moradora sustenta a família com a contribuição do Bolsa Família e com o material reciclado. A entrevistada tinha um tom de voz muito baixo com certa dificuldade para pronunciar as palavras. Quando feita algumas perguntas ela mal balbuciava as palavras, abstendo-se ao mero sim ou não, sem mais argumentação. Notou-se que a moradora estava com vergonha de responder as perguntas norteadoras do roteiro. Mesmo com essa dificuldade, a pesquisadora manteve o diálogo, fazendo com que a entrevistada não se sentisse envergonhada, pois estava contribuindo muito para a pesquisa. Observa-se em linhas gerais, a entrevistada não tem reação, isto é, não tem autonomia para desenvolver e argumentar sobre suas idéias. Uma das hipóteses pode ser o medo, a falta de instrução que influenciam no modo como as pessoas interagem na sociedade.

Moradora 3

A entrevista com essa moradora foi realizada em frente a sua residência. Esta reparava os dois filhos menores que brincavam com mais outras crianças da vizinhança. Ela mora em uma residência de 3 cômodos e um banheiro com o companheiro, quatro filhos e a nora. No momento da entrevista ela e o esposo estavam desempregados. O marido havia saído para fazer um “bico”- trabalho temporário. Apenas o filho adolescente estava trabalhando. Durante a entrevista ela contou que não é alfabetizada que tem muita dificuldade para conseguir emprego. Observou-se que nos fundos da residência há criação de porcos que pode fornecer o sustento da família. O sustento da família é proveniente do Bolsa Família e das doações de entidades sociais igreja, centros espíritas.

Moradora 4

A entrevista foi concedida na frente da residência onde ela e mais três moradoras estavam sentadas tomando chimarrão. A moradora 4, não tem filhos e vive com o esposo. Mora no terreno de sua mãe, onde construiu sua residência há pouco mais de um ano. Apenas o esposo trabalha e mantêm o sustento da casa. A informante é jovem aparentando menos de 20 anos, muito bem vestida.

Moradora 5

Esta entrevistada mora com o companheiro, quatro filhos e um neto. Este último é filho de sua filha mais velha que não mora com ela. A filha abandonou o menino e a moradora (vó) tem a tutela do menino que tem esquizofrenia. A moradora recebe a aposentadoria do menino e a contribuição do Bolsa Família dos filhos menores. Sua residência possui dois cômodos e um banheiro. Um dos cômodos foi fornecido pela prefeitura e o outro foi construídos com recursos próprios. No momento da entrevista estava na casa uma das filhas e dois sobrinhos menores que a moradora cuida. Nos fundos da residência há um outro cômodo pertencente à outra filha que está terminando a faculdade. A entrevista foi concedida no pátio da frente de sua residência. A moradora demonstrava bastante espontaneidade para falar.

Moradora 6

Esta moradora foi resistente, pois não queria conceder a entrevista. Quando foi explicado o motivo da pesquisa ela compreendeu e colaborou com a entrevista. A entrevista foi concedida na calçada da rua principal Av. Brasil. A moradora reside em uma casa do Programa Minha casa Minha vida (PMCMV), com o filho e o esposo. As moradias do PMCMV possuem mais cômodos (sala, cozinha, dois quartos e banheiro) que as fornecidas pela Prefeitura de Pelotas (um cômodo e banheiro). Esta moradora participou da ocupação da Ceval e recebeu uma moradia. Esta vendeu a residência fornecida pela prefeitura e ocupou uma das moradias do PMCMV. A moradora relata que todos os finais de ano chega o carnê da Caixa Econômica Federal referente as parcelas do pagamento do imóvel. A pesquisadora participando de uma roda de conversa em frente à casa do moradora 4, junto com as demais moradoras ouviu elas relatarem que os moradores que residem nas casas do PMCMV no loteamento Ceval não pagam a taxa do imóvel, porque alegam que os moradores das casas da prefeitura também não pagam. Inclusive uma moradora que estava na roda de conversa

salientou que já havia morado em uma das casas do PMCMV e que não havia pago nada pelo tempo que morou.

Moradora 7

Esta moradora aparenta ter menos de 25 anos, possui dois filhos pequenos e mora com o companheiro. No momento da entrevista ela estava na casa de sua mãe que é deficiente visual juntamente com outros irmãos. Sua residência fica próxima a da sua mãe. Ela relata durante a entrevista que seu irmão foi assassinado há poucos meses no campo do Loteamento Ceval, isto é, ao lado do centro comunitário. Ela conta que não estuda e não trabalha que fica em casa cuidando da filha pequena, pois o outro está na creche. Observa-se no olhar da entrevistada, uma certa tristeza e vergonha para conceder a entrevista. Mesmo assim, ela concede a entrevista normalmente se mostrando muito solícita.

Moradora intermediária (5-6 anos)

Moradora 8

A entrevistada mora no terreno de sua mãe em uma casa de madeira com o esposo e três filhos. No momento da entrevista ela estava grávida do seu quarto filho. Aparentemente a entrevistada possui menos de 20 anos. Embora a entrevistada tenha aparência jovem nota-se linhas de expressão bem profundas na face. A entrevista foi realizada em frente o terreno de sua mãe, ou melhor na calçada, onde ela estava tomando chimarrão com sua irmã. Seus filhos e os sobrinhos estavam no entorno ora brincando, ora brigando e chorando, vindo vezes seguidas ao encontro da mãe. Esta moradora não participou da ocupação do loteamento. Anteriormente, morava na Vila Catinga nas proximidades do loteamento Ceval. Seus irmãos mais velhos ainda residem na Vila Catinga. Um dos irmãos foi assassinado na Vila Catinga em 2014.

Moradora nova (1-3anos)

Moradora 9

Esta moradora é irmã da moradora anterior e também mora no terreno de sua mãe em uma residência de madeira. Mora com o companheiro e quatro filhos. Tem aparência jovem e tristeza no olhar assim como a irmã. No momento da entrevista não houve interferência na gravação de ambas. Pois, uma respeitou o momento de falar da outra, salvo quando uma perguntava alguma coisa para a outra. A entrevista foi mais demorada com esta moradora pois observou-se o quanto ela queria desabafar. Já sua irmã (entrevistada anterior) falou apenas o necessário. Esse desabafo tinha um tom de que alguém tem que me ouvir porque eu quero falar. Ela pergunta à pesquisadora se estava gravando com um certo medo, mas ao mesmo tempo demonstra pouca importância e continua a conversa. Ela falou das dificuldades de morar no loteamento, assim como das dificuldades que tem com o sustento da família, pois ela não trabalha. O sustento é proveniente do trabalho do marido que é serralheiro e da contribuição da Secretaria de Justiça Social e Segurança de Pelotas. A moradora realta que fez o cartão do Bolsa Família mas que ainda não havia recebido o benefício. Na entrevista ela conta que estava sem luz pois não tinha dinheiro para pagar a conta.

Moradoras líderes

Moradora 10

Esta entrevistada participou da ocupação da área e faz parte da tesouraria do Loteamento Ceval. Ela conta que está um pouco afastada porque não há reuniões. Na sua residência mora ela e o esposo, ambos trabalham. Ela trabalha de auxiliar de serviços gerais em uma instituição de saúde e ele é pintor e pedreiro. Sua residência é muito bem organizada. Possui sala, cozinha, lavanderia, um dormitório, banheiro e garagem. A moradora não tem carro mas pretendem comprar. O marido tem uma moto. A moradora tem uma vida bem tranquila ela mesmo fala isso. Ela tem uma expressão facial que demonstra felicidade, principalmente quando se refere à sua moradia. A entrevistada tem apenas uma filha maior de idade e uma neta que também moram no loteamento. A casa da filha fica no outro lado da rua na frente da casa entrevistada. A moradora relata que a filha também trabalha e que a neta esta na creche no bairro Simões Lopes.

Moradora 11

Esta moradora é diretora do loteamento Ceval. Ela lutou juntamente com os demais moradores para as melhorias do loteamento. Anteriormente ela morava próximo às margens do canal Santa Bárbara, nas proximidades da Rodoviária de Pelotas. A área que ela estava também alagava por isso resolveu se mobilizar junto com os moradores para ocuparem a Ceval. A entrevista foi concedida na calçada em frente à sua residência. No seu terreno mora uma das filhas. Ela demonstra estar bem feliz com a sua moradia, assim como com as conquistas do loteamento. Ressalta muitas vezes na entrevista a importância e ajuda do Prefeito Fernando Marroni- prefeito em exercício quando ocorreu a ocupação da área-.

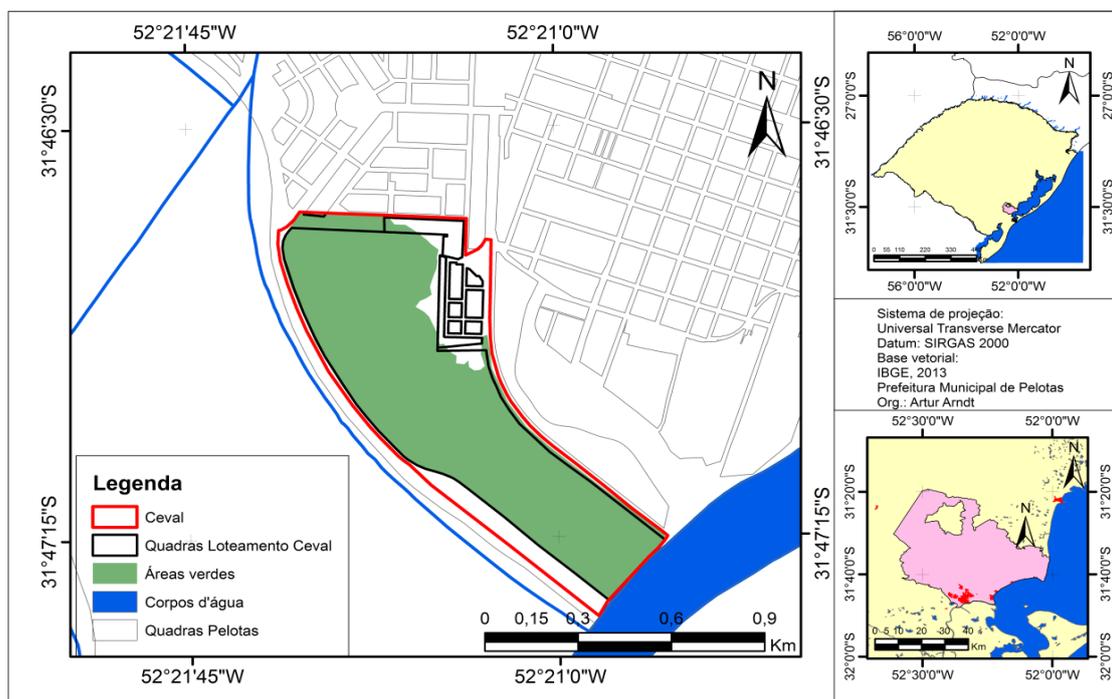
6. As Transformações e Desenvolvimento sócio-espacial no loteamento Ceval

6.1 A Formação do loteamento Ceval

6.1.1 Localização da área de estudo

A área onde localiza-se o loteamento Ceval, pertencia a uma empresa³. A fábrica encerrou suas atividades na cidade na década de 90 séc. XX, e não houve mais nenhuma outra função a ser desempenhada naquele espaço. Por volta de 2002, os moradores localizados às margens do Canal São Gonçalo - mais especificamente no cruzamento da Av. Viscondessa da Graça- bairro Simões Lopes- e da BR-392, rodovia que liga Pelotas à Rio Grande - iniciaram uma mobilização para ocuparem o terreno da área da Ceval, pois o motivo principal para a ocupação, eram as constantes enchentes que atingiam as moradias.

Figura 4. Mapa de localização da área de estudo



Fonte: Organizador Artur Arndt

³ Segundo a pesquisa de Maria de Fátima S. da Vara sobre o Loteamento Ceval, a área onde está localizado o loteamento pertencia a empresa Bunge Alimentos, antiga Ceval, e foi comprada pela Prefeitura Municipal de Pelotas. O local estava destinado para a construção de apartamentos objetivando moradias para a classe média, segundo o relato da arquiteta Marta da Rosa e Silva que trabalhava na época, na Secretaria Municipal de Urbanismo (SEUrb).

6.1.2 A ocupação da área

Segundo relato da moradora A:

Eu dei uma averiguada na área já sabia que tinha esse lugar aqui, porque a gente morava aqui perto. Mas eles queriam nos colocar num lugar longe ofereceram terreno pra nós na Sanga Funda, Pestano, nesses lugar bem longe, mas a gente não quis porque a gente tem cavalo ai não tem como. Ai eu disse pra eles que a gente queria esse aqui. Passou uns dias e a gente invadiu, veio umas 5 ou 6 famílias lá da baixada.

Percebe-se no relato da moradora que, a ocupação dessa área era justamente para um fim, uma moradia, um lugar digno em que pudessem, viver suas vidas adequadamente. Os lugares longes citados pela moradora localizam-se no norte da cidade de Pelotas. A área da Ceval escolhida pelos moradores localiza-se ao sul, muito próximo ao centro da cidade. A não aceitação para habitar esses lugares distantes era justamente por causa dos animais que servem para puxar as carroças com materiais reciclados, coletados pelos moradores. Caso estes fossem afastados para muito longe, não teria como chegar no centro da cidade e realizar a coleta devido a distância que deveria ser percorrida pelos animais.

A moradora A ainda relata que: *“teve uma professora da católica que fazia trabalho com nós na baixada que nos ajudou e disse que ela não podia se meter mas que a invadiu, ai a gente invadiu e veio pra cá”*. Além dessa professora a moradora relata que o Paulo Oppa era secretário da habitação na época e que este também ajudou para que eles permanecessem na área.

Percebe-se que, num primeiro momento agiam naquele espaço os proprietários dos meios de produção que eram donos na fábrica, num segundo momento o poder público que adquiriu a área e por fim os grupos sociais excluídos que usufruiriam do espaço de moradia.

O relato da moradora B explica que:

Viamo pra cá, montemo as barraca deu um temporal desgraçado a água corria pra dentro das barraca que a gente não sabia o que era pior, a gente passou bastante trabalho também aqui, até ganhar essas casinhas, passou trabalho.

Sabe-se que, o relato da moradora nos remete a pensar na dificuldade que os grupos excluídos passam para terem acesso à uma moradia. Estes moradores do Ceval, moravam em um lugar nas bordas do tecido urbano e para adentrar ao urbano, buscando o direito à cidade, percebe-se, o quão dura foi a luta e o sofrimento o qual passaram.

Do momento da invasão do terreno em 2002 até por volta de 2006, os moradores viveram sem assistência do poder público local, pois, não havia infraestrutura e as moradias eram casebres de madeira (Fig. 5). Diante disso, devido não possuir energia elétrica na área, o atual loteamento Ceval, era chamado de Vila Fantasma, porque os moradores utilizavam velas para iluminar a total escuridão.

Figura 5. Casebres improvisados após a ocupação da área



Fonte: Eneida Rodrigues Tavares, 2004

Mediante todas as dificuldades a moradora B coloca que:

A água nós não tinha pegava ali da vizinha da esquina, da D. Nara. Eles nos alcançavam a água pra gente fazer a comida. Banho a gente tomava no posto, na casa de parentes e luz a gente ficou um bom tempo acho que 2 ou 3 anos sem luz. Depois a gente começamo a fazer gato, puxar de um poste para todo mundo, mas lá pra baixo a luz era fraca, aqui na encima era mais forte. Ai depois sim eles botaram uma bica aqui na esquina.

As péssimas condições de moradia, e ainda sem nenhuma infraestrutura urbana são dificuldades que os grupos excluídos encontram para sobreviverem na cidade. A luta constante e a vida difícil acompanha os grupos que desejam ter uma moradia, um lugar

melhor para viver. Nesse grupo excluído percebe-se nitidamente através das palavras da moradora o quão difícil foi manter-se nesse espaço, ou melhor, o quão difícil foi produzir o espaço deles.

A notícia retirada do Jornal Diário Popular (2004 apud Vara, 2009, p. 71) destaca:

Abandonados. Assim se sentem os moradores do loteamento Ceval, localizado no início da avenida Brasil no Simões Lopes. Desde 2002, quando aportaram por ali fugidas da enchente que arrasou a vila da Ponte (nas margens do canal São Gonçalo), as 45 famílias esperam pela demarcação dos lotes. Enquanto isso, não podem construir casas definitivas, nem têm acesso à luz, água ou esgoto. (Diário Popular, Quarta – Feira, 24 de janeiro 2004).

Pode-se dizer que, apesar das grandes dificuldades enfrentadas os ocupantes do loteamento buscaram permanecer no local, atrás do sonho de uma moradia digna, de um lugar que pudesse ser seu.

A moradora B ainda diz que: *“Aqui quando nós viemo pra cá nós era uma cambada de ladrão, deus de lá da ponta aquilo era o comentário, não podia deixar nada na rua, mas as pessoa não conhece a gente pra dizer que a gente á cambada de ladrão”*.

Analisa-se que, além da dificuldade enfrentada para ter acesso ao urbano, houveram as dificuldades referentes ao preconceito quanto a população que ali estava se instalando. Assim, percebe-se que, os grupos além de serem excluídos pelo poder público, foram excluídos pelos moradores das proximidades do loteamento. Desse modo, uma exclusão territorial e social, mais precisamente uma segregação sócio-espacial.

A figura abaixo demonstra as condições quanto à pavimentação do local que inexistia.

Figura 6. Rua sem pavimentação no loteamento Ceval



Fonte: Maria de Fátima Santos da Vara, 2009.

Conforme Vara (2009, p. 61) a falta de calçamento na rua era uma das dificuldades enfrentadas pelos moradores.

Contudo, o maior transtorno para os moradores é a falta de calçamento nas ruas. Pois, as ruas são de chão batido causando muita poeira nos dias secos e grande dificuldade na locomoção das pessoas em dias chuvosos devido à quantidade de lama. Uma moradora relata que as ruas ficam alagadas e com muita lama quando chove dificultando as atividades do dia-a-dia, como ir para o trabalho ou levar as crianças na escola.

A igreja Nossa Senhora Aparecida -localizada no bairro Simões - e a Pastoral da Criança, desde o momento que as famílias ocuparam a área contribuiu com a distribuição de sacolas de alimentos, pesagem das crianças, assim como prestando orientações para as mães. Assim, a moradora B coloca que: *“A igreja ainda ajuda a gente, a gente pega rancho da pastoral, agora a pastoral não vem mais aqui”*.

Desse modo, iniciou-se a ocupação da área da Ceval, e assim foi sendo modificado o espaço fabril para um espaço de moradia, mesmo que de modo precário. No decorrer do

capítulo veremos como o loteamento Ceval foi criado e o espaço de moradia foi sendo aprimorado, para que se tornasse um espaço digno para a população excluída.

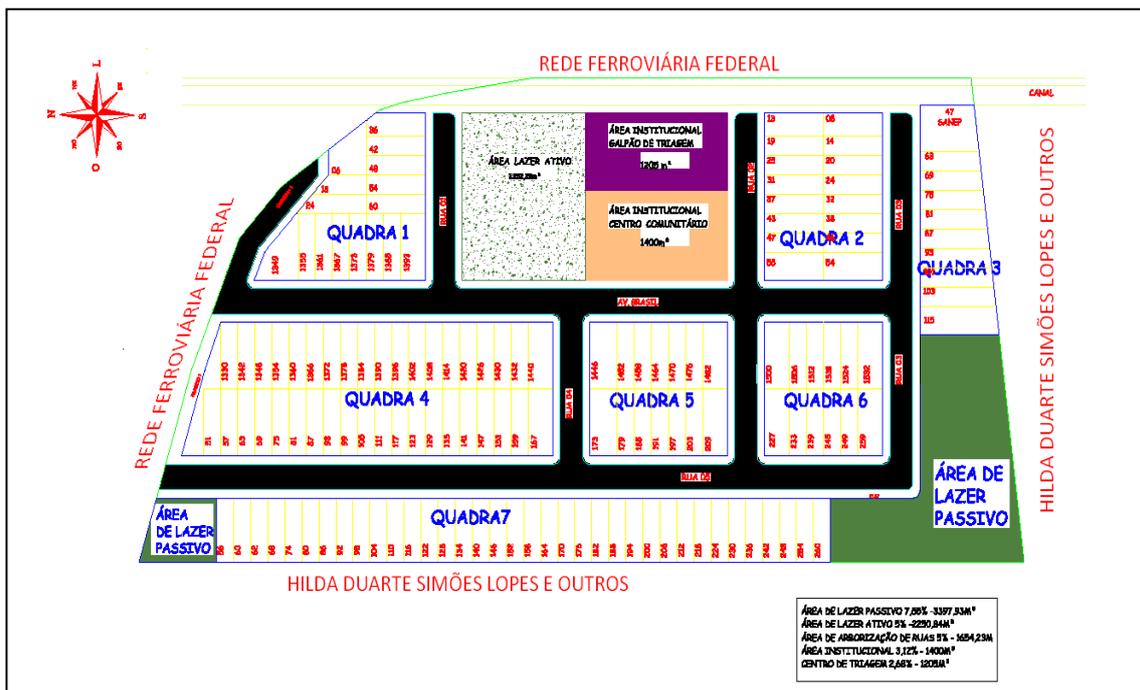
6.1.3 A criação do loteamento Ceval

6.1.3.1 Divisão dos lotes, construção das moradias e infraestrutura

O loteamento Ceval (Fig.6) localiza-se no bairro Simões Lopes em Pelotas, mais precisamente nas proximidades do Canal São Gonçalo e da viação férrea, lado Oeste (W). De acordo com o Plano Diretor de Pelotas o loteamento é considerado uma Área de Especial Interesse Social (AEIS). Um dos critérios para ser classificado como AEIS é que há no local uma população de baixa renda.

Por volta de 2006 do séc. XXI, a prefeitura municipal voltou seus olhos para a área da Ceval e assim iniciaram-se as obras para construção das moradias, infraestrutura urbana, enfim, o que pudesse fazer com que os moradores da área, tornassem-se não apenas ocupantes, mas donos de suas posses.

Figura 7. Croqui do loteamento Ceval



Fonte: Secretaria Municipal de Habitação (SMH) de Pelotas, 2009

O loteamento Ceval foi organizado em 7 quadras e 5 ruas, a qual a principal é a Av. Brasil que divide o loteamento, há um total de 142 lotes e 158⁴ famílias que habitam no loteamento.

A moradora B relata que:

A prefeitura queria que a gente saísse pra eles fazerem direitinho, por causa das criança, aqueles entulho de pedra que tinha, mas a gente não foi tão bobo assim se a gente sai foi abandono então não, mãe que cada um cuide de seu filho, as máquina trabalhavam com a gente encima.

Na fala da moradora, percebe-se que o medo de serem retirados do local rondava as famílias, pois a opção para que a prefeitura trabalhasse com eles no local retrata esse sentimento de que não queriam perder o espaço que eles conquistaram. Sabe-se que, os grupos sociais quando realizam uma ocupação seja individual, coletiva, pública, privada, o que mais assusta é o medo do despejo, da retirada das famílias, muitas vezes utilizando a força da polícia.

A moradora B conta que:

Cada um tinha pegado um pedaço ai eles vieram em seguida depois que tinham dito tá vamos deixa eles assim, vamo assenta eles assim. Ai vieram e mediram o tamanho dos terreno. Os terreno tem 7 e não sei o que. (...) Nós temo o termo senão nós não podia nem puxar água.

Percebe-se que, o loteamento começa a se estruturar aos poucos, pois nesse momento, o poder público entra em ação e executa seu papel de regulador da sociedade.

Segundo Vara (2009, p. 72): “O programa habitacional foi executado pela Secretaria Municipal de Habitação (SMH) com parcerias com a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Sistema Tecnológico de Construção Ltda (SISTECCON)”.

Pode-se dizer que, a partir da efetiva contribuição da prefeitura municipal o Loteamento foi sendo transformado de um espaço fabril, espaço ocioso, para um espaço efetivamente de moradia digna, para os grupos que lá estavam.

No site da Prefeitura Municipal de Pelotas no dia 27 de fevereiro de 2008, havia a seguinte nota:

No loteamento Ceval serão entregues no final do próximo mês 22 casas do

⁴ Informação colhida com a tesoureira da Associação dos Moradores do loteamento Ceval.

Programa Morar Melhor, 70 unidades do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (SFH) e 23 pela Resolução 460 na modalidade blocos de concreto. Brandão destaca ainda, que aguarda para a tarde de hoje (27/02) o documento oficial que deverá ser enviado pela Caixa Federal, autorizando o início das obras do PAC Farroupilha, onde o Loteamento Ceval será também beneficiado com a infra-estrutura, drenagem e pavimentação, além de receber um acréscimo de mais 14 unidades habitacionais e um centro comunitário. O secretário ressalta que todas aquelas pessoas que moravam nos arredores da ponte que liga Pelotas-Rio Grande e foram removidas dali por ordem judicial, terão no Loteamento Ceval seu novo endereço, passando a contar com moradias de qualidade e com dignidade. Somente no Loteamento Ceval serão entregues 129 unidades habitacionais, ratificando a preocupação da atual gestão municipal com a questão da habitação.

A moradora B relata: *“Depois que delimitaram os lotes foi feito um mutirão para fazer as casinhas. Mediram tudo certinho cada um no seu. As primeiras casas foram feitas com aquelas paredonas”*.

Essas “paredonas” que a moradora se refere são as fôrmas de polipropileno fornecidas pela Ipiranga Petroquímica (IPQ), que servem para a construção de casas. Em nota no site, o Sindicato da Indústria de Resinas Plásticas informava que:

A IPQ forneceu o material para a empresa Sistecon (Sistema Tecnológico de Construção), idealizadora do revolucionário processo de construção, e deu apoio técnico para a fabricação das fôrmas de polipropileno. As peças estão sendo utilizadas na construção de 92 casas populares, em sistema de mutirão, no loteamento Ceval, bairro Simões Lopes, no município de Pelotas.

As moradias construídas na modalidade mutirão foram as primeiras a serem edificadas, eram feitas pelos próprios moradores do loteamento utilizando as fôrmas. A moradora B conta que:

Essa aqui nós tivemos muito trabalho pra fazer. Olha vou te dizer, pros home tá sentado tomando cerveja na frente, sentado debochando. Eu ajudei a fazer até lá o S.Padilha, do S. Padilha eu me indignei. Tá loco os nego ainda chamava a gente de corinho. A mulher sentada do lado tomando matezinho na sombrinha, o homem tomando sua pinga. Pronto não vou fazer mais. No mutirão quem ajudou foi meu pai, meus irmão e poucos também por causa do trabalho, o Lelé, S. Devo, o Maico ali também foi só a casa dele, o S. Padilha, eu e a mãe.

A fala da moradora retrata um pouco de revolta, quanto à participação nas construções das moradias, pois nota-se que, faltou um pouco de interesse coletivo. Poucos moradores envolveram-se, mesmo sendo o mutirão voltado para a construção de suas próprias moradias.

De acordo com a moradora B, as próximas casas que foram edificadas no loteamento, foram construídas pelas empresas contratadas da prefeitura. Ela conta que “a

prefeitura fazia um número X de casas, somente as paredes e depois retornava colocando as aberturas, vidro, telhado. Mas, esse processo demorava muito e as pessoas ficavam ansiosas para morarem nas casas”. Entende-se que, com a construção das moradias, havia uma nova esperança nesses moradores, que era a de ter uma moradia digna que pudessem chamar de sua. Acredita-se que, isso contribuiu para que as pessoas se sentissem melhores e mais valorizadas na cidade. Pois, o direito à moradia é um direito de todos os cidadãos.

De acordo com Vara (2009, p. 78) após a construção das moradias os moradores desmobilizaram-se na luta por seus direitos:

A organização dos moradores no Loteamento Ceval, outrora, tão importante para as conquistas como a posse dos lotes e aquisição da moradia, entre outras, atualmente está totalmente desfeita. Questionados sobre a organização dos moradores para a reivindicação de melhorias na infraestrutura do loteamento junto ao poder público descobriu-se que agora é cada um por si. Conforme relato dos moradores, no início da ocupação havia mutirões para a limpeza das ruas e organização para as reivindicações junto ao poder público municipal, mas depois de conseguida as casas, a comunidade desmobilizou-se.

Pode-se perceber que, a desmobilização iniciou-se, após a conquista do direito à moradia, conseguido isso, os moradores acomodaram-se e não lutaram mais pelas demais direitos que ainda necessitavam no loteamento. Embora, houvesse essa desmobilização que ainda perdura, o loteamento obteve muitas conquistas quanto a infraestrutura, como o calçamento tão esperado pelos moradores, o galpão de triagem para trabalharem. Observou-se nas conversas, junto aos moradores que a participação popular é muito escassa, e que os representantes da comunidade reúnem-se muito pouco para discutirem sobre as melhorias no loteamento⁵.

Sabe-se que, com a construção das casas alguns moradores quiseram vender as moradias e retornar para seu local de origem. Diante disso, a moradora B coloca:

Teve muitos que venderam, vou te dizer, assim que lá onde a gente morava de primeiro tinha uns que não, como tem hoje, não gostam de trabalhar, lá que a gente ganhava muita coisa era rancho, era roupa tu não comprava essas coisa, tu só pagava a luz lá, a água era de graça, era água encanada, luz tudo era normal. Agora a gente paga água, luz, tudo, Mas ai ficaram aquelas pessoas assim, vou vender aqui e vou voltar pra lá de novo e foi o que aconteceu muitos voltaram pra lá.

Compreende-se, que há uma mudança social e espacial, quando esses moradores se deslocam das margens do Canal São Gonçalo para a área da Ceval. Enquanto, eles apenas

⁵ Informações coletadas junto à diretora do loteamento Ceval.

ocupavam a área em que não havia o loteamento, as condições de vida eram muito parecidas com a anterior, pois havia uma precariedade de infraestrutura, mas ao menos não haviam enchentes.

No momento que é criado o loteamento há uma transformação no modo de viver dessas pessoas, uma vez que, cada um terá a sua moradia, assim como terão contas para pagar todo mês, como a água, esgoto, luz, o lixo será recolhido durante a semana. Enfim, é uma outra relação que as pessoas terão com o espaço, mas isso, nem sempre é aceitado pelos moradores, por isso, esses moradores acabam retornando para as moradia anteriores. A moradora B entrevistada diz que: *“não pretendo vender a minha, porque eu tenho dois pinto (filhos), é minha enquanto eu ser viva depois é deles”*. Esta consciência nem todos os moradores desenvolveram, pois durante a pesquisa exploratória encontrou-se uma moradora que habitava uma casa de madeira, localizada na área de lazer ativo do loteamento (ver fig.7).

Em conversa informal, foi perguntado, porque ela morava ali? A moradora disse que, tinha vendido o terreno e a casa no loteamento e que por isso morava ali. Acrescentou que, as assistentes sociais não quiseram dar outra casa pra ela, porque a que ela ganhou ela havia vendido.

De acordo com Vara (2009, p. 64) as moradias eram caracterizadas da seguinte forma no loteamento:

Pode-se identificar que, grande parte das moradias é de alvenaria e muito pequenas. Essas casas possuem apenas um cômodo medindo 23,10 m² onde a média de moradores por casa é de 5 pessoas. Observou-se, em alguns terrenos, que existem também casas de madeira no fundo do pátio, geralmente, remanescentes da época da invasão. No entanto, obteve-se a informação que, algumas casas de madeira, foram construídas recentemente, no fundo do quintal com a finalidade de abrigar outras famílias (geralmente, parentes), ou até mesmo, prover um aumento nas edificações de alvenaria.

A moradias até hoje são identificadas desse modo descrito por Vara, pois um cômodo muitas vezes era pequeno para acomodar o número de pessoas. Por esse motivo, construía-se mais um ou dois cômodos de madeira geralmente nos fundos da casa. Assim como também, sedia-se um espaço do terreno para que os parentes construíssem sua moradia. Percebeu-se que, na maioria dos casos os pais sedem um espaço do terreno para os filhos construir suas moradias. Observou-se que, algumas habitações possuem cômodos de alvenaria nos fundos, mas ainda há os “puxadinhos” de madeira, ou casas de madeira nos fundos do terreno.

Pode-se dizer, que em relação à criação do loteamento criou-se uma situação muito complexa que envolve esta comunidade, porque muitas vezes as suas necessidades básicas são atendidas, como por exemplo a moradia, mas estes não conseguem se adaptar a essa nova realidade social e espacial e retornam para os lugares que viviam anteriormente. A realidade social e espacial seria o novo contexto de vida que estas pessoas teriam como, uma moradia digna, acesso à água, luz, esgoto, lazer, trabalho. Abaixo temos uma visão parcial do loteamento Ceval.

Figura 8. Vista parcial do loteamento Ceval, no centro da foto, rua principal Av. Brasil



Fonte: Arquivo da autora, 2014

Conforme a figura, esta é a rua principal do loteamento Ceval, anteriormente não havia calçamento, água e luz na área da Ceval, o que foi modificado após a criação do loteamento. Houve uma valorização da área e das moradias do entorno devido a infraestrutura colocada.

Mas, sabe-se que mesmo com as melhorias feitas nessa área como a construção das moradias, instalação de água luz, calçamento, existe ainda as necessidades financeiras que são supridas pela coleta de materiais recicláveis com carroças e/ou charretes para o sustento das famílias. Este material muitas vezes é colocado junto às moradias o que causa um aspecto de

sujeira no local. Infere-se que, esta paisagem está vinculada ao modo de vida desses moradores, pois é dessa forma que eles organizam seu espaço, suprindo suas necessidades da forma que conseguem.

Figura 9. Vista lateral (E) do loteamento Ceval



Fonte: Arquivo da autora, 2015

A fig. 9, mostra a vista lateral do lado leste do loteamento Ceval, à esquerda da foto os trilhos do trem que passam ao lado do loteamento, à direita as moradias e ao fundo o cano da antiga fábrica Ceval. Sabe-se que, há uns 10 anos atrás os vagões carregados com soja eram saqueados pelos moradores do loteamento. Os saques geralmente ocorriam à noite, no outro dia pela manhã, muitas pessoas passavam o dia coletando os grãos e colocando em sacos para revender na cidade. Via-se inúmeras charretes com muitos sacos do cereal pela cidade. Esta era uma forma inadequada que os moradores encontravam para terem uma renda a mais. Atualmente, isso não ocorre mais, porque quando o trem entra no perímetro urbano, os guardas motorizados acompanham o trem para que não aja saque aos vagões.

Figura 10. Carroça e materiais de reciclagem



Fonte: Arquivo da autora, 2014

Na pesquisa exploratória observou-se, um caminhão coletando o material para reciclagem. Desse modo, esse material não é vendido para o galpão de triagem do loteamento Ceval, e sim para um atravessador que revende o material para uma outra empresa.

O loteamento possui um centro comunitário (Fig.11) administrado pelos próprios moradores. Uma moradora relata que eles pediram para a prefeitura e em 2009 a estrutura foi entregue à comunidade.

No entanto, alguns problemas surgiram quanto à administração do centro comunitário, pois de acordo com o relato dos moradores, os moradores que administram cobram um valor muito alto pelo aluguel do espaço. Além disso, no centro comunitário os banheiros estão entupidos, o telhado está depredado, impossibilitando a realização de festas nos dias de chuva porque o espaço alaga, há ratos na cozinha e o espaço não possui alvará dos bombeiros. As festas quando ocorrem devem obedecer um horário de funcionamento até as 20 horas. Até o final de 2014, o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) utilizava o espaço do centro comunitário e oferecia aos moradores aulas no período noturno até o 4º ano para o EJA (Educação de Jovens e Adultos), além de aulas de artesanato e ginástica.

Atualmente, o CRAS mudou-se para um novo endereço e localiza-se nas proximidades do loteamento.

Nos diálogos com os moradores houve muita reclamação a respeito da administração do centro comunitário pois os moradores alegam querer utilizar o espaço e não poderem devido ao valor cobrado pelo aluguel e a falta de estrutura.

Figura 11. Centro comunitário do loteamento Ceval



Fonte: Arquivo da autora, 2014.

Além disso, os moradores possuem um galpão de triagem de reciclados. Esse centro foi construído em 2012, com o financiamento da Caixa Econômica Federal e os agentes participantes foram o Ministério das Cidades e a Prefeitura de Pelotas. O galpão de triagem era administrado por um morador local, e empregava 20 moradores do loteamento, o salário era de R\$ 400,00 mensais, pago pelo SANEP (Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas). Pode-se dizer que, o galpão de triagem contribuía para a renda dos moradores locais, para que estes não dependessem apenas da ajuda do governo, como por exemplo, do Programa Bolsa Família.

De acordo com as informações dos moradores, o galpão está desativado desde o fim de 2014. Em suma, foram dois motivos que causaram o encerramento das atividades. O

primeiro motivo foi a negação da licença maternidade de uma das funcionárias, pois o responsável não realizava o pagamento da contribuição das funcionárias desde que o galpão entrou em funcionamento. O segundo motivo, foi o atraso no pagamento dos funcionários.

Os moradores relatam que, houve a tentativa de reabrir o galpão, pois uma moradora arrecadou um valor em dinheiro das interessadas em trabalhar e organizou a documentação, mas não houve nenhuma posição concreta do SANEP (Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas). Eles informaram que as máquinas de triagem foram retiradas do galpão e não sabem para onde foram.

Percebe-se que, houve negligência na administração tanto do responsável pelo galpão de triagem como pelo órgão responsável (SANEP). A precária administração e fiscalização do funcionamento do galpão implicaram no fechamento de um espaço de trabalho que contribuía com a renda das moradoras do loteamento. Pode-se dizer que, a escolarização é um dos fatores que implica na conquista de uma vaga de emprego, pois se a escolarização é baixa o mercado por si só expurga o indivíduo menos instruído. O galpão de triagem proporcionava que esses indivíduos com menos instrução fossem inseridos no mercado de trabalho e ainda num local próximo de suas moradias. Nos relatos de algumas das moradoras que trabalharam no galpão, atualmente são catadoras de garrafas PET, latas e papelão.

Figura 12. Galpão de triagem de reciclados do loteamento Ceval



Fonte: Arquivo da autora, 2014

Entende-se a partir dos relatos que, a prefeitura não instruiu os moradores a respeito da administração do centro comunitário e do galpão de triagem. Pois, se houvesse instrução para a administração desses locais os moradores poderiam usufruir melhor dos espaços de trabalho (galpão de triagem) e de lazer (centro comunitário).

Observou-se que, o loteamento não possui área de lazer, como praças, campo de futebol. Há como espaço de lazer o centro comunitário, mas que devido aos problemas de administração e falta de estrutura é pouco utilizado. Este espaço corresponde à área de lazer ativo (conforme croqui do loteamento ver fig. 7). Pode-se observar que, não há uma praça no local com equipamentos para proporcionar o lazer dos moradores. Percebe-se que, como forma de diversão, os moradores improvisaram as traves para o futebol que geralmente ocorre nos finais tarde (conforme observações da autora).

De acordo com Vara (2009, p. 63):

Praças e áreas de lazer também inexistem. Os locais de lazer são apenas terrenos baldios (campos). Foi verificado que as crianças brincam numa área baldia, que segundo os moradores, os funcionários da SEUrb haviam lhes informado que construiriam uma praça. Contudo, atualmente nesse espaço estão sendo construídas quatorze novas casas para acomodar mais pessoas de outros locais da cidade.

Figura 13. Espaço de lazer dos moradores do loteamento Ceval



Fonte: Arquivo da autora, 2014

Segundo relatos, havia uma área no loteamento onde tinha uma praça com brinquedos para as crianças, mas essa foi desmanchada para a construção das últimas casas no loteamento. Assim, no local foram construídas 14 moradias do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCV). Essas moradias são diferenciadas das demais do loteamento porque possuem um número maior de cômodos do que as fornecidas pela prefeitura no início da formação do loteamento Ceval. A maioria das moradias são mais antigas e fornecidas pela prefeitura, essas possuem um cômodo e banheiro. As últimas moradias construídas pelo PMCV, possuem dois quartos, sala, cozinha e banheiro.

Figura 14. Moradias do Programa Minha Casa Minha Vida no loteamento Ceval



Fonte: Prefeitura Municipal de Pelotas, 2012

As 14 moradias do PMCMV, de acordo com relato dos moradores, não foram fornecidas pela prefeitura, pois há um valor mensal que deve ser pago durante anos. Mas eles relatam que as pessoas não pagam, porque as demais moradias do loteamento não pagam mensalidade alguma. Então, eles também não vão pagar.

O loteamento Ceval está iniciando o processo de regularização dos lotes, pois serão escriturados os terrenos. Para isso a prefeitura municipal realizou uma reunião no dia 17 de junho de 2015, junto aos moradores da Ceval.

Em nota no site da Prefeitura Municipal de Pelotas:

Durante reunião no Centro Comunitário do Loteamento Ceval, na noite da última terça-feira (17/6/15), foram escolhidos os representantes da comissão de moradores que irão ajudar na fiscalização do processo de Regularização Fundiária no bairro, que se inicia nesta semana. Eles serão um elo entre a Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária (SHRF) e os moradores do local, facilitando a comunicação e o processo de cadastramento dos imóveis. A prefeita em exercício, Paula Mascarenhas, participou do encontro e conversou com a comunidade do Ceval sobre os benefícios da regularização. O secretário da SHRF, Ivan Vaz, explicou aos moradores sobre as etapas do processo, apresentou a documentação necessária para que cada família tenha direito à moradia, trazendo ao cidadão dignidade e qualidade de vida. A comissão é composta por sete moradores do Ceval: Vaner Padilha Pancinha, Geneci da Silva Freitas, Márcia Adriana Rodrigues Pedra, Danilo D'ávila Menezes, Guilherme Maia, Berenice dos Santos e Maicon da Silva. Eles vão ajudar os demais moradores da comunidade a preparar a documentação, esclarecer dúvidas sobre o processo, além de auxiliar as pessoas na identificação das residências, com a selagem que confirma que o imóvel está cadastrado na regularização fundiária. A comissão vai fazer o contato direto com a SHRF, facilitando assim o andamento do processo. Durante o encontro, Paula ouviu as demandas da comunidade e aproveitou o encontro para apresentar aos moradores o projeto da prefeitura que busca alternativas para substituir o uso, pelos catadores de lixo, de cavalos em charretes por carrinhos de propulsão. Ela acredita que tirar os animais da atividade dos catadores será um avanço para cidade. Participaram do encontro o vereador Rafael Amaral (PP), funcionários da SHRF, assistentes sociais que atuam no Loteamento Ceval, além de dezenas de moradores do bairro.

Pode-se afirmar que, com a regularização dos terrenos a comunidade da Ceval, dá mais um passo rumo à conquista de seus direitos sociais. Assim, com as escrituras dos terrenos os moradores certificam-se de que possuem um espaço que podem chamar de seu. Infere-se que, futuramente poderá ocorrer uma nova configuração espacial no loteamento, pois, com a regularização fundiária ocorrerá uma valorização dos terrenos.

Observa-se que, algumas moradias já possuem uma estética diferenciada (construção de casas com dois pavimentos, qualidade do material utilizado na construção, muros altos de alvenaria e revestidos, garagem, alarme para segurança, TV à cabo, ar-condicionado). Esses podem ser aspectos muitos comuns, mas no loteamento Ceval, ainda são poucas residências que possuem esse perfil. Pode-se dizer que, essa nova configuração poderá dar-se à longo prazo, seja pela venda dos terrenos e o acesso de novos moradores que despendam de uma renda melhor ou pelo esforço dos próprios moradores que lá habitam para melhorarem as suas moradias.

Observa-se que, houveram mudanças significativas no loteamento Ceval principalmente em relação à divisão dos lotes, à moradia e à infraestrutura que não havia no local. Porém, para analisar se ocorreu efetivamente desenvolvimento sócio-espacial, ou melhor, uma mudança social positiva deveremos partir para a análise das entrevistas

semiestruturadas que focalizaram nos parâmetros subordinados particulares, isto é, nos indicadores elencados para instrumentalizar a análise correspondente à qualidade de vida e justiça social.

Sabe-se que, o espaço urbano é um conjunto diferenciado de usos, uma vez que cada área da cidade possui uma finalidade. Atenua-se à isso, o capital que supervaloriza algumas áreas em detrimentos de outras que não interessam. Os pobres urbanos localizam-se em sua maioria nas áreas que não importam ao capital. Estes além das dificuldades financeiras também possuem dificuldades de acesso à moradia, infraestrutura. Entende-se com isso, o quanto difícil é ter desenvolvimento sócio-espacial nessas áreas. Porém, pode-se dizer que, que os moradores do loteamento tiveram autonomia coletiva ao reunirem-se e lutarem para terem um pedaço de terra e moradia na área da Ceval. Entretanto, a desmotivação e a desunião, prevaleceu não havendo mais luta e reivindicação da população pelos seus direitos.

6.1.4 Loteamento Ceval: Uma mudança social positiva?

6.1.4.1 Os parâmetros subordinadores (autonomia individual e coletiva) do loteamento Ceval

Esses parâmetros não são mensuráveis, mas são possíveis de ser analisados em uma dada área, território, região, desde que se conheça a realidade do local onde está sendo realizado o estudo. O autor Cornelius Castoriadis propõe a ideia de uma sociedade autônoma, na qual os cidadãos tenham consciência de seus direitos e deveres, fazendo com que esses lutem e reivindiquem para serem atendidas suas necessidades. Porém, este autor salienta que vive-se em uma heteronomia, onde a autonomia é algo praticamente utópico, não deixando de ser possível. O que ocorreu no Loteamento Ceval, foi uma tentativa de desenvolvimento sócio-espacial, ou melhor de mudança social positiva, que não se efetivou nos moldes propostos por Souza. A desmotivação popular que ocorreu após serem conseguidos os objetivos de acesso à um terreno, moradia, fez com que não houvesse mais a busca por melhorias no loteamento.

A autonomia é o motor para a aquisição de melhoria de vida e aumento de justiça social. Sem autonomia não há como ter mudança social positiva, pois esta não ocorreria de forma integral e sim parcial. No momento da ocupação da área da Ceval até o reconhecimento do Loteamento Ceval, que culminou com as conquistas dos lotes, casa própria, infraestrutura, afirma-se que, houve autonomia coletiva, pois havia participação popular. Após, as conquistas não houve mais participação popular como colocou a moradora 5, “*aqui é cada um por si*”.

De acordo com a moradora, não há mais a união, o relato dela demonstra que um descaso com as melhorias que podem ser conseguidas para o loteamento, ou melhor para os moradores. Pode-se dizer que, este grupo não possui mais autonomia, um dos motivos pode ter sido o enfrentamento de inúmeras dificuldades pelo grupo, que provocou essa desmotivação, fazendo com que estes não lutassem mais por melhorias no loteamento.

6.1.4.2 Os parâmetros subordinados gerais (qualidade de vida e justiça social) e particulares (indicadores) no loteamento Ceval

Nesse item mostraremos os parâmetros subordinados particulares, isto é, os indicadores de qualidade de vida e justiça social, baseados nas entrevistas realizadas junto aos moradores do loteamento. Os parâmetros subordinados gerais também são contemplados neste item, uma vez que, estes estão unidos aos parâmetros subordinados particulares. Sendo assim, a análise do desenvolvimento sócio-espacial não se ocorre baseada somente nos parâmetros subordinadores, mas levando em conta os parâmetros subordinados gerais e particulares. Os parâmetros subordinados particulares –os indicadores- vão instrumentalizar essa análise que leva em consideração o aspecto social e espacial do loteamento Ceval.

6.1.4.2.1 Os indicadores de Qualidade de vida

1. Alimentação

O indicador alimentação compõe uma necessidade essencial para se viver. Isso implica diretamente na qualidade de vida de um indivíduo, pois sem alimentação dificilmente um indivíduo se manterá vivo.

A moradora 5 do loteamento, refere-se ao indicador dizendo:

Alimentação eu vou nesses lugares e ganho, também recebo Bolsa Família eu recebo dos quatro (referindo-se aos filhos), vou nos centro espírita. As vezes quando eu tava bem apertada ia na igreja ai ficava toda tarde as vezes ganhava um pacote de feijão as vezes de massa e outras vezes nada, porque primeiro atendiam os cadastrados e depois a gente.

De acordo com a fala da moradora, entende-se que, mesmo recebendo a contribuição do Programa Bolsa Família, este não é suficiente para manter a alimentação da família, sendo

necessário buscar outro meio para adquirir o alimento, nesse caso a ajuda de instituições religiosas, igreja, centros espíritas.

A situação não é diferente para a moradora 8, que diz: *“o CRAS (Centro de Referência e Assistência Social) me ajuda do CRAS recebo sacola de comida um mês sim outro não. Quando não recebo vou no Mapel e eles me dão. Fiz o cartão mas ainda não recebi o Bolsa Família”*.

A moradora 8, tem uma situação ainda mais delicada que a moradora anterior, pois depende prioritariamente da contribuição do CRAS (Centro de Referência e Assistência Social) e do MAPEL (Movimento Assistencial de Pelotas) que hoje é conhecido como departamento da Cidadania. Este último faz parte da Secretaria de Justiça social e Segurança de Pelotas. A Cidadania auxilia as famílias na alimentação, vestuário, assim como, no cadastramento das famílias ao Bolsa Família. Ela relata ainda que, tem 4 filhos e apenas o marido trabalha para sustentar a família e que o emprego não é fixo.

Percebe-se que, essas moradoras dispõem de poucos recursos para a compra de alimentos. No caso da moradora 5, o dinheiro que recebe do Bolsa Família muitas vezes não é suficiente para a compra de alimentos.

No caso das entrevistadas, as necessidades de alimentação são atendidas com a ajuda de órgãos como a igreja, centros espíritas, Bolsa Família. Percebe-se que, o dinheiro para o sustento não supri todas as necessidades nem mesmo a alimentação. Essa situação não é generalizada entre as entrevistadas, pois algumas moradoras não necessitam de contribuição externa ao salário mensal. Uma vez que, conseguem atender as necessidades com o que recebem mensalmente, isto é, o salário de seu trabalho ou do esposo. Pode-se dizer que, as entrevistadas que não trabalham e que vivem sem companheiro precisam buscar outros meios de adquirir o alimento, como ir nos locais para receber as doações.

2. Educação

Esse indicador envolve a proximidade das escolas, disponibilidade de vagas em creches. Praticamente, não houve reclamação quanto a esse indicador entre as entrevistadas.

A moradora 7, relata que: *“ Pra mim tá bom o meu tá na creche. Agora tem inscrição depois vou colocar a outra é mais fácil que ele já tá na escolinha ai eu consigo a vaga pra ela”*. Percebe-se na fala da moradora, que não há dificuldade quanto o acesso à vagas.

A moradora 5, afirma que: *“Eu nunca tive problema, nunca ficaram sem estudar por causa da vaga em colégio. Então não tive problema nenhum. Eu sempre consegui”*.

Pode-se dizer que, quanto à disponibilidade de vagas não há problemas. O loteamento localiza-se nas proximidades de creches, escolas o que facilita o acesso.

Em relação à educação a moradora 5, relata que:

Olha a Bibi (referindo-se à filha) mesmo do jeito que eu sou pobre se eles não fossem modificando ela não ia tá na faculdade nunca. Eu nunca tive problema, nunca ficaram sem estudar por causa da vaga em colégio. Então não tive problema nenhum. Eu sempre consegui.

A moradora fala com alegria do caso de sua filha que está terminando a faculdade de Turismo, pois sabe-se que, as políticas públicas para educação como por exemplo, o Prouni (Programa Universidade para todos) proporcionaram que o acesso à educação superior principalmente se tornasse facilitado. Afirma-se com isso, o importante papel das políticas públicas nesse caso vinculadas a educação que promovem o acesso ao ensino superior, como no exemplo acima. Pode-se dizer, que o impacto da educação para as populações de baixa renda é bem mais significativo do que com a população que possui renda mais elevada. Uma vez que, os indivíduos de baixa renda podem ser os primeiros de suas famílias a terem um diploma e conseqüentemente, influenciarem os demais parentes, amigos, vizinhos que não estudam, voltarem a estudar e concluir seus estudos. Observa-se que, a educação teve significativas mudanças, porque promoveu melhorias no acesso ao ensino superior, isto é, uma grande conquista, principalmente, para aqueles que não tinham como pagar pelo ensino superior.

As políticas públicas que avolumaram-se a partir de 2002, contribuíram significativamente para que os indivíduos tivessem acesso não só à educação, mas à moradia, à infraestrutura, à saúde mesmo que ainda apresente muitas dificuldades como será visto no próximo item. Pode-se afirmar que, houveram mudanças significativas no modo de viver das pessoas, principalmente dos que possuem baixa renda.

3. Saúde

Esse indicador apresenta problemas quanto ao acesso, pois saúde é um dos indicadores primordiais para a qualidade de vida, assim como a alimentação, uma vez que, é essencial para que a pessoa se sinta bem. A dificuldade de acesso à saúde é um dos fatores

que contribui para que os indivíduos não tenham qualidade de vida, uma vez que, ao adoecer estes terão mais dificuldade para consultar, pois o sistema de saúde público torna-se ineficiente para aqueles que dependem dele. Embora o loteamento seja próximo de posto de saúde e hospitais. As entrevistadas reclamaram que não são atendidas, que há muita dificuldade para conseguir ficha para consulta. Infere-se que, há dificuldade financeira para aquisição de alimentos que é o mínimo necessário, assim também haverá para pagar uma consulta particular, isso foge da alçada dos moradores da Ceval. O acesso à medicamentos, consultas, proximidade de postos de saúde e hospitais, foi levado em conta para análise nesse indicador.

A moradora 8, complementa:

Não tô satisfeita com a saúde porque eu chego ali (referindo-se ao posto de saúde) é uma briga. Não me atendem eu chego lá de manhã e eles dizem que a ficha pra Ceval é à tarde. A minha filha andava com umas feridas e a professora dela disse que é irmã do Rafael Amaral (vereador de Pelotas) que o que eu precisasse eu falasse com ela. Tem muitas pessoas aqui da Ceval que eles não atendem ali no postinho. Disseram que aquele postinho é do Simões e se tem a Ceval é uma ou duas fichas. Pra ti pegar no Simões tu tem que tá lá vamos supor as nove da noite pra consultar no outro dia.

De acordo com a moradora, a maior dificuldade é para consultar, pois há pouca disponibilidade de fichas no posto mais próximo do loteamento. Assim como, para conseguir deve-se pernoitar na fila.

Mais uma dificuldade encontrada é a falta de profissionais no posto conforme relata a moradora 1: *“No posto tá difícil não tem ginecologista, não tem pediatra”*.

Os moradores de maneira geral reclamam da saúde que não está boa, e elogiam a educação, pois conseguem ter acesso com mais facilidade. Estas correspondem o acesso à instituições de reprodução da vida.

Conforme o relato da moradora 5, percebe-se a dificuldade quanto o acesso à saúde:

Me apareceu um tipo de verme, eu tive um ano com diarreia e não ia no médico. É um tipo de vermes que tem que tá sempre em tratamento. Esse verme sai pra fora da pele. De 6 em 6 meses tenho que fazer o tratamento. A doutora me disse que depois que passa para o sangue não tem mais tratamento. Me apareceu também uma bactéria no estômago ai tive dificuldade pra marcar o exame pelo SUS porque demorava de 3 a 4 anos pra mim consultar. Ai uma irmã minha que saiu do emprego pagou pra mim particular o exame que eu não tinha condições saiu R\$ 420,00 o exame. O médico me disse que essa bactéria posso ter pego pela água ou pela comida.

Analisa-se com essa afirmativa, o quão difícil é para fazer um exame pelo sistema público de saúde. Uma vez que, ocorre uma demora significativa para marcação de exames, assim como ocorre também dificuldade para marcação de consultas nos postos de saúde.

Sabe-se que, os que mais necessitam do serviço público de saúde são a população de baixa renda que não tem como pagar por um serviço de saúde particular. São esses indivíduos que mais precisam de um serviço de saúde de qualidade e que atenda suas necessidades.

Observa-se que, não há justiça social, ou melhor políticas públicas eficientes que atendam esse problema público que é a dificuldade de acesso à saúde. Por isso, a enorme dificuldade da população de baixa renda ter acesso à saúde de qualidade. De acordo, com a Constituição de 1988, o acesso à saúde é um direito de todo cidadão, porém esse direito não é exercido igualmente para todos, pois a saúde de qualidade é para os que podem pagar por um plano, consultas particulares, enfim. Os que dependem da saúde pública infelizmente ficam à mercê de um sistema de saúde ineficiente.

Isso é um problema público, em que as políticas públicas voltadas para esse fim deveriam ser reestruturadas atendendo principalmente esse público que mais necessita. Por isso, a necessidade da busca pela autonomia para reivindicar o acesso à remédios, consultas, exames, enfim para que aja uma promoção da saúde de qualidade, que é um direito de todo cidadão.

4. Segurança onde mora

Esse indicador baseia-se na: iluminação, muros, calçadas, sem terrenos vazios. No loteamento não há terrenos vazios, pois todos são ocupados pelas moradias, mesmo as que são clandestinas no entorno do loteamento. Há iluminação em todas as ruas, os moradores reclamam que, as vezes as crianças atiram pedras e quebram as lâmpadas, mas observou-se que a iluminação é adequada. Também observou-se que, há muros e cercas de madeira ou tela para cercar os terrenos. Mesmo assim os moradores mostram receio ao falar nesse indicador:

A moradora 10, coloca que: *“Acho que tinha que ter policiamento, mataram meu sobrinho dia 5 de março desse ano”*. Ela relata que, o rapaz tinha 19 anos e deixou a esposa e uma filha pequena. O assassinato ocorreu ao lado do centro comunitário onde há um espaço com poucas moradias. Segundo ela: *“Os bandidos vieram e atiraram nele uns quantos tiros”*. Percebe-se que, há uma certa insegurança das pessoas em relação ao indicador segurança, pois

sabe-se que, esse não foi o primeiro caso de assassinato no loteamento Ceval. Isso faz com que o sentimento seja de medo e revolta dos familiares que perderam seus entes queridos.

Conforme a moradora 3: *“Aqui graças a Deus ladrão, traficante não tem , aqui não se cria porque no momento que abre um ponto de tráfico a vizinhança inteira te cagüeta”*. Mas sabe-se que, se há ocorrência de assassinatos algum motivo existe. Geralmente a presença de drogas é um dos motivos, que leva à falta de segurança nos locais, principalmente onde habitam os moradores de baixa renda. Como é o caso dos moradores do Loteamento Ceval.

A moradora 7, diz que: *“Não sinto segura porque mataram meu irmão ali no campinho, não saio tenho até medo de sair”*. O medo, a insegurança acercam os moradores do loteamento, porém não há uma mobilização da população local solicitando policiamento e maior atenção aos casos de assassinatos que lá ocorreram. Os moradores sentem-se oprimidos e não possuem autonomia para exigir das autoridades maior segurança no local. Sem segurança a qualidade de vida torna-se prejudicada e os sentimentos de medo, insegurança, revolta tomam conta do local onde habitam os indivíduos. A segurança é uma imaterialidade, contudo ela é marcada no espaço.

5. Moradia

O indicador moradia envolve o espaço físico para se viver. Considerando isso, esse indicador envolve: os espaços na casa para cozinhar, dormir, fazer as necessidades fisiológicas, higiene do corpo, água encanada que possibilite a limpeza da casa, das roupas, conforto térmico da habitação. Esses aspectos são importantes, porque as pessoas necessitam de cômodos na moradia com uma função específica para se sentirem bem e melhor acomodados. Pois, sabe-se o quão desagradável, é viver em uma moradia que não fornece cômodos para acomodar a família. Esses aspectos também compõe o viver com qualidade. Em relação ao conforto térmico não houve reclamação desse aspecto.

De modo geral, a descrição do indicador compõe a disponibilidade de cômodos na moradia necessários para abrigar uma família. Porém, as primeiras moradias construídas pela Prefeitura de Pelotas para os habitantes da Ceval, são de apenas um cômodo e um banheiro. Sabe-se que, se a família é grande é difícil acomodar todos em um só cômodo. Assim, observou-se que, os moradores construíram nos fundos das moradias os “puxadinhos”, com mais uma, duas peças para abrigar os demais familiares. Pois, apenas um cômodo na maioria das moradias não foi o suficiente para abrigar a família.

A moradora 3, relata que:

Essa aqui mesmo (referindo-se a moradia) foi as primeira, uma peça comprida e uma banheiro ali pra trás pequenininha foi meu marido que fez porque não dava pra nós todos morar. Tá certo a gente não pode reclamar porque é melhor morar numa casinha pequena do que num chalé caindo os pedaço, mas a parte da lei era pra ser tudo igual. O bagulho aqui tá certo que é bom mas a gente que já tem bastante coisa meso eu tenho uma gurria de 14 (anos) a gente dividiu uma aqui no meio pra fazer um quarto pra ela e mais que esses aqui (referindo-se aos 3 filhos que estavam brincando na frente de casa) e mais o outro que eu tenho que tá no restorante. O bagulho aqui é meio...o meu (filho) já tá casado moremo tudo junto ele mora ali perto da cozinha minha que é quarto na realidade deles, aí nós tiremo e butemo um quarto pra eles.

Analisa-se na fala da moradora, que a moradia era muito pequena para a família, por isso houve a necessidade do marido construir mais cômodos nos fundos da residência. O sistema para construção dessas moradias nos fundos é de autoconstrução, isto é, os próprios moradores que as vezes possuem alguma experiência como construtores fazem as suas moradias.

As últimas moradias construídas no loteamento foram pelo Programa Minha casa Minha vida, apresentam um número maior de cômodos. Segundo a moradora 7: “ *Essas ai que saíram por último é dois quarto, uma sala, uma cozinha e uma banheiro. Por isso que eu acho errado da parte deles as primeiras que eram pra sair tudo igual e as últimas saíram melhor*”.

Entende-se que, essas moradias construídas por último foram subsidiadas pelo governo federal, que são num total de 14. Estas devem ser pagas pelos moradores, porque conforme a renda que possuem conseguiram o financiamento para adquirir a moradia. As primeiras foram subsidiadas pelo governo federal e municipal e doadas às pessoas, porque estes não tinham condições de construírem uma moradia. Sabe-se que, isso não justifica pois as moradias deveriam ser construídas conforme o número de pessoas para habitarem a moradia.

6. Lazer onde mora

Esse indicador refere-se aos espaços de lazer, cuidados com o corpo. Observou-se que, um dos ambientes que pode ser utilizado para o lazer é o centro comunitário, pois os moradores podem realizar suas festas, mas há alguns problemas: o valor cobrado do aluguel é caro, o telhado está com problemas, os banheiros estão entupidos, não há alvará de licença

dos bombeiros. Isso faz com que os moradores sejam prejudicados por não poderem usufruir de um espaço que proporcionaria o lazer. Além disso, não há praças no local, apenas um espaço vazio que os moradores costumam utilizar como campo de futebol. Uma das contestações foi a inexistência de praças.

A moradora 1 diz que: *“Não tem praça pras crianças brincar”*. Percebeu-se que, as crianças brincam nas calçadas ou no meio da rua no loteamento, improvisam brinquedos, andam à cavalo, de bicicleta.

Com isso, sabe-se que, não há espaço de lazer ao ar livre, assim como não há academia ao ar livre para promover cuidados com o corpo. Os moradores relataram que o CRAS oferecia aula de ginástica no centro comunitário do loteamento, mas que com a mudança de endereço do CRAS não houve mais. Pode-se dizer, então que havia uma forma de cuidar do corpo mesmo que fosse incipiente, mas havia esta possibilidade.

Mesmo não havendo praças no loteamento os moradores viviam sem elas, porém o questionamento que se faz é quanto a igualdade. Entende-se que, em outros bairros principalmente onde habitam pessoas que despendem de renda relativamente alta, possuem praças e espaços de lazer e em outros locais onde habitam pessoas de baixa renda não há? Uma das hipóteses pode ser de que os de renda baixa não tenham tempo para se exercitarem e desfrutarem de lazer, ou até mesmo porque depredam esses espaços. Os de renda mais elevada demandam de mais tempo para exercitarem o corpo, por isso necessitam desses espaços.

A moradora 10, coloca que: *“Praça não, antes tinha mas as criança destruíram, antes tinha uma pracinha bem bonitinha*. A praça que a moradora relata ficava localizada onde construíram as residências do Programa Minha casa Minha vida. Sendo praticamente inexistente os espaço de lazer no loteamento, as pessoas adotam outros meios de se reunirem como sentam-se em frente suas casas para tomar chimarrão e conversarem, as crianças brincam na rua, enfim adotam-se outras formas de espaços de lazer mesmo não havendo um espaço apropriado para isso.

7. Trabalho

O indicador trabalho promove o sustento da família, assim como, o atendimento das necessidades básicas. Porém, a dificuldade para alcançar um emprego fixo e com carteira assinada está presente em praticamente todas as moradoras, exceto duas das onze

entrevistadas desfrutam da regularidade no emprego. A situação das moradoras entrevistadas mostrou o quão é delicada é a situação, ou melhor, o indicador trabalho. As moradoras que não estão empregadas trabalham esporadicamente como faxineiras, catadoras, ou dependem basicamente apenas do salário do marido. Um dos agravantes dessa situação foi o fechamento do galpão de triagem em 2014 que empregava 20 moradoras do loteamento.

A moradora 5, diz: *“Trabalho em casa, eu cuido eles (referindo-se aos dois sobrinhos), cuido do meu outro sobrinho quando precisa”*.

Percebe-se que, esta moradora não possui salário fixo e carteira assinada porque trabalha em sua residência. Isso dificulta o sustento da família que segundo ela, vem do Bolsa Família, do trabalho em casa e de doações de alimento e roupa.

A moradora 7, afirma: *“Trabalhei 3 anos na reciclagem a gente quer que volte”*. A moradora sustenta a casa com a venda de garrafas PET, o benefício do Bolsa Família e doações.

Observou-se que, há pouca mobilização da comunidade para que o galpão de reciclagem volte à funcionar. A autora procurou incentivar para que as moradoras se organizassem e buscassem fazer com que o galpão voltasse a funcionar, pois é de lá que a maioria retirava o sustento da família. Isso demonstra, o quão frágil é a autonomia dos moradores do loteamento, ou melhor, não há autonomia coletiva no loteamento Ceval. Pode ter havido autonomia em outros tempos, mas a desunião entre os moradores promoveu uma vitimização quanto ao trabalho, pois uma das conquistas que era o galpão de triagem, encerrou suas atividades por problemas de má administração. Em outras palavras, os próprios moradores cruzaram os braços e não buscaram repararam esse dano que ainda prejudica o sustento das famílias do loteamento.

8. Participação popular

Esse indicador é mister para a promoção da qualidade de vida, pois sem conhecimento e sem participação popular, não há como reivindicar os direitos enquanto cidadão. Por isso, os indicadores que envolvem o indicador são: convite para a discussão sobre a política da cidade, entrosamento com a comunidade, luta por melhorias na comunidade. A participação popular só é adquirida quando há autonomia, uma vez que, todos esses indicadores descritos anteriormente, incluindo este, são subordinados á alguma coisa,

está é a autonomia. Sem esta não há como buscar melhorias para a qualidade de vida nem aumento de justiça social.

Assim, observou-se que, a participação popular é escassa ou inexistente no loteamento Ceval. Observou-se que, devido aos moradores não se darem bem, prejudica a participação deles na busca por melhorias para o loteamento. A moradora 10: *“Participo de tudo, agora que to afastada. A gente vai na câmara mas trazer benefício para os outros tô fora”*. O relato demonstra que não há sentimento de comunhão, pois cada um deve resolver seus problemas. Isso mostra o quanto as pessoas estão desunidas no loteamento, aquele sentimento de união que existia no início para as conquistas das melhorias, não existe mais. Impera o egoísmo, que não ajuda em nada quando se busca lutar por um ideal que é viver bem e com qualidade de vida.

A moradora 3 coloca: *“Eu fico no meu canto não ajudo ninguém porque ninguém me ajuda”*. A falta de participação popular gera um problema ainda maior principalmente para a população de baixa renda, porque são estes que devem unir-se e mobilizar-se para a aquisição de melhorias para os locais que moram, assim como para a melhoria de suas vidas, pois estes tem voz e vez para se pronunciarem nas câmaras de vereadores, prefeituras, eventos da cidade como a Conferência da Cidade, entre outros. Sem a participação popular não há como resolver os problemas que atingem as comunidades principalmente as de baixa renda.

A moradora 4 (antiga) afirma que:

As vezes a gente passa as informações para o S. Padilha (Presidente do Loteamento Ceval) ele é que vai mais lá (Câmara de vereadores) e fala caso a gente queira alguma coisa pra cá. Ai a gente passa pra ele lá e ele fala lá com eles vai na câmara ou um lugar assim pra pedir alguma coisa. Quando tem alguma reunião alguma coisa assim que eu possa dar minha opinião sim.

Percebe-se na afirmativa da moradora que, não há uma mobilização própria, falta autonomia individual para participar e buscar os recursos, pois depende-se de uma outra pessoa pra que esta fique com a responsabilidade. Com a falta de participação popular entende-se que não há autonomia, isso faz com que, os moradores não lutem mais por melhorias no loteamento, que contribuam para a melhora nas suas vidas.

A moradora 11 coloca:

Sempre participei desde o início e agora já tá tudo acomodado tem um presidente, uma vice-presidente. Os problemas do loteamento são com o seu Padilha, ai ele leva a demanda, ai ele vai direto na câmara com o Ornel e o Ornel é que resolve isso. Muitas coisas sim (quanto à solução). O Ornel já nos conhece sabe que a gente é osso duro de roer né. E ele é muito nosso companheiro, nosso amigo aqui. Mas quando a gente precisa ele tá sempre ajudando.

Observa-se na fala, há a figura do presidente e do vice que respondem pelo loteamento. Mas, como tudo já está acomodado como ela mesma diz não há mais necessidade de participar da organização da comunidade e que as reuniões entre os membros praticamente não ocorrem mais. Isso não é participação popular, onde está a autonomia coletiva que houve quando da ocupação da área da Ceval? Se desmantelou pela desunião. A participação é apenas do presidente que busca as melhorias junto à câmara. Também não há rodízio na equipe que representa o loteamento, pois são sempre as mesmas pessoas. Sabe-se que, isso de certo modo prejudica a própria comunidade, pois todos devem se envolver para reivindicarem o que é necessário para a comunidade.

Pode-se perceber um sentimento de revolta na fala da moradora 10: *“Essa gente não presta que Deus não me castigue que gente bem ruim”*. Conforme o exposto percebe-se, que não há mais união entre as pessoas no loteamento, pois havia até o momento que ganharam as moradias, após isso iniciou-se uma revolta entre eles, que somente prejudica à eles mesmos.

Há uma desmobilização que prejudica a organização da comunidade pois, não havendo autonomia, imperando a desunião não ocorre participação. A não participação junto à órgão responsáveis pela cidade, a falta de reivindicação pelos direitos, o não envolvimento com os assuntos do próprio loteamento, dificulta que ocorram melhorias no loteamento. Principalmente, na vida dos moradores. Destaca-se que, salvo o indicador educação todos os demais apresentam dificuldades de acesso pelos moradores. Sabe-se que, as dificuldades não envolvem só esses moradores da Ceval, mas muitos outros grupos, porém havendo participação essas dificuldades podem serem solucionadas desde que a população reivindique por melhorias.

6.1.4.2.2 Os indicadores de Justiça social

1. Acesso à casa própria

O acesso à casa própria é um direito social de qualquer cidadão. Sendo assim, os moradores do loteamento Ceval, foram em busca desse direito quando ocuparam a área da Ceval. Porém, esses não necessitaram aprovar financiamentos para pagar pelas moradias, estas foram subsidiadas pela governo federal e municipal. As últimas moradias construídas no

loteamento pelo Programa Minha casa Minha vida são pagas pela população, estas foram subsidiadas e financiadas pelo governo federal. Esses novos moradores não participaram da ocupação da área da Ceval e foram alocados para lá devido conseguirem um financiamento para aquisição da casa própria. Esse indicador tem como especificidade: crédito facilitado, financiamentos.

Segundo a moradora 11:

Aqui tinha mais possibilidade do terreno ser meu lá nunca ia ser. Lá eles tavam sempre pra tirar porque é área de risco. Não se sabe qual é o governo mas vai ter um governo que vai tirar. Pra mim como era mais fácil e mais perto do serviço aqui pra localizar uma moradia pra mim e pros meus filhos. A nossa casa foi feita pelo sistema de mutirão, o nosso foi o primeiro projeto. O Projeto Piloto que eles fizeram isso foi na época do Marroni. Mas pra mim tá ótimo. Tem umas coisinhas mas essas coisinhas a gente joga pras costas né. O importante é que eu tô na minha casa. A gente não paga aluguel, eu não tenho queixa de ninguém. Tenho o meu terreno a minha casa já tamo se encaminhando pra fazer as escritura dos lote. Com certeza contribuiu porque a gente não tava assim segura eu tinha as gurias moça em casa eu ia trabalhar e eles numa barraca não era uma fonte segura.

Esta moradora é diretora do loteamento e diz que lutou junto com os demais moradores pelas conquistas de seus direitos, principalmente de acesso à moradia. Assim pode-se dizer, que ela tem a consciência de que não conquistou seus direitos sem contribuição alguma, mesmo que seja escassa e que tenham que ter lutado muito, houve a contribuição do governo.

A moradora 10, relata sobre a moradia: *“tô me sentindo a verdadeira rainha”*. Entende-se, pela colocação que a moradora está contente em ter um moradia, que está se sentindo bem com a casa. O acesso à casa própria é uma conquista que faz com que as pessoas, principalmente as que tem baixa renda, sintam-se melhores e mais valorizadas pois é um direito que foi almejado e conseqüentemente conquistado. Isso é justiça social, mas não só, o acesso à casa própria, há os demais direitos sociais, mas esse pode-se dizer, é um dos mais importantes.

2. Acesso à serviços urbanos

Esse indicador leva em consideração o: acesso à água encanada, energia elétrica, coleta de lixo, tratamento de esgoto. Todos esses são essenciais para que se viva minimamente confortável.

De acordo com a moradora 1 , houveram muitas mudanças, ela afirma que: *“Com certeza tudo mudou, botaram luz, água, fizeram as casas, teve um monte de mudança. A gente vivia carregando água, não tinha luz, fazia as necessidades ao ar livre, vivia no meio do barro”*. No seu relato a moradora afirma que quem contribuiu para que eles tivessem o que tem hoje foi o prefeito da época, Fernando Marroni. Assim percebe-se que, essa moradora tem conhecimento de que foram as políticas públicas principalmente voltadas para a habitação que contribuíram para que ela tivesse a sua moradia, assim como acesso à infraestrutura no loteamento.

A moradora 2, afirma que:

Olha aqui era tudo chulé, deram essas casinhas, arrumaram a rua, luz, água que não tinha. Muita coisa melhorou. Teve contribuição do governo e se não fosse eles não tinha. Eu me lembro quando eu vim pra cá era aquela terra preta, não tinha condições das crianças brincarem, não ganhava nem pro sabão em pó. Era horrível e agora não. E hoje já é bem melhor assim, até no que eles fizeram assim. Tudo bem melhor com as melhora que teve.

Esta moradora também tem consciência de que para ela ter acesso à sua moradia, teve a contribuição do governo como ela mesmo diz, ou melhor, percebe-se que, houve a contribuição da prefeitura, assim como do governo federal. De certa forma, pode-se dizer, que houve justiça social, pois o governo também teve a sua parcela de contribuição no fornecimento de melhorias no loteamento.

A moradora 4, relata:

Tá melhor porque não to precisando pisar no barro, antes tinha que sair com o sapato e colocar sacola, agora não precisa. Claro tinha que sair até lá a ponta com o saco no pé para não embarrar. Agora não precisa. A como se diz a pavimentação, as casas que deram que não tinham ali, ai fizeram o centro comunitário que não tá funcionando agora, fizeram uma cooperativa para o pessoal trabalhar. O CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) que tava aqui e ai tiraram o CRAS pra começar a fazer festas mas no fim acho que não deu certo as festa e aí ficou fechado.

A entrevistada destaca a pavimentação no local feita em 2012, porque facilitou a vida dos moradores, pois anteriormente havia muita lama, o que dificultava o deslocamento no loteamento. A grande maioria das moradoras destaca com grande satisfação que uma das melhorias é o calçamento. Ter acesso à serviços urbanos de qualidade é ter aumento de justiça social e também melhoria na qualidade de vida.

A moradora 3 afirma que está incomodada com a sujeira no loteamento:

O caminhão do lixo só passa na Av. Brasil ai tu leva pra lá e os cachorro tiro o lixo e as pessoa reclamam. Então a gente queima o lixo pra não ficarem reclamando. As vezes o caminhão passava três e meia, quatro hora da madrugada. O cara da esquina colocou uma geladeira e pediu pras pessoas colocarem o lixo pra não ficar a vila suja, ai os ordinários daqui esses marginal desgraçado graças a Deus a metade foi embora levaram a geladeira botaram até dentro da valeta e ai o cara pegou e desistiu.

Infere-se que, os moradores locais desejam ter um espaço limpo e organizado, isso é percebido na atitude de um dos moradores em colocar uma geladeira velha para acomodar o lixo da vizinhança. Porém, alguns moradores descontentes com tal atitude provocam a desordem, não se importam com a limpeza e organização do loteamento.

A moradora 4 demonstra sua insatisfação em relação à coleta de lixo, aos esgotos entupidos e ao barulho.

Não estou satisfeita porque o lixeiro não entra em todas as ruas aqui fica um monte de lixo. Tem que botar o lixo na esquina não pode botar na frente de casa porque os cachorros rasgam e as crianças mexem. Enche tudo de água porque tá tudo entupido, muito barulho.

Sabe-se que, que os moradores tentam manter a limpeza do local, mas nem todos colaboram, inclusive o serviço de coleta porque não é feito em todas as ruas, fazendo com que o loteamento se torne um local sujo, passando a sensação de que os moradores são desleixados e que não se importam com o local onde moram. Pode-se dizer que, além da falta de coleta em todas as ruas, alguns moradores são catadores e acomodam o material nos pátios de suas residências. Isso também pode contribuir com o aspecto de desleixo e despreocupação com o espaço de moradia.

Os moradores tiveram autonomia e buscaram lutar até esse momento para adquirir suas moradias, água encanada, luz elétrica, calçamento, esgoto. Após as inúmeras conquistas houve a desmotivação e a conseqüente desunião, assim como a não participação popular. Isso fez com que não se lutasse mais para que ajam melhorias. Entende-se que, os direitos sociais são adquiridos quando são reivindicados por um grupo, pela população. No momento que não participação popular não há mais reivindicação, muito menos busca por melhorias.

3. Acesso à equipamentos urbanos

Nesse indicador envolve-se a: proximidade de postos de saúde, hospitais, escolas, paradas de ônibus, trabalho.

O loteamento localiza-se próximo ao centro da cidade, à pontos de ônibus, postos de saúde, hospitais, escolas, creches. Esse foi um dos motivos principais que fez com que os moradores não quisessem mudarem-se para outro local oferecido pela prefeitura, quando ocorreu à ocupação da área. A moradora 1, diz: “ *Aqui é perto de tudo*”.

Muitos moradores trabalham com a coleta de materiais reciclados isso não seria possível se morassem em uma área muito afastada do centro da cidade. A proximidade com o centro facilita o trabalho dos moradores.

Esse indicador é promotor de qualidade de vida assim como de justiça social, pois é direito de todo cidadão ter acessibilidade aos equipamentos urbanos.

Para avaliarmos a Qualidade de Vida e Justiça Social no Loteamento Ceval, criou-se este quadro, com base na avaliação das 11 entrevistadas. Estes indicadores operacionalizaram a avaliação contribuindo para a ocorrência ou não de desenvolvimento sócio-espacial no loteamento.

Figura 15. Avaliação da Qualidade de Vida e Justiça Social dos moradores do loteamento Ceval

Parâmetros subordinados gerais	Parâmetros subordinados particulares (indicadores)	Posição do grupo entrevistado
Qualidade de vida	Alimentação	insatisfeito
	Educação	satisfeito
	Saúde	insatisfeito
	Segurança	insatisfeito
	Moradia	satisfeito
	Lazer	insatisfeito
	Trabalho	insatisfeito
	Participação popular	insatisfeito
Justiça social	Acesso à casa própria	satisfeito
	Acesso à serviços urbanos	satisfeito
	Acesso à equipamentos urbanos	satisfeito

Fonte: Elaborado pela autora, 2015

Observa-se que, os indicadores de qualidade de vida na grande maioria os entrevistados mostraram-se insatisfeitos. Já nos indicadores de justiça social a maioria mostrou-se satisfeita, pois estes indicadores refletem diretamente as transformações que ocorreram no loteamento quanto o acesso à casa própria, serviços urbanos e equipamentos urbanos.

Em suma, o acesso à moradia e aos serviços urbanos foram as mudanças mais significativas que ocorreram na vida dos moradores e no loteamento. O acesso à equipamentos urbanos é facilitado pois o loteamento localiza-se no centro de Pelotas-RS, nas proximidades há pontos de ônibus, postos de saúde, hospitais, escolas, creches, assim como é próximo do trabalho, principalmente dos que realizam a coleta de materiais recicláveis. Porém, analisou-se que, não ocorreu desenvolvimento sócio-espacial nos moldes que Souza propõe, pode-se dizer que, houve um desenvolvimento parcial. Pois, os indicadores, principalmente, de qualidade de vida apontaram a grande insatisfação dos moradores. Os indicadores de justiça social denotam a satisfação dos moradores, pois denotam que houve aumento de justiça social. Analisando o todo, não houve um desenvolvimento sócio-espacial efetivo, somente parcial.

Um dos aspectos que contribuiu para que não se tivesse um desenvolvimento efetivo, foi a falta de autonomia por parte dos moradores. Isto fez com que os indicadores de qualidade de vida e justiça social fossem contemplados parcialmente. Pois, não havendo autonomia que é o principal aspecto do desenvolvimento sócio-espacial não haverá desenvolvimento ou mudança social positiva efetivamente.

Sabe-se que, o desenvolvimento sócio-espacial efetivo ou completo não será a satisfação de todos os indicadores seja de qualidade de vida ou de justiça social. Mas, que se tenha autonomia para que esses indicadores apontem modificações quanto à saúde, alimentação, segurança, trabalho os quais os moradores mostraram maior insatisfação. A mudança nesses indicadores ocorrerá quando houver autonomia coletiva, isto é, participação de todos os moradores na busca por seus direitos e objetivos. Isto já ocorreu anteriormente e os moradores conseguiram alcançar os seus objetivos. Então, a utopia de um futuro melhor e diferenciado é válida. Pois, sem luta, sem autonomia, para mudar a realidade,- principalmente, dos pobres urbanos que possuem mais dificuldade de acesso ao espaço, à reprodução da vida-, não há como ter desenvolvimento sócio-espacial efetivo.

A participação popular se mostra muito importante no exercício da autonomia, observou-se que, as entrevistadas não participavam ou participam muito pouco das decisões

no loteamento, porque outros moradores participavam e decidiam. Isto revela o quanto as pessoas acomodam-se e deixam que outras pessoas tomem decisões por elas.

Isso não é exercício de autonomia, muito menos de participação popular, pois todos devem ter voz e vez e se pronunciarem diante das decisões que competem a sua cidade, bairro, local de moradia.

7. Considerações Finais

O espaço urbano é o local onde desenrolou-se este trabalho, mais especificamente no loteamento Ceval. O espaço urbano sendo esse campo de lutas entre os que tem e os que necessitam de um pedaço de terra, mostra as suas contradições, principalmente entre os que possuem o capital e os destituídos. Os que necessitam de um espaço e os destituídos de capital conformam os moradores do loteamento Ceval. Logo, são esses os pobres urbanos.

Mas afinal o que é pobreza urbana? A pobreza o termo em si, já é difícil de ser definido, pois há várias definições que envolvem o termo. Para fins desse trabalho utilizou-se como sendo o precário atendimento das necessidades básicas como alimentação, moradia, saúde, infraestrutura. A pobreza urbana envolve o atendimento das necessidades básicas e o acesso precário ou inexistente de um pedaço de terra no espaço urbano. Pois, aos pobres urbanos por serem destituídos de capital restam à eles os locais como: margens de rios, encostas de morros, inexistentes de infraestrutura urbana. Em fim, os locais onde encontram-se favelas, loteamentos clandestinos, vilas. Essas ocupações em geral são irregulares e os moradores correm riscos de serem removidos pelo poder público ou através de desastres naturais muito frequente nesses espaços. Analisa-se que as dificuldades para os pobres urbanos são inúmeras e que a busca por uma vida melhor é um dos motivos que faz com que as pessoas se movimentem. Sendo isso a motivação os moradores das margens do Canal São Gonçalo reuniram-se e foram em busca desse objetivo.

A luta diária dos pobres urbanos não é fácil ainda mais quando se quer melhorar de vida, o que implica diretamente em ter um pedaço de terra, ou melhor uma moradia digna. A busca dos moradores do loteamento Ceval era a moradia digna, esta era a vida melhor que eles mais intentavam. As demais necessidades viriam no decorrer da conquista. Morar e viver melhor, pode-se dizer que, hoje esses moradores vivem e moram melhor do que antes. Sabe-se que, eles tiveram autonomia para lutar por essa conquista, mas que hoje não existe mais entre eles.

A conquista de um espaço pelos pobres urbanos é um grande passo, pois o espaço para estes é limitado assim como as suas finanças para pagar por um pedaço de terra. Para os pobres urbanos lhes resta os espaços sobrantes, em que não há interesse do capital. O espaço sendo objeto de estudo da geografia, também é preocupação dos geógrafos urbanos que pensam o espaço urbano, assim como, nas pessoas que vivem na cidade. O espaço urbano para ser analisado deve ser levado em consideração os aspectos sociais, espaciais, culturais.

Nesse estudo nos pautamos na busca pelo desenvolvimento sócio-espacial que contempla a melhoria na vida urbana, ou melhor, contribui para a qualificação da vida no espaço urbano. Por isso, a importância de se utilizar o desenvolvimento sócio-espacial como ferramenta de análise.

Com isso, pode-se afirmar, que o desenvolvimento sócio-espacial foi prejudicado no loteamento Ceval. Uma vez que, havia todo um processo de luta e reivindicação pela área da Ceval, que tencionava para o desenvolvimento sócio-espacial do loteamento, mas que durante a trajetória foi desviado, fazendo com que a autonomia conquistada em meio a heteronomia, não mais fizesse parte desse processo. Perdeu-se ao longo do caminho, um dos parâmetros principais do desenvolvimento que é a autonomia, tão difícil de ser conquistada ainda mais em uma comunidade de baixa renda como a do loteamento Ceval.

Sabe-se que, sem autonomia os parâmetros subordinados ficam à mercê, isto é, não se terá um desenvolvimento sócio-espacial por completo. Analisando-se, isso ocorreu no loteamento Ceval, pois a perda da autonomia por parte das pessoas, tencionou para que elas ficassem em uma situação de comodismo, prejudicando assim, o andamento para um desenvolvimento sócio-espacial efetivo não somente parcial. A parcialidade que envolve o desenvolvimento no loteamento ocorre justamente, porque houve esta perda de autonomia após a conquista das melhorias como: o lote, a moradia, a infraestrutura.

De outro modo, o loteamento Ceval foi reconhecido 4 anos após a ocupação da área. Antes disso, foram inúmeras dificuldades enfrentadas pelos moradores que buscavam apenas um local para viver bem e melhor. As dificuldades vão desde a falta de infraestrutura e moradia até o preconceito da população do entorno da área. Embora os moradores necessitassem de um local melhor para morar e resistissem em ficar na área da Ceval, a prefeitura fornecia outras opções longe do centro da cidade. Essas outras opções inviabilizaria o trabalho de muitos dos moradores que eram e continuam sendo catadores de materiais reciclados.

Pode-se afirmar que, a intenção era afastar a pobreza do centro da cidade, que ainda é um espaço onde predomina a população que possui renda mais elevada. A Prefeitura de Pelotas havia destinado a área para a construção de condomínios para a classe média. Mas, não se concretizou esse fato, pois os pobres urbanos colocaram sua necessidade acima do que estava designado o terreno. Esta pode não ter sido a forma mais adequada mas foi o meio que encontraram “acessarem” o espaço urbano. Estes não estavam fora do espaço urbano, mas viviam em um espaço muito precário e insalubre e o meio que encontraram de acessar o urbano foi através da ocupação do terreno do poder público.

Iniciou-se, então, a partir desse momento, a luta por melhores condições de vida como a moradia, energia elétrica, água encanada, pavimentação, além da construção do centro comunitário (lazer) e do galpão de reciclagem (trabalho). Pode-se dizer, que a luta diária fez com que eles conquistassem moradia, infraestrutura, espaço de lazer e trabalho. Essas foram as principais transformações que ocorreram no loteamento Ceval, embora se saiba que o espaço de lazer é pouco utilizado e o galpão de reciclagem não está funcionando. Mesmo assim, foram transformações que ocorreram onde se tinha um espaço anteriormente fabril e que hoje é de moradia. Observa-se que, esse espaço de moradia no seu início era constituído de barracas e casas de madeira precárias, sem divisão de lotes, sem luz, água, muita lama, sem pavimentação. Hoje percebe-se que, há casas de alvenaria, energia elétrica, água encanada, pavimentação. Os moradores conquistaram dignamente os seus direitos.

Outra conquista que transformará o loteamento Ceval é a regularização fundiária que iniciou este ano. Futuramente, os moradores terão as escrituras de seus terrenos o que valorizará ainda mais aquele espaço.

E o desenvolvimento sócio-espacial? Este ocorreu no loteamento Ceval, porém não nos moldes estabelecidos por Souza, que leva em consideração a mudança social positiva, que é uma mudança para melhor. Para a análise de ocorrência de desenvolvimento sócio-espacial foi necessário a construção de indicadores de qualidade de vida e justiça social (parâmetros subordinados particulares). Isso não foi tarefa fácil porque Souza, aponta três indicadores, ficando à critério do pesquisador estabelecer os demais indicadores que seriam utilizados. Além disso, ele esclarece pouco quanto ao aspecto espacial, para ser analisado. A pesquisadora organizou os indicadores de qualidade de vida e justiça social com base no questionário da Organização Mundial da Saúde (OMS) que trata sobre a qualidade de vida e indicadores que Souza indicou para qualidade de vida como moradia, saúde e educação. A limitação do trabalho está justamente em não ter uma estrutura organizada por Souza, para a verificação de desenvolvimento sócio-espacial. A pesquisadora organizou de forma que conseguisse atender os aspectos sociais e espaciais dos indicadores de qualidade de vida e justiça social. Esta foi uma tarefa árdua, mas que poderá servir como instrumento de análise e verificação de ocorrência de desenvolvimento sócio-espacial.

A análise de desenvolvimento leva em consideração uma parametrização que se divide em: parâmetros subordinadores (autonomia individual e coletiva)- parâmetros subordinados gerais (qualidade de vida e justiça social) e parâmetros subordinados particulares (indicadores de qualidade de vida e justiça social) esses são operacionais para que se realize tal análise.

Quanto à autonomia que compreende os parâmetros subordinadores, percebeu-se nas entrevistas que houve, mas apenas enquanto os moradores lutavam por melhorias no loteamento. Havia uma autonomia coletiva de um grupo movido pela busca de melhorias para o bem de todos. Após isso, percebeu-se um certo desânimo, desleixo, isso foi salientado pelos próprios moradores. Pois, o sentimento comunitário se dissipou. Ainda há equipe diretiva que representa o loteamento, mas os moradores não se reúnem mais, há pouca participação. Pode-se dizer sumariamente, que a própria divisão dos lotes, a conquista da moradia fez com que esse sentimento de posse e egoísmo envolvesse os moradores do loteamento Ceval. Isto denota, a inexistência da autonomia tão necessária para que se tenha desenvolvimento sócio-espacial efetivamente em detrimento, a parcialidade que denota o desenvolvimento atual do loteamento.

Os parâmetros subordinados gerais, qualidade de vida e justiça social não são operacionais, pois são o aparato que qualifica a vida urbana, mas não operacionaliza.

Os parâmetros subordinados particulares, operacionalizam a qualidade de vida e justiça social, pois criam-se indicadores para que estes possam ser analisados. Por esse motivo, utilizou-se como indicadores de qualidade de vida: alimentação, educação, saúde, segurança, moradia, lazer, trabalho, participação popular; os indicadores de justiça social foram: acesso à casa própria, serviços urbanos, equipamentos urbanos e instituições de reprodução da vida (acesso à saúde e educação).

A observação, os diálogos com os moradores e as entrevistas, contribuíram enormemente para que se realizasse esse estudo e se chegasse a essência, embora a essência de forma integral não seja alcançada. As entrevistas junto aos moradores contribuíram para que se verificasse a ocorrência de desenvolvimento sócio-espacial, pois os indicadores instrumentalizaram a pesquisa. Os indicadores de qualidade de vida apontaram insatisfação quanto à maioria dos indicadores são estes: alimentação, saúde, segurança, lazer, trabalho, participação popular; os moradores mostraram-se satisfeitos apenas com os indicadores de educação e moradia. Pois, nas entrevistas relataram que não havia problemas quanto ao acesso à educação e que estavam satisfeitos com a moradia. Os moradores se mostraram satisfeitos com os indicadores de justiça social que são: acesso à casa própria, serviços urbanos e equipamentos urbanos. Mostraram-se imensamente satisfeitos com a pavimentação do local, assim como, com a água encanada, esgoto, a luz elétrica.

Observou-se que, os indicadores de qualidade de vida são os que apresentam maior insatisfação da população local, isto provoca uma sensação de descaso, principalmente com a saúde que foi um dos indicadores que os moradores mais reclamaram. Sendo precário o

acesso à saúde não há como um indivíduo se sentir bem, trabalhar para ganhar o sustento, realizar suas atividades na sociedade. A alimentação também é uma necessidade básica que os moradores ainda não conseguem realizar sem a contribuição de instituições religiosas, prefeitura local, Bolsa Família. Estando grande maioria dos indicadores de qualidade de vida, apontando essas deficiências, conclui-se que houve um desenvolvimento sócio-espacial parcial, embora os indicadores de justiça social apontem satisfação por parte da população. Não se esperava que houvesse satisfação em todos os indicadores para que houvesse desenvolvimento sócio-espacial, mas que a grande maioria dos indicadores de qualidade de vida fossem satisfatórios.

Assim, conclui-se que houveram transformações sócio-espaciais no loteamento Ceval, mas verificou-se que houve um desenvolvimento sócio-espacial parcial, uma vez que os indicadores apontaram para tal conclusão.

Percebe-se que, o desenvolvimento sócio-espacial no loteamento Ceval é um processo, mesmo que se mostre parcial até o momento. Este processo envolve a questão da utopia com a ideia de que futuramente se tenha uma comunidade melhor estruturada do que a atual. Pois, o panorama atual, nos mostra a partir das entrevistas uma comunidade desarticulada sem autonomia e sem vistas para o futuro, em outras palavras que parou no tempo. Porém, pensando utopicamente nesse processo de desenvolvimento do loteamento pode-se afirmar que, futuramente a comunidade poderá ter novos moradores que poderão buscar incentivar a uma nova busca por melhorias no loteamento. Poderá se criar assim, uma nova autonomia até então desfeita, que proporcionará um outro espaço diferentemente do que se vê no loteamento.

Ao longo do tempo as pessoas vão tendo novos anseios, angústias que lhes proporcionam ir em busca de algum objetivo. Esses anseios e angústias foram solucionados no primeiro momento com o acesso ao lote, à moradia, enfim. Após as conquistas o grupo desarticulou-se, o que dificultou a luta por novos objetivos do grupo. Porém, futuramente as pessoas podem ir em busca de novos objetivos que contemplem a sua vida, o seu espaço de moradia, isto as retira da situação de conforto. Com isso, estas pessoas voltando a ter novos objetivos para lutar e reivindicar, isto é, reflorescendo a autonomia, estas poderão ter um desenvolvimento sócio-espacial que não seja somente parcial.

8. Referências Bibliográficas

ALVES-MAZZOTTI, A. J. et al. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa-qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.

BARRETO, A. A. et al. **A perspectiva de Desenvolvimento Sócio-espacial na abordagem de Marcelo Lopes de Souza**. Anais Semana de Geografia. Ponta Grossa: UEPG, vol. 1, nº 1. p. 79-80, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 5 de nov. 2014.

BRASIL. **Balanco de governo-2003-2010**. Livro 3, eixo 2. Cidadania e Inclusão social, vol.1. Disponível em <https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro3/3_Introducao.pdf>. Acesso em: 23 de dez. 2014.

BULLINGER, M., et al. *Developing and evaluating cross-cultural instruments from minimum requirements to optimal models*. Qual Life Res. vol. 2. p. 451-459, 1993.

CARLOS, Ana Fani. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

CARLOS, Ana Fani. A. **A (Re) Produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CARLOS, A.F.A. **Espaço - tempo na metrópole**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

CASTORIADIS, Cornelius. Introdução: socialismo e sociedade autônoma. In: **Socialismo ou barbárie**. O conteúdo do socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____, La polis grecque et la création de La démocratie. In: *Domaines de l'homme- Les carrefours du labyrinth II*. Paris: Seuil (edição brasileira: Rio de Janeiro, editor Paz e Terra, 1987.

_____, Quelle démocratie? In: *Figures du pensable* – Les carrefours du labyrinth VI. Paris: Seuil.

CARTA INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O LAZER. Disponível em: <http://www.saudeemmovimento.com.br/conteudos/conteudo_frame.asp?cod_noticia=195>. Acesso em: 15 de jun. de 2015

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática. 3a. edição, 1995.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. (orgs). **Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do estado**. 19. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1995.

DIAS, D.S. O direito à moradia digna e a eficácia dos direitos fundamentais sociais. **Revista Eletrônica do CEAFF**. Porto Alegre - RS. Ministério Público do Estado do RS. Vol. 1, n.1, out. 2011/jan. 2012.

DEMO, Pedro. *Charme da exclusão social*. Campinas: Autores associados, 1998.

DEMO, Pedro. *Pobreza da Pobreza*. Petrópolis: Vozes, 2003.

FERNANDES, E.; VALENÇA, M. M., (orgs.) et al. **Brasil Urbano**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Artmed, 2002.

FREIRE, P. **Conscientização, Teoria e prática da libertação**. São Paulo. Cortez & Moraes, 1979.

GUBA, E. G. *The alternative paradigm dialog*. Londres: Sage Publications, 1990.

HAESBAERT, R. **Precarização, reclusão e “exclusão” territorial**. Terra Livre, São Paulo, v. 2, n. 23, p.35-51, 2004.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

LEAL, Giuliana Franco. *Exclusão social e ruptura dos laços sociais: análise crítica do debate contemporâneo*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

LIMA, W. G. Política pública: discussão de conceitos. **Interface**, n. 5, p. 49-54, out. 2012.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. São Paulo: Editora Vozes, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

MULLER, Pierre & SUREL, Yves. **A Análise das Políticas Públicas**. Tradução de Agemir Bavaresco e Alceu Ferraro. Pelotas: Educar, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS) – divisão de saúde mental grupo Whoqol. Versão em português dos instrumentos de avaliação de qualidade de vida (WHOQOL). 1998. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/psiquiatria/psiq/breve.PDF>>. Acesso em: 11 de jan. 2014.

PANIZZI, W. M. et al. Áreas de invasão: lugar de moradia provisória? In: **Estudos Urbanos-Porto Alegre e seu Planejamento**. Porto Alegre: UFRGS, 1993. p. 357-369.

- PATTON, M. *Qualitative evaluation methods*. Londres: Sage Publications, 1986.
- PORTO-GONÇALVES, C.W. **Paixão da Terra**. Ensaios críticos de Ecologia e Geografia. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- RAMIRES, J.C.L. et al. **Pesquisa Qualitativa em Geografia: Reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- REQUIXA, R.. **O lazer no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- RIBEIRO, L. C. de Q. Notas sobre a renda da terra urbana. Chão- **Revista da Arquitetura**. Rio de Janeiro. vol. 5. p. 18-23, mar. abr. mai, 1979.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1991.
- SOUZA, Marcelo L. de. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 5ª Ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2008.
- SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido: Os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2008.
- SANTOS, R. B. dos. **Movimentos Sociais Urbanos**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- SALISBURY, R. H. The Analysis of Public Policy: A Search for Theories and Roles. In: THEODOULOU, Stella Z; CAHN, Matthew A. (Org.). *Public Policy: The Essential Readings*. New Jersey: Prentice Hall, cap. 5, p. 34-37, 1995.
- SECCHI, L. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, AGB. n. 57. p. 77-79, dez., 1980.
- SIMIM, M. A. de M. A Percepção de Qualidade de Vida de Pessoas Portadoras de Deficiência Física Pode ser Influenciada Pela Prática de Atividade Física? **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**. v. 15, n. 3. p. 174-178, mai./jun., 2009.
- SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SOUZA, M. J. L. Planejamento Integrado de Desenvolvimento, Natureza, Validade e Limites. **Revista Terra Livre**, Curitiba, n. 10, p. 123-139, jul. 1994.
- SOUZA, M. J. L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- VARA, M. F. S. **Estratégias da população de baixa renda na produção do espaço urbano: o caso do Loteamento Ceval em Pelotas – RS**. Dissertação de Mestrado, FURG, 2009.

APÊNDICES

Roteiro de entrevistas:**Questões sobre qualidade de vida:**

A) Você está satisfeito com o local onde mora (arruamento, estética das moradias, praças e parques)?

B) Você está satisfeito com ambiente físico (barulho, poluição, atrativos) do local onde mora?

C) Você se sente seguro no local onde mora?

D) Você tem oportunidades de atividades de lazer? Onde? Quando?

E) Você está satisfeito com suas relações pessoais (amigos, parentes, conhecidos, colegas)? Por qual motivo?

F) Você está satisfeito com o seu trabalho? Por quê?

G) Com o seu trabalho você consegue atender as suas necessidades básicas (alimentação, vestuário)? Ou é necessário outra forma (ajuda de parentes, vizinhos, igreja, programa social)?

H) Como você avalia a sua participação na comunidade do Loteamento Ceval? Você busca ajudar a comunidade para que ajam melhorias no loteamento? De que forma?

Questões sobre justiça social:

A) Você tem acesso à energia elétrica, saneamento básico, pavimentação no local onde mora?

B) O local que você mora fica próximo ao local de trabalho, postos de saúde, escolas, creches, paradas de ônibus?

C) Você está satisfeito com o seu acesso aos serviços de saúde (facilidade para consultas, agilidade para marcar exames, disponibilidade de leitos para internação)? E quanto ao serviço educacional (disponibilidade de vagas em creches, escola de ensino fundamental, ensino médio, ensino superior)?

Questões sobre Políticas Públicas:

A) Para você houveram transformações no Loteamento Ceval? Quais? Houve a contribuição da Prefeitura Municipal, Estado ou Governo Federal?

B) Você acredita que essas transformações que ocorreram contribuíram na melhoria da sua vida?
Por quê? _____

C) No seu entendimento alguma política pública facilitou o seu acesso à moradia, educação, saúde, trabalho?
